



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**



**ELITON PAULINO RODRIGUES DA SILVA**

**O DISCURSO DAS *FAKE NEWS* SOBRE EDUCAÇÃO**

Salvador – BA  
2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**



**ELITON PAULINO RODRIGUES DA SILVA**

**O DISCURSO DAS *FAKE NEWS* SOBRE EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Língua e Cultura.

Orientadora: *Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Santos Batista*

Salvador – BA  
2023

Dados internacionais de catalogação-na-publicação  
(SIBI/UFBA/Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)

Silva, Eliton Paulino Rodrigues da.  
O discurso das *fake news* sobre educação / Eliton Paulino Rodrigues da Silva. - 2023.  
119 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Santos Batista.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2023.

1. Análise do discurso. 2. Análise do discurso - Aspectos políticos - Brasil. 3. Notícias falsas. 4. Desinformação. 5. Veracidade e falsidade. 6. Educação na comunicação de massa - Brasil. 7. Educação - Aspectos políticos - Brasil. 8. Educação - Aspectos sociais - Brasil. I. Batista, Adriana Santos. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 401.41  
CDU - 81'42



Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA (PPGLINC), realizada em 18/12/2023 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado EM LÍNGUA E CULTURA no. 15, área de concentração LINGUAGEM E INTERAÇÃO / LINHA - LINGUAGEM, COGNIÇÃO E DISCURSO, do candidato ELITON PAULINO RODRIGUES DA SILVA, de matrícula 2021127220, intitulada O DISCURSO DAS FAKE NEWS SOBRE EDUCAÇÃO. Às 14:00 do citado dia, pelo link <https://meet.google.com/owo-xxkd-srq>, foi aberta a sessão pela presidente da banca examinadora, Prof<sup>ª</sup>. Dra. ADRIANA SANTOS BATISTA, que apresentou os outros membros da banca: Prof<sup>ª</sup>. Dra. MARINALVA VIEIRA BARBOSA e Prof. Dr. JULIO NEVES PEREIRA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pela presidente que passou a palavra ao examinado para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, qual seja: "O trabalho apresenta uma temática importante, com contribuições para a área e análises estruturadas a partir dos conceitos mobilizados. A banca ressalta a necessidade de revisão em aspectos teórico-metodológicos e sugere ampla divulgação dos resultados". Tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pela presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente  
**MARINALVA VIEIRA BARBOSA**  
Data: 26/12/2023 07:46:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Dra. MARINALVA VIEIRA BARBOSA, UFTM**

Examinadora Externa à Instituição

**Dr. JULIO NEVES PEREIRA, UFBA**

Examinador Interno

Documento assinado digitalmente  
**JULIO NEVES PEREIRA**  
Data: 18/12/2023 18:22:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Dra. ADRIANA SANTOS BATISTA, UFBA**

Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente  
**ADRIANA SANTOS BATISTA**  
Data: 18/12/2023 17:45:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ELITON PAULINO RODRIGUES DA SILVA**

Mestrando(a)

Documento assinado digitalmente  
**ELITON PAULINO RODRIGUES DA SILVA**  
Data: 18/12/2023 17:52:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

## **AGRADECIMENTOS**

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa, em especial à minha família, e amigos queridos.

A Markson Barreto e Jaque Souza, pelo incentivo e auxílio desde a elaboração do projeto e caminhada no trajeto.

A Cecília Teles e Kostantinos Erakli pelo apoio, incentivo e compreensão nos momentos mais difíceis da escrita.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Batista, pela paciência em meio a minhas dificuldades e pela orientação.

À banca examinadora, Prof. Dr<sup>o</sup> Julio Neves e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Marinalva Barbosa, pelas contribuições dadas ao trabalho já desde a qualificação.

Aos colegas membros do GETEn – Grupo de Estudos sobre Texto e Enunciação, pelas contribuições dadas ao trabalho ainda no projeto.

Aos ancestrais que me permitiram chegar até aqui.

À minha filha, Sophia Rodrigues, que me motiva a dar sempre mais um passo à frente.

E em especial, à minha mãe, Selia Rodrigues, ao meu padrasto, Antônio Marcos Rosa, e ao meu irmão, Guilherme Rodrigues, meus maiores suportes em absolutamente tudo que me proponho a fazer.

*Se você não encontrar razões para ser livre,  
invente-as.*

*[...]*

*Você certamente conhecerá coisas melhores  
e coisas piores,  
mas não é isso o que importa.  
O mais importante é a mudança,  
o movimento,  
o dinamismo,  
a energia.  
Só o que está morto não muda!*

*(Edson Marques)*

SILVA, Eliton Paulino Rodrigues da. **O discurso das *fake news* sobre educação.** 2023. 119 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar sequências discursivas dos discursos das *fake news* sobre educação, no período eleitoral de 2018, no Brasil, buscando compreender o funcionamento dos discursos sobre educação neste momento, além de problematizar os sentidos de educação a partir de diferentes formações discursivas, para constatar conservação e/ou mudança nos discursos sobre educação em diferentes sequências discursivas. Neste ínterim, também serão problematizados os diferentes sentidos de *fake news*, ao articular a compreensão do senso comum do termo com a decorrente ampliação de sentido que retratam materialidades linguísticas além da notícia falsa. Será utilizada a Análise do Discurso Materialista como perspectiva teórica e metodológica para estudar as sequências discursivas classificadas como *fake news* por agências de *fact-checking*, assumidas neste trabalho tanto como parâmetro determinante que uma dada sequência discursiva é classificada como *fake news*, quanto fonte de acesso às *fake news* a serem analisadas, posto seu caráter evanescente. Os conteúdos analisados possuem como temática a educação ou temas relacionados a esta área, ao considerar as condições de produção do discurso do período eleitoral brasileiro de 2018, ano de reiterada veiculação de *fake news* cujo discurso esteve fortemente atrelado à educação. Conclui-se que o discurso das *fake news* sobre a educação é parte de uma ofensiva ao progressismo brasileiro, com sentidos retomados e ressignificados de discursos prévios.

**Palavras-chave:** *Fake news*; Análise do Discurso; Educação; *Fact-checking*; Verdade.

SILVA, Eliton Paulino Rodrigues da. **The fake news discourse on education**. 2023. 119 p. Dissertation (Master's degree in Language and Culture) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

### **ABSTRACT**

This present work aims to analyze discourse sequences of fake news discourses about education, during election period in 2018, in Brazil, seeking to understand the functioning of discourses about education in this moment, therefore problematizing the effects of meaning from different discursive formations, as to observe conservation or changes in discourses about education in different discourse sequences. Therefore, it will also be problematized the different meanings of fake news, taking into consideration the comprehension of the term in a common-sense perspective, but also its consequent amplifications of meaning to portrait linguistic materiality other than fake news. It will be used Materialist Discourse Analysis as theory and methodology to study the discourse sequences classified as fake news by fact-checking agencies, which will be taken in the present work as determining parameter for a given discursive sequence to be classified as fake news, and also as source of access to the fake news to be analyzed, given its evanescent trait. The theme of the analyzed content is education, considering the conditions of production of discourse of Brazilian election period of 2018, as the year in question was the one in which most of the fake news built and shared were related to education. It is concluded that the fake news discourse on education is part of an attack on Brazilian progressivism, with retaken and rebuilt meanings from previous discourses.

**Keywords:** *Fake news*; Discourse Analysis; Education; Fact-Checking; Truth.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - <i>Fake News</i> no G1.....	30
<b>Figura 2</b> - Boato e notícia falsa.....	30
<b>Figura 3</b> - Meme sobre banheiro unissex .....	32
<b>Figura 4</b> - Banheiro unissex.....	59
<b>Figura 5</b> - <i>Fake News</i> abordando “ideologia de gênero” nas escolas.....	73
<b>Figura 6</b> - Kasuga proíbe uso político de sua ilustração .....	74
<b>Figura 7</b> - <i>Fake News</i> sobre “ideologia de gênero” .....	75
<b>Figura 8</b> - Crianças como propriedade do Estado .....	82
<b>Figura 9</b> - <i>Fake News</i> sobre Haddad como criador do “kit gay” .....	87
<b>Figura 10</b> - <i>Fake News</i> sobre material parte do “kit gay” .....	92
<b>Figura 11</b> - <i>Fake News</i> sobre deputado oferecendo dinheiro a professoras em vídeo contra Bolsonaro .....	96
<b>Figura 12</b> - O “Decálogo de Lênin” .....	100
<b>Figura 13</b> - Monitor da doutrinação da Gazeta do Povo .....	106

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Classificação de <i>Fake News</i> por ordem e tema.....	21
<b>Quadro 2</b> - Representações das formações imaginárias em Pêcheux e possíveis imagens depreendidas dos sujeitos no discurso sobre educação.....	65

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABGLT</b>	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais
<b>ADI</b>	Ação Direta de Inconstitucionalidade
<b>AIEs</b>	Aparelhos Ideológicos do Estado
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FD</b>	Formação Discursiva
<b>IRD</b>	<i>Information Research Department</i>
<b>Lula</b>	Luiz Inácio Lula da Silva
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PSOL</b>	Partido Socialismo e Liberdade
<b>PCdoB</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	23
2.1	O QUE É VERDADE? A PERSPECTIVA DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO ATÉ A PÓS-VERDADE	24
2.2	A BUSCA POR UMA DEFINIÇÃO DE <i>FAKE NEWS</i>	28
2.3	O QUE VEM A SER “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NAS <i>FAKE NEWS</i> ?	35
2.4	O QUE VEM A SER “DOCTRINAÇÃO” NAS <i>FAKE NEWS</i> ?	40
2.5	CONCEITOS BASILARES DA ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA	45
2.5.1	<b>Ideologia e Sujeito</b>	48
2.5.2	<b>Condições de Produção do Discurso</b>	53
2.5.3	<b>Formação Ideológica, Formação Discursiva e Formações Imaginárias</b>	61
2.5.4	<b>Interdiscurso</b>	68
<b>3</b>	<b>AS <i>FAKE NEWS</i> SOBRE EDUCAÇÃO</b>	72
3.1	O DISCURSO DAS <i>FAKE NEWS</i> SOBRE GÊNERO	72
3.2	O DISCURSO DAS <i>FAKE NEWS</i> SOBRE O MATERIAL ESCOLAR	86
3.3	O DISCURSO DAS <i>FAKE NEWS</i> SOBRE “DOCTRINAÇÃO”	95
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	109
	REFERÊNCIAS	114

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil, assim como outros países, a exemplo do Reino Unido e dos Estados Unidos da América (EUA), em período recente da história, tem sido afetado por um fenômeno crescente de desinformação, com a veiculação ascendente de informações falsas que ficaram conhecidas como *fake news*. Nos três países em questão, as *fake news* veiculadas, em período eleitoral, desempenharam relevante papel ao favorecer os candidatos que se sagraram vencedores (Rodrigues; Bonone; Mielli, 2020).

Este termo, cuja tradução livre é *notícia falsa*, nem sempre envolve tão somente (des)informação compartilhada com caráter noticioso, sendo a notícia apenas uma de suas muitas manifestações. É justamente o caráter diverso de manifestações de conteúdo desinformativo que faz das *fake news* algo complexo de se definir, e por conseguinte, de estudar.

De acordo com o historiador Robert Darnton (2017), as *fake news* remontam à antiguidade, a exemplo de Procópio e sua *Anecdota*, conteúdo duvidoso com o objetivo de manchar a reputação do imperador Justiniano, ainda no século VI, o que demonstra que este fenômeno não possui nada de novo, nem mesmo desconhecido (Darnton, 2017). A novidade está na forma como são propagadas: as redes sociais, que permitem trocas de mensagens por vezes de forma instantânea, também com conteúdos informativos compartilhados (Lopes, 2018).

As redes sociais são utilizadas para diferentes fins, um deles é justamente a veiculação de notícias, que neste âmbito favorece tanto a mídia tradicional como a mídia independente. Por mídia tradicional, entendemos as estruturas de rádio, televisão, jornais, e portais de notícias de relevância no Brasil e no mundo. Já a mídia independente, caracteriza a divulgação de notícias por organizações ou pessoas que não têm vinculação com a mídia tradicional. Ambas as definições de mídia são levadas em consideração ao tomarmos os pressupostos de Althusser (1980) sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs), que em definição podem ser considerados como instituições da sociedade, tanto do poder público quanto da esfera privada, cujo funcionamento objetiva a manutenção da ordem estabelecida. As mídias tradicional e independente são consideradas neste trabalho como parte constituinte dos AIEs, ou seja, instituições da sociedade nas quais são reproduzidas a força de trabalho e as relações de produção.

Na perspectiva Althusseriana, nestas instituições é reproduzido o conjunto de saberes e práticas para a contínua formação de indivíduos (trabalhadores e patrões) e contínua manutenção da submissão destes indivíduos às regras da ordem estabelecida. Em seu ensaio, Althusser (1980, p.69) tenta enumerar, à época, os AIEs que seriam descritos:

Enumeramos nas formações sociais capitalistas, contemporâneas, um número relativamente elevado de aparelhos ideológicos de Estado: o aparelho escolar, o aparelho religioso, o aparelho familiar, o aparelho político, o aparelho sindical, o aparelho de informação, o aparelho cultural, etc. (Althusser, 1980, p. 69).

Dentre os AIEs enumerados, situaremos as mídias tradicional e independente no AIE da informação. Partindo dessa ótica, é possível considerar que ambas as mídias fazem parte de uma série de instituições que consolidam e reproduzem a ordem dominante como forma de conservação a tentativas de mudança do *status quo*.

Naturalmente, não é objetivo desta constatação negar a importância da mídia para o regime democrático, tampouco considerar que a manutenção desta ordem de governo é prejudicial à sociedade. Porém, chama a atenção, num contexto em que *fake news* despontam como conteúdo informativo, a relação dos indivíduos de confiança ou desconfiança para com a mídia tradicional e como o discurso das *fake news* aparece travestido de jornalismo independente. A veiculação, através das redes sociais, de notícias falsas enquanto parte tanto da mídia tradicional como da mídia independente, é parte do estudo a ser desenvolvido nesta pesquisa.

A já referida veiculação de notícias através das redes sociais tem se mostrado um fenômeno em ascensão. Segundo o Instituto Reuters para o Estudo de Jornalismo, vinculado a Universidade Oxford, em seu relatório de notícias digitais de 2018, demonstra que 48% das pessoas, no Brasil, utilizam o WhatsApp como ponto de acesso a notícias. E também demonstra como 32% acreditam em notícias provenientes das redes sociais (Reuters, 2018).

A versão de 2021 deste relatório demonstra um aumento na validação das informações oriundas de notícias divulgadas nas redes sociais, perfazendo 34%. Tal versão revela que apesar da maior atenção concentrada na mídia tradicional em redes sociais como *Facebook* e *Twitter*, esta mesma mídia é também obscurecida por influenciadores digitais e fontes de notícias em plataformas como o *TikTok*, *Snapchat* e *Instagram* (Reuters, 2021).

As informações dos relatórios apresentados pelo Instituto Reuters expõem que há, a partir da leitura de notícias veiculadas em redes sociais, uma inclinação dos brasileiros a confiar nestas notícias, sejam estas advindas da mídia tradicional ou independente. Uma pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, constatou que, no ano de 2022, 49% da população que usa internet no Brasil não verifica se as notícias encontradas são verdadeiras ou não (CETIC, 2022), e diante desta realidade, a disseminação de *fake news* em redes sociais é favorecida.

Digno de nota é que um texto, notícia, imagem, vídeo, áudio ou qualquer outro conteúdo só é classificado como *fake news* a partir do momento em que alguém assim o classifica, seja um indivíduo que perceba que o conteúdo não é verídico; duvide da informação apresentada, ou mesmo alguma instituição social, a qual se atribua algum nível de credibilidade. Entretanto, esta classificação de conteúdos como *fake news* pode ser contestada por outros que validam tal conteúdo como verdadeiro.

Há uma disputa relativo a um conteúdo ser, ou não, *fake news*, e esta disputa é evidenciada num contexto em que há grande veiculação de notícias oriundas tanto da mídia tradicional quanto da mídia independente, com nenhuma verificação a respeito da veracidade de notícias por quase metade da população. Tal disputa e problematização do termo *fake news* é parte da investigação a ser feita nesta pesquisa.

A Análise do Discurso Materialista, teoria basilar desta Dissertação, estabelece, através de Pêcheux (1997), o conceito de processo de produção de discursos como “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas” (Pêcheux, p. 74, [1969] (1997)).

Tais circunstâncias são o que conhecemos como condições de produção do discurso, termo cunhado por Pêcheux (1997, p. 75) para estudar os processos discursivos:

o estudo da ligação entre as ‘circunstâncias’ de um discurso – que chamaremos daqui em diante suas *condições de produção* – e seu processo de produção. Esta perspectiva está representada na teoria linguística atual pelo papel dado ao contexto ou a situação, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão (Pêcheux, 1997).

Seguindo os postulados da Análise do Discurso Materialista, amparada no materialismo histórico dialético, estudar *fake news* é estudar o discurso, pois se o discurso é a relação de efeitos de sentido entre interlocutores, estudar as *fake news* como discurso possibilitará compreender os efeitos de sentido que são despertados, evidenciando as condições de produção do discurso, que se relacionam às formações imaginárias, formações discursivas e memória discursiva. Estes conceitos são fundamentais para entender o discurso das *fake news*.

No tocante às condições de produção do discurso, é necessário considerar o uso de redes sociais da internet para o compartilhamento de notícias falsas. Tal uso permitiu, por exemplo, que grande parte da população britânica acreditasse que, caso a Grã-Bretanha deixasse a União Europeia, 350 milhões de libras semanais seriam economizados dos cofres públicos e investidos no serviço público de saúde. Isto favoreceu o processo de saída da Grã-Bretanha da União Europeia, que teve início em 2016 e se deu através de referendo (Justiça..., 2019), culminando na eleição de Boris Johnson como Primeiro Ministro em 2019.

Saindo do cenário europeu e adentrando a esfera norte-americana, Donald Trump consegue efetivar sua candidatura pelo Partido Republicano e vence as eleições, em 2016. Durante a corrida presidencial, várias notícias falsas e boatos foram veiculados de forma a favorecer o candidato republicano e prejudicar a democrata Hillary Clinton. É digno de nota que o alcance das notícias falsas se revela maior em comparação ao alcance de notícias comprovadamente verdadeiras (Silverman, 2016).

Com base nessa percepção, Silverman (2016) constata o que considera uma falha, (que é uma colocação eufêmica para direcionamento) a rede social *Facebook* (fonte dos dados coletados na análise) quanto a barrar a disseminação de informações falsas. Assim, pode-se entender que as condições de produção do discurso das *fake news* envolvem seu compartilhamento nas redes sociais, e não necessariamente a sua produção.

Ao tratar de *fake news*, é necessário direcionar a atenção para o compartilhador e leitor da mensagem, formações imaginárias dos sujeitos inseridos na interação nas redes sociais, através do compartilhamento da mensagem. O compartilhador, ao compartilhar uma mensagem (no caso, *fake news*), torna-se também o seu produtor, posto que não replicaria o conteúdo caso não estivesse em consonância com o que é



dito. Já o leitor pode assumir este mesmo papel ao repassar a mensagem ou permanecer leitor caso não o faça. A relação de ambos no processo discursivo é condição fundamental para entender o discurso das *fake news*.

Para além das condições de produção, que nos remete ao estudo do discurso numa perspectiva histórica, e das formações imaginárias, que permitem ao sujeito o ajuste de seu dizer ao considerar o que pensa sobre o tema e sobre aquele a quem vai dizer, é necessário estudar o discurso das *fake news* à luz da ideologia. Isso porque, apesar da elucidação de que tais notícias eram falsas, o alcance delas se revela muito maior do que o das notícias verdadeiras que desmentem as falsas. A isto podemos atribuir alguns fatores, como o fato de que muitas destas notícias eram propagadas por robôs, programas de computador que compartilham conteúdos pré-fabricados (Militão; Rebello, 2019). Estes robôs veiculam conteúdo com velocidade muito superior a um usuário comum de redes sociais, o que possibilita que um número maior de pessoas seja alcançado.

Outro aspecto é o fato de que aquela informação falsa é conveniente para o que a pessoa acredita, ou quer acreditar que seja verdade. O fato em si parece menos importante para a opinião pública do que a crença do indivíduo em relação à notícia propagada. Esta é a definição cunhada pelo dicionário Oxford para o termo *post-truth*, ou Pós-verdade. O termo Pós-verdade é utilizado há décadas, mas sua maior utilização se deu em 2016, quando do referendo na Grã-Bretanha a favor do Brexit e da campanha e posterior eleição de Donald Trump a presidente dos Estados Unidos (Word..., 2016).

Estudar essa compreensão sobre a relação do indivíduo com as notícias falsas, sua crença, ou mesmo a inserção do indivíduo na Pós-verdade, numa perspectiva da Análise do Discurso Materialista, envolve considerar que a identificação do indivíduo com o discurso das *fake news* é parte do processo de assujeitamento do indivíduo em sujeito pela ideologia, que o insere em uma específica formação ideológica e discursiva, conceitos estes que serão discutidos em capítulos posteriores.

As condições de produção do discurso das *fake news* observadas no que foi descrito acerca do Reino Unido e Estados Unidos também foram notadas no que ocorreu (e ainda ocorre) no Brasil, com evidência maior a partir do período eleitoral de 2018. Para cada notícia veiculada a respeito dos candidatos à presidência da República, em especial o vencedor, haviam diversas pessoas que minimizavam

acontecimentos, servindo como apologistas de atitudes consideradas pela sociedade como incompatíveis com o cargo maior da República.

Neste íterim, Kalil (2018) descreve perfis dos eleitores do vencedor do pleito em 2018, os quais destacamos aqui: cidadãos de bem; homens que buscam poder fazer justiça com as próprias mãos; *nerds* e *gamers*; militares e ex-militares; mulheres que repudiam o feminismo; mães de direita; homossexuais conservadores; membros de minorias que se consideram de direita; estudantes que repudiam a “doutrinação marxista”<sup>1</sup> presente nas escolas e universidades; periféricos de direita; meritocratas; influenciadores digitais; líderes e fiéis religiosos; monarquistas; isentos, aqueles que acreditam que política não se discute. Estes perfis de eleitores representam indivíduos abordados por Kalil (2018) em sua pesquisa, quanto a *fake news* veiculadas no período eleitoral, que beneficiaram o candidato vencedor. Estes indivíduos mostraram-se inclinados a sustentar posicionamentos que iam de acordo com os conteúdos das *fake news*.

Dentre estes perfis, chama especial atenção o grupo de eleitores que considera existir uma “doutrinação marxista” em escolas e universidades. Considerando a disputa pela presidência da República, em 2018, um dos candidatos, Fernando Haddad, foi ministro da Educação pelo Partido dos Trabalhadores, doravante PT, na gestão do então ex-presidente Lula, e muitas das *fake news* veiculadas em desfavor do então candidato estavam atreladas a temas relacionados à área da educação, como as instalações e dependências das escolas; material escolar, e temáticas como “doutrinação”, por exemplo.

Mesmo quando não havia uma menção direta ao candidato em questão, a associação de várias temáticas abordadas à sua imagem acabava por ocorrer, dada a sua atuação prévia na pasta da Educação e sua formação como professor, destaques de sua campanha. Estas temáticas são oriundas da atenção voltada dos perfis conservadores à educação brasileira, em especial a partir de 2011, período em que políticos fizeram campanha para o veto do material Escola sem Homofobia, e da atuação do movimento Escola sem Partido nas câmaras legislativas do Brasil. O objetivo, segundo seus expoentes, é combater a disseminação, por parte dos poderes da República, de material escolar que incite a homossexualidade, como creem que

---

<sup>1</sup> A ideia de que as escolas e universidades brasileiras usam ideais marxistas para doutrinar alunos politicamente. O termo “doutrinação” será problematizado nesta pesquisa.

seja o caso do material do programa Escola sem Homofobia, e combater a “doutrinação” instituída nas escolas e universidades, por parte de professores.

A educação brasileira é tema recorrente de discussão em muitos âmbitos. Em um eventual debate político entre candidatos ao governo, seja municipal, estadual ou federal, dificilmente esta será uma área apontada como não prioritária. O professor, talvez o maior expoente da área, muitas vezes precisa encarar o seu ofício como um sacerdócio, seja pela baixa remuneração em comparação a outras áreas, seja pelo envolvimento de muitos na vida da comunidade escolar, ou mesmo pela idealização existente quanto ao professor e sua área de atuação.

Este profissional, por muitas vezes sobrecarregado com a quantidade excessiva de aulas, além de maior expoente da área da educação, acaba sendo também o mais enfraquecido, apontado como responsável pelo insucesso dos alunos no aprendizado, e também criticado por aquilo que ensina em sala. A educação, a partir de seus expoentes, como o docente; o material escolar; as normatizações, diretrizes e planos educacionais construídos pelo poder público, se constitui como território de disputas, no qual a existência de diferentes formações ideológicas passa a ser considerada problemática, além de haver também a demanda por uma suposta neutralidade.

Qualquer corrente de pensamento que ultrapasse a barreira do que considerem como neutralidade passa a ser combatida pelos conservadores que, ao direcionarem seu olhar à educação brasileira, trazem um discurso moralista anteriormente vinculado ao discurso religioso, próprio das instituições Católicas, mas no contexto brasileiro também fortemente associados às instituições Evangélicas.

As temáticas apresentadas pelo discurso moralista também são presentes no discurso das *fake news*. Assim, na veiculação de conteúdos falsos há um discurso sobre educação, que se revela de grande importância a partir do fato de que, conforme já mencionado, o candidato Haddad foi ex-ministro da educação de uma das gestões petistas. Diante disso, para além de toda a importância supostamente atribuída à área quando das disputas eleitorais, a educação é elevada ao centro do debate político em 2018, posto que a figura do candidato de esquerda representou tanto o que já foi feito na pasta da educação, quanto o que será realizado caso fosse eleito.

Considerando que o discurso sobre educação das *fake news* veiculadas em 2018 está inserido precisamente neste caminho, é de fundamental relevância analisar

o que dizem as *fake news*. Isso também tem especial relevância por se voltar ao que Althusser (1980) classificou como o AEI dominante nas formações capitalistas maduras: o AEI escolar. As escolas e universidades, como parte do AEI escolar, representam a maior instituição de poder do Estado que visa reproduzir as forças de trabalho e as relações de produção. Neste ínterim, analisar o discurso sobre educação nas *fake news* é buscar entender o Brasil contemporâneo.

Tomando como base a conjuntura exposta sobre as *fake news* no Brasil, a centralização da educação no debate político em 2018, especialmente no tocante a críticas e ataques ao sistema educacional do Estado brasileiro, esta pesquisa tem por objetivo geral investigar o discurso sobre educação em conteúdos compartilhados nas redes sociais, classificados como *fake news*, no período eleitoral de 2018, segundo os princípios da Análise do Discurso Materialista.

Para alcance do objetivo geral desta investigação, a pesquisa atenderá aos seguintes objetivos específicos:

- I. Compreender o funcionamento dos discursos sobre educação das *fake news*, no período eleitoral de 2018;
- II. Problematizar os sentidos de educação no discurso das *fake news*, a partir de diferentes formações discursivas;
- III. Verificar a conservação ou mudança dos discursos sobre educação das *fake news*.

Considerando estes objetivos, o caminho metodológico de realização desta pesquisa passará, primeiramente, por considerações sobre a verdade e sobre *fake news*, à luz do materialismo histórico e dialético, almejando conceituar e entender o objeto de pesquisa. Em seguida, haverá a revisão literária dos conceitos primordiais em Análise do Discurso Materialista, que são de fundamental importância para o trabalho de análise. E, por fim, analisaremos as *fake news* com temáticas voltadas à educação, compartilhadas em redes sociais no período eleitoral de 2018.

Analisar *fake news* não é tarefa simples, dado a própria caracterização dos dados em questão. Trata-se de conteúdo declarado como falso, por indivíduos e/ou instituições que possuem, no momento da análise do conteúdo em questão, autoridade para rotulá-lo como tal (esta questão será discutida no terceiro capítulo). Sendo assim, os dados são muito inconstantes, pois num momento estão disponíveis e em outro, não. Isto se dá pela demanda existente de combate à disseminação de

informações falsas, tanto no tocante ao período eleitoral, como especialmente nos casos que envolvem a saúde pública, a exemplo das vacinas e da pandemia da Covid-19.

Uma vez classificado como falso um conteúdo, o indivíduo usuário de rede social, que realiza a postagem, pode apagá-lo, ou até mesmo a própria rede social, ao constatar que o conteúdo não é verídico, excluindo a postagem. Há casos em que até mesmo o poder judiciário determina o apagamento do conteúdo falso. Compreende-se que a maneira escolhida pela sociedade para lidar com *fake news* é através do combate, que em sua maioria, envolve a exclusão deste conteúdo.

Logo, analisar postagens, vídeos, mensagens ou qualquer que seja o conteúdo que é objeto desta pesquisa requer um aparato que as colete e a elas dê publicidade. As agências de *fact-checking* realizam este trabalho ao verificar a veracidade de um dado conteúdo disseminado, classificando posteriormente como verdadeiro ou falso. Em que pese o direito ou autoridade estabelecido, que permite a tais agências classificar os conteúdos, o que também é uma questão a ser analisada no próximo capítulo, o trabalho desempenhado por elas é o que melhor possibilita que este trabalho de pesquisa seja realizado.

Atualmente, diversas são as agências de *fact-checking* disponíveis, que verificam conteúdos todos os dias, contando até mesmo com a contribuição de voluntários, que ao suspeitar da veracidade de algo, encaminham para estas agências o conteúdo que levantou as dúvidas. Ao avaliá-lo, cada agência o classifica de acordo com o que chamam de selos, que variam entre afirmar se o conteúdo é verdadeiro, falso ou mesmo parcial.

Para subsidiar esta pesquisa, as agências de verificação de conteúdos, que versam sobre educação, selecionadas foram as seguintes: Fato ou Fake, Polígrafo e Agência Lupa. Fato ou *Fake* é uma seção do portal de notícias G1 em parceria com O Globo, Extra, Época, Valor, CBN, Globo News e TV Globo. Logo, reúne grande aparato para verificação de conteúdo de forma tempestiva diariamente. Polígrafo é um portal jornalístico português especializado em *fact-checking*. A Agência Lupa faz parte do Grupo UOL, e surgiu ainda em 2015, sendo uma das agências mais antigas. Estas agências de *fact-checking* cumprem, assim, o papel de classificar o conteúdo como *fake news* e também de manter este mesmo conteúdo disponível publicamente, condição de grande importância para a realização deste estudo.

É importante salientar que, em muitos casos, um mesmo conteúdo pode ter sido verificado por mais de uma agência, em especial se a atenção dada ao conteúdo (número de compartilhamentos, por exemplo) for de especial relevância. É válido mencionar também, a dificuldade de encontrar, mesmo nas agências de *fact-checking*, o conteúdo veiculado de forma que permita analisar os dados, pois muitas, quando apresentam imagens do conteúdo, inserem nas imagens o selo “*fake*”, de forma a evitar outros compartilhamentos do conteúdo falso. Por esta razão, as agências foram selecionadas de acordo com a melhor disposição do conteúdo a ser analisado, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

No caso da *fake news* nº 4, que trata de material escolar, o conteúdo a ser analisado é um vídeo de 37 segundos e, desta forma, será analisada a sua descrição. É importante salientar que, apesar de ter sido verificado pela Agência Lupa e, consequentemente, constatado como *fake news*, o vídeo ainda permanece online por estar hospedado no *Twitter*, numa moldura que evidencia que foi originalmente hospedado no *Facebook* e com o selo atestando falsidade. Não fossem essas as condições, dificilmente seria possível encontrar este vídeo online.

O período eleitoral de 2018 é o recorte temporal para a análise dos dados, evidenciando a pauta da educação no debate político da época. Convém destacar que a data de veiculação destes conteúdos não necessariamente compreende a data das publicações nas redes sociais. A exemplo disso é a postagem da temática 1 – Gênero – que versa sobre banheiros unissex nas escolas. Fato ou *Fake* coleta datas como 2017 e 2020, mas na realidade existem manifestações similares anteriores a estes períodos.

O quadro 1 reúne a classificação destes conteúdos, que compreendem o todo do *corpus*, que estão classificados em ordem numérica de análise, tema, agência, data e rede social de origem:

**Quadro 1** – Classificação de *Fake News* por ordem e tema

ORDEM	TEMA	FONTE	ANO	ORIGEM
1	Gênero	Fato ou <i>Fake</i>	2017 / 2020 / 2022	Facebook
2	Gênero	Fato ou <i>Fake</i>	2018	Indeterminada
3	Material Escolar	Polígrafo	2018	Facebook
4	Material Escolar	Agência Lupa	2018	Facebook

5	“Doutrinação”	Fato ou <i>Fake</i>	2018	Facebook
6	“Doutrinação”	Fato ou <i>Fake</i>	2018	Facebook

Fonte: Elaborado pelo autor.

A classificação por tema dos conteúdos das *fake news* a serem analisadas possibilita melhor compreensão e articulação das análises, dada a complexidade do material. Assim, a ênfase é fixada na relação da sequência discursiva em análise, junto ao tema principal, a educação. No tocante as datas, consideramos o momento da publicação da Agência Lupa, classificando o conteúdo como *fake news*, porém a veiculação pode ter sido iniciada em período muito anterior.

Por fim, considerando a utilização de redes públicas, como *Facebook* e *Youtube* para a veiculação de *fake news*, há efetiva ação de instituições da sociedade e, até mesmo, das próprias redes para combater a desinformação, excluindo assim o conteúdo. No tocante às redes sociais de comunicação criptografada, como o *Whatsapp*, cujo objetivo é garantir a privacidade das conversas, não há como excluir um conteúdo em ações por parte de instituições (o que iria de encontro à própria política de privacidade da rede), porém, o fato de ser uma rede de comunicação criptografada e o conteúdo compartilhado somente com contatos do usuário, da rede, cria uma adversidade na seleção de conteúdos veiculados nesta rede visando a análise. Assim, agências de *fact-checking* como a Lupa, ao publicizar os conteúdos das *fake news*, preenchem uma lacuna existente para aqueles que buscam estudar este tema.

O capítulo seguinte tem como cerne a problematização do termo *fake news* e a relação da sociedade ocidental com a verdade através dos anos, buscando compreender a relação da sociedade atual com a verdade. Além disso, apresenta uma revisão literária com os conceitos da Análise do Discurso Materialista que serão mobilizados nas análises. E, por fim, no terceiro capítulo, será analisado o discurso das *fake news* sobre Educação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em muitas das definições sobre *fake news* que serão apresentadas no capítulo seguinte, termos como “verdade”, “realidade”, “fatos”, “real”, “verídico”, entre outros, são tomados para exemplificar, a nível de senso comum, como o discurso das *fake news* se afasta do que tomamos como verdadeiro. No que tange o estudo das *fake news* à luz da Análise do Discurso, o que importa é a relação de sentidos criada.

Este trabalho toma como objeto teórico os conteúdos desinformativos veiculados durante o período eleitoral de 2018, relativos à educação. O fato de se tratarem de conteúdos falsos torna a veracidade ou não de tais conteúdos relevantes. Isso porque, a todo momento, é enfatizado por instituições sociais que as *fake news* são peças de desinformação que devem ser combatidas. Desta forma, não há como não problematizar o termo ou deixar escapar os possíveis sentidos despertados pela expressão *fake news*.

Visando a necessidade de problematizar os sentidos do termo *fake news*, enquanto parte constituinte do discurso sobre educação, para delimitação do objeto de pesquisa deste trabalho, é também necessário pôr em perspectiva os sentidos construídos sobre o que concebemos como verdade, pois para estudar as *fake news* no escopo da Análise do Discurso Materialista, é necessário considerar o que é verdade segundo o materialismo histórico-dialético.

Para tanto, problematizaremos a verdade segundo esta perspectiva teórica, de forma a entender o contexto e as condições de produção do discurso das *fake news*, em nosso recorte histórico. Além disso, será discutida, brevemente, a noção de pós-verdade, que alguns já classificam como uma nova era, para enfim, discutir o termo *fake news*, considerando as definições dadas em senso comum e as construções criadas em Análise do Discurso.



## 2.1 O QUE É VERDADE? A PERSPECTIVA DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO E A PÓS-VERDADE

Ao adotar uma ótica materialista sobre a verdade, precisamos fazer um breve retorno à própria concepção do termo materialismo. Se tomarmos que tudo que é derivado do termo materialismo está intrinsecamente ligado àquilo que entendemos por matéria, temos uma aplicação objetiva do termo. Ou a matéria existe, ou não existe. A sua existência não é condicional à nossa percepção da mesma, pois a matéria já existia antes mesmo da existência do homem. E continuará a existir depois.

Em uma abordagem mais prática, tomemos por exemplo um monumento histórico, pré-existente ao nascimento de um indivíduo. Este indivíduo nasce, cresce e se desenvolve adquirindo conhecimento sobre a existência do referido monumento. O monumento não passou a existir a partir da tomada de consciência do indivíduo da existência do monumento, também não deixará de existir com o fim da consciência do indivíduo, a sua morte. O monumento existe porque é, está estabelecido, independente da consciência e percepção dele por outros. Esta é uma compreensão objetiva do monumento, e o contrário disso é uma compreensão subjetiva.

A partir da ótica materialista, a verdade é e deve ser objetiva. Isto porque ela existe independente da percepção dos indivíduos sobre ela, pois é prévia à consciência. Entretanto, na visão materialista, histórica e dialética, a verdade, mesmo objetiva, está condicionada à história e às contradições da humanidade. As contradições existentes no processo discursivo, caracterizadas através do embate de opiniões, eram parte constituinte um método efetivo de encontrar a verdade, para os pensadores da antiguidade. Com base nesta constatação, cabe refletir como o diálogo, ou porque não dizer discurso, pode nos levar a uma efetiva compreensão da verdade segundo o materialismo histórico e dialético. Há aqui a noção de que a verdade se constrói na contradição, no embate, na divergência e isso alude ao movimento, à transformação, à impermanência. Ou seja, mesmo que a verdade seja pré-existente à consciência humana, não quer dizer que seja imutável, estática. Marx diz que

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora

seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (Marx, 2008, p. 258).

Pensar a verdade enquanto um fenômeno da ordem material e dialética envolve pensar que esta compreende um processo de desenvolvimento, não de estagnação, de forma a considerar diferentes reflexões sobre o mundo e a sociedade. Porém, compreender que a verdade existe na contradição, no embate, e que pode se desenvolver, pressupõe que a mesma está sujeita ao passar do tempo e ao desenvolvimento da sociedade. Assim, a verdade, para além de um construto dialético, se faz também produto dos processos históricos da humanidade. Podemos até mesmo considerá-la um produto da luta de classes, posto que o embate entre posições antagônicas é inegável e histórico. Logo, diferentes concepções de verdade existiram de acordo com o modo de produção da sociedade, e também estão sujeitas a mudar, conforme as transformações no modo de produção e, conseqüentemente, da verdade em si.

Portanto, refletir sobre a verdade na perspectiva do materialismo histórico-dialético implica entender que esta é um construto discursivo, posto que o discurso é condicionado à história e à ideologia. Neste sentido, pensar e problematizar o termo *fake news* envolve perceber que o que compreendemos como verdade, falsidade, informação e desinformação precisa estar sujeito a uma compreensão do período histórico e da relação discursiva entre os entes envolvidos. Esta problematização envolve um caminho árduo, no qual colocamos em perspectiva as condições de produção dos discursos em que se inserem.

Conforme observado no capítulo introdutório, o termo *fake news* surge no mesmo momento em que outro termo se tornou popular: Pós-verdade. Este termo ganhou maior destaque a partir da sua definição pelo dicionário Oxford. Ademais, a Pós-verdade também foi considerada como a palavra do ano pelo dicionário, o que demonstra a sua relevância no contexto histórico observado no período, que envolveu os acontecimentos que culminaram na eleição de Donald Trump, Boris Johnson e Jair Bolsonaro. Segundo sua definição, a Pós-verdade está relacionada a circunstâncias nas quais a verdade dos fatos não é tão relevante para a opinião pública do que os sentimentos e crenças despertadas no indivíduo com respeito a uma informação.

Retomando os fatos narrados no capítulo anterior, é justamente no período de domínio da Pós-verdade que as informações falsas foram entendidas por parte considerável da população dos Estados Unidos e Reino Unido como verdadeiras,

mesmo com a comprovação de que eram falsas. O contexto histórico no qual há um domínio da pós-verdade é o cenário que permite o surgimento das *fake news*. E este contexto é caracterizado pelo amplo acesso à informação através da internet e, especialmente, pelas redes sociais. Há uma mudança na forma como as pessoas se relacionam com a informação. Sobre isso, Santaella (2019, p. 22) diz que é necessário “[...] compreender que estamos diante de uma transformação profunda nos modos como as informações são produzidas, recebidas e reproduzidas”.

A transformação nas relações da sociedade com a informação se dá pelos modos de sua produção, recepção e reprodução. É óbvio que a sociedade sempre o fez, porém não com a facilidade, velocidade e amplo alcance proporcionado pela internet e redes sociais. O uso de smartphones e internet, que mantém o indivíduo sempre “conectado”, possibilita uma maior velocidade, bem como facilidade, no acesso e compartilhamento de uma dada informação. Assim, a disputa pela verdade, característica do regime de verdade descrito por Foucault, adquire um número maior de jogadores. Qualquer indivíduo, no uso de tais ferramentas, pode produzir informações veiculadas quase que instantaneamente, na internet, e disseminadas pelas redes sociais seguindo a mesma dinâmica.

Neste cenário de disputa e no processo de transformação profunda dos modos de produção, recepção e reprodução da informação apontado por Santaella (2019), é perceptível que um dos fatores que conduziram a sociedade para a pós-verdade (ou ainda, um possível efeito da pós-verdade) é a desvalorização ou a queda de prestígio dos grandes meios de comunicação (ou grande mídia).

McIntyre (2019) *apud* Araújo (2020, p. 5) descreveu este acontecimento como “[...] a queda da importância dos meios de comunicação tradicionais”, declarando que houve (e ainda há) uma queda na atenção por parte da sociedade aos meios de comunicação de massa em detrimento do acompanhamento de notícias através das redes sociais. Neste processo, o ideal de objetividade por parte de alguns veículos da mídia, que ao apresentarem duas versões de um mesmo fato, acabam por criar uma falsa equivalência entre eles, quando na verdade um deles está mais próximo da verdade. Além disso, também há a criação de conteúdos baseados em opinião, sem compromisso com os fatos.

Nestes postulados do que podemos caracterizar como uma disputa pela verdade, McIntyre (2019) *apud* Araújo (2020) revela ainda mais quatro fatores que

contribuíram para a atual notoriedade da mesma: o negacionismo científico, que questiona a autoridade da ciência por parte de pessoas comuns; o viés cognitivo do ser humano, que revela a tendência humana de formar suas crenças sem se basear em evidências ou na razão; o auge das redes sociais como veículo de disseminação de notícias e informações; e a relativização da verdade promovida pela pós-modernidade.

Estes fatores, constatados pelo autor, levam ao surgimento da pós-verdade ou são características da mesma, e resultam num embate pela verdade que possibilita a ascensão do discurso das *fake news*. É neste contexto que estudaremos as condições de produção do discurso das *fake news*. Ou seja, o conceito de pós-verdade, à luz do materialismo histórico-dialético, que pode ser entendido como uma inversão da ordem natural objetiva do que é material.

As sensações e crenças não precedem ao indivíduo, o indivíduo existe e, em decorrência deste fato, as sensações e crenças passam a existir. De forma que não há um privilégio maior ao que tange o indivíduo e seu sentir em relação a uma determinada informação em detrimento da verdade, mas sim a construção da verdade no discurso.

A pós-verdade é uma conceitualização da verdade como subjetiva, na sociedade atual, o que vai ao encontro com o conceito de verdade objetiva do materialismo histórico-dialético. Logo, pensar sobre pós-verdade e *fake news* em uma perspectiva discursiva é pensar sobre como os processos discursivos funcionam de forma que sentidos despertados nos discursos signifiquem de diferentes formas para diferentes sujeitos. Sendo a verdade um processo de construção existente na contradição, a pós-verdade pode também ser entendida como um momento no qual os indivíduos tomam as suas verdades objetivas pessoais. A verdade só seria subjetiva numa perspectiva de fora. Para o indivíduo, a “sua” verdade é objetiva, para não dizer absoluta, pois uma outra verdade que não a sua pode ser um construto falso, *fake news*.

Como já observamos, o termo *fake news* pode ser relativamente novo, mas alguns possíveis sentidos advindos deste termo não o são. Muitos teóricos já discutiram o termo e nos seus campos de estudo buscaram contribuir na sua definição. Dialogaremos com alguns destes autores no anseio de melhor compreender o que

está envolvido no uso do termo *fake news*, delimitando assim o objeto teórico desta pesquisa.

## 2.2 A BUSCA POR UMA DEFINIÇÃO DE *FAKE NEWS*

Considerando o contexto de uso do termo *fake news* utilizado em ampla escala pelo ex-presidente dos EUA, Donald Trump, conforme observado no capítulo introdutório, entende-se *fake news* no seu sentido literal, em tradução direta: notícia falsa. A partir desta noção, temos um artigo noticioso que não corresponde com a realidade dos fatos, um entendimento próprio do senso comum.

Em decorrência desse entendimento, um dos sentidos possíveis é o de que as *fake news* seriam uma aproximação da expressão “barrigada”, ou “barriga”, que é quando um veículo jornalístico, como um jornal, divulga uma informação equivocada. Uma vez constatado o equívoco, é esperado que o jornal se retrate, posto que não havia intenção na publicação da informação.

Porém, na concepção de Allcott e Gentzkow (2017, p. 213), esta não seria uma definição precisa. Para os autores, *fake news* são “[...] artigos de notícias que são intencionalmente falsos e passíveis de verificação, e podem enganar leitores”. A partir desta definição, a intencionalidade passa a ser considerada como relevante na fabricação de um conteúdo falso. Se há uma intenção por parte do autor, redator do artigo de notícias, em enganar o leitor, é possível concluir que não faz parte de seu propósito desmentir a notícia por publicar uma nota de retratação no jornal ou portal de notícias do qual faça parte. Ao contrário da “barriga”, um artigo de notícias falso, como o que rotulamos de *fake news*, não será publicado em jornal ou portal de notícias da grande mídia, bem como não possui um redator conhecido, de grande prestígio.

Na perspectiva teórica utilizada para este trabalho, não existe a figura do sujeito intencional. Tomamos a perspectiva de Allcot e Gentzkow de intencionalidade como o ajuste no dizer de um sujeito para falar ao outro sobre determinado tema. A construção de sentidos somente se dará na relação entre os sujeitos A e B, porém existem representações imaginárias que estes sujeitos fazem de si e do tema que permitem uma antecipação do dizer, de forma a fazer ajustes. A “intencionalidade” da

qual falam os autores são entendidas, na perspectiva da Análise do Discurso Materialista, como formação imaginária do sujeito A para falar para B<sup>2</sup>.

Ainda de acordo com Allcott e Gentzkow (2017), os *websites* que criam este tipo de notícia são, em alguns casos, criados especificamente para dar vida a artigos enganosos, cujos nomes são criados de forma a parecer com os nomes de organizações e portais de notícias legítimos. Ainda, alguns destes *websites* publicizam conteúdo satírico, mas que podem induzir os autores a acreditar ser factual. No Brasil, temos como exemplo deste tipo de conteúdo o “Sensacionalista”, que apesar do nome, e da descrição do *website* como “o jornal isento de verdade”, pode confundir alguns leitores, em especial por ser um *website* vinculado ao jornal O Globo, que faz parte de um conglomerado de conteúdo jornalístico.

Os portais de notícias falsas possuem um tempo curto de atividade. Isso é constatado por aqueles que têm as *fake news* como objeto de pesquisa, uma vez que é extremamente difícil consultar este tipo de conteúdo em período posterior, na fonte primária. O tempo curto de atividade desta modalidade de *website*, que acaba por desaparecer tão rápido, possibilita que outro tipo de ferramenta seja utilizada para a propagação da notícia *fake*.

As redes sociais são utilizadas em larga escala para veicular notícias, e não seria diferente com o conteúdo falso. Deste modo, ainda que haja um *website* como “fonte” do artigo de notícias e ele desapareça posteriormente, o que prevalecerá será a postagem ou conteúdo compartilhado. O próprio formato das redes sociais possibilita que artigos de notícia falsos sejam disseminados nas redes. Allcott e Gentzkow (2017) constatam que notícias visualizadas em *smartphones* ou no *feed* de notícias do computador podem dificultar a comprovação da veracidade do conteúdo que apresenta.

Com a verificação de conteúdo comprometida, pelo usuário da rede social, as notícias falsas podem ser associadas a um conteúdo legítimo, como por exemplo através da manipulação de imagens. A figura 2 retrata uma notícia falsa, veiculada através de rede social, como se fosse oriunda do portal de notícias da Globo, o G1:

---

<sup>2</sup> O conceito de formações imaginárias será discutido posteriormente.

Figura 1 – Fake News no G1



Fonte: G1

Com este conteúdo veiculado em rede social, há uma dificuldade maior para o leitor da notícia em atestar a veracidade da informação recebida, devido ao formato de atualização do *feed* de notícias de redes como *Instagram* e *Facebook*. Uma vez que o conteúdo desapareça ou esteja envolto em tantos outros, restará a associação entre a notícia veiculada e o portal de notícias, o que confere ares de credibilidade.

Outro exemplo disto é associação entre conteúdo desinformativo e notícia é o caso trágico da dona de casa Fabiane Maria de Jesus, assassinada por linchamento após a divulgação de um boato através da página Guarujá Alerta, no *Facebook*, sobre uma sequestradora de crianças que as usava para praticar magia negra. Acompanhada do texto desinformativo, houve também a divulgação de um retrato falado da suspeita. Fabiane foi, então, confundida como sendo a pessoa da imagem e morta por populares (D'Agostino, 2017).

Neste caso específico, há uma associação entre o boato e a notícia falsa, ou *fake news*. Na figura abaixo, observamos o uso de ambos como sinônimos:

Figura 2 – Boato e notícia falsa



Fonte: G1

No título da notícia, temos o uso da palavra boato, ao passo que na descrição logo abaixo, é utilizada notícia falsa para especificar o que foi veiculado. Percebemos, neste contexto, que há uma demanda por uma conceituação, que defina o fenômeno de desinformação existente.

O G1 considerou tanto como um boato, notícia falsa um conteúdo desinformativo que foi veiculado por uma página de notícias no *Facebook*. Considerar notícia falsa um boato diminui o peso para aquele que compartilha o conteúdo desinformativo, suaviza as consequências do ato de divulgar informações falsas. O mesmo ocorre com outros conteúdos desinformativos veiculados pelas redes sociais, até mesmo o meme, para o qual adotamos a definição dada por Vieira Junior e Pelúcio (2020, p. 90):

O meme foi anteriormente adotado como um conceito vindo da sociobiologia, antes de cair nas graças das redes sociais e posteriormente ser definido como todo viral que se propaga pela rede web. Enfim, tudo aquilo que se espalha (se repete) pela internet em frases, fotos, vídeos, entre outros, adotando linguagens verbo-visuais (Vieira Junior; Pelúcio, 2020).

O meme é também veiculado nas diversas redes sociais, sob a forma de textos ilustrados, vídeos e imagens diversas. O meme, neste sentido, quando associado ao texto desinformativo, pode ser entendido como *fake news*. Um exemplo disso consta na figura 3:



**Figura 3** – Meme sobre banheiro unissex



Fonte: Twitter / PSOL.

Na imagem, vemos o início de uma postagem na rede social *Twitter* em refutação ao compartilhamento por parte do deputado federal Alexandre Frota de um meme, sugerindo como se daria a utilização de um banheiro unissex. O texto e a imagem serão analisados no capítulo seguinte. O fato é que a postagem do deputado foi classificada como *fake news*, o que permite entender que o meme, enquanto conteúdo desinformativo também pode ser rotulado como *fake news*.

Considerar que *fake news* é apenas um meme compartilhado é uma forma de suavizar as consequências oriundas da disseminação das *fake news*. Frente a isto, *fake news* é uma classificação atual dada aos conteúdos desinformativos veiculados nas redes sociais, cujo processo de verificação atribui a estes o status de falsidade, como já citado anteriormente. E, sem a devida verificação, o que existe pode ser considerado como texto, imagem ou o próprio meme.

Na disputa pelo poder da verdade, os AEl da informação despontam com uma nova ofensiva através das agências de *fact-checking*, usando o poder do jornalismo para intervir nos processos de desinformação que surgem com a veiculação de *fake news*. Em suma, o regime de verdade instituído é representado pela disputa pelo poder da verdade, no qual as *fake news* estão inseridas como parte da crença em possuir a verdade, ao passo que a verificação de *fake news* representa uma tentativa

dos AEI da informação de retomar o status de credibilidade e posse do poder da verdade.

Somente com o processo de verificação é que se pode afirmar conteúdo como *fake news*. E *fake news* se torna o termo utilizado para retratar conteúdos desinformativos, ampliando assim a sua definição como notícia falsa. Mas a busca por entender as *fake news* envolve compreender também aqueles que a compartilham, pois quando o fazem, estão inseridos no discurso enquanto sujeitos.

Compreender acerca de quem compartilha as *fake news* é talvez o exercício mais difícil ao se estudar esta temática, e é possível que, devido a isso, estudar este tipo de material sob a Análise do Discurso Materialista seja a opção mais viável. A dificuldade, em parte, reside no fato de que o uso da internet favorece o anonimato, o distanciamento, e muito do que é dito e compartilhado na internet só é feito justamente por esta condição. Outra dificuldade atrelada ao combate às *fake news*, concerne aos dados que as referenciam, pois podem desaparecer com a mesma facilidade e velocidade que surgiram. Por isso, estudar o sujeito compartilhador através daquilo que está manifestado no discurso é de fundamental importância, e por isso

O anonimato, em determinadas postagens, e o distanciamento favorecem o compartilhamento de *fake news* pela dificuldade em se chegar a este indivíduo. É praticamente impossível, por exemplo, saber quem é a fonte de um conteúdo desinformativo, para fins de pesquisa. Constitui tarefa árdua dispor dos dados para análise, ter acesso aos indivíduos que a publicaram ou compartilharam e ter acesso ao que foi dito a respeito configura uma tarefa ainda mais difícil. E, uma vez que este conteúdo é classificado como falso, poucos são aqueles que ainda discorrem sobre o assunto, o que tende a desaparecer, por ações das próprias redes sociais; demanda de terceiros, ao reportar o conteúdo como falso; por decisões judiciais ou ações do governo.

Em um momento o dado existe e em outro não, o que impossibilita também o acesso ao que estava registrado nas discussões sobre o conteúdo, no caso de redes sociais como o *Facebook*, que é mais publicizado que um grupo de *Whatsapp*. Ainda é necessário que se façam considerações sobre o próprio ato de compartilhar *fake news*.

Em alguns casos, o indivíduo se posiciona sobre aquilo que está sendo compartilhado, através de um *post* ou da mensagem que acompanha aquele

conteúdo. Em outros, não há posicionamento algum, apenas o compartilhamento. Temos aqui duas possibilidades, considerando que este trabalho analisa somente o material compartilhado, a partir de sua publicação sites de agências de *fact-checking*: o indivíduo, ao compartilhar *fake news*, emite um posicionamento ou não? O mero ato de compartilhar pode ser considerado um ato de dizer algo, ou não?

Muitos se escusam do compartilhamento de *fake news* justamente pelo fato de que “só compartilharam” associado ao fato de que não sabiam que era conteúdo falso. Mas será que, uma vez que seja muito pouco provável que se dê publicidade a algo com o que não se concorda, o ato de compartilhar um conteúdo não confere a este ato uma concordância quanto ao que é dito? Ou, de forma paradoxal, uma não concordância com o conteúdo manifestado, mas um desejo de dar publicidade ao mesmo?

Assumir que o indivíduo que compartilha *fake news* é alguém que fala, que diz algo, implica necessariamente em assumir que aquele que não compartilha também não diz algo. Pelas mesmas razões supracitadas, será que o ato de não compartilhar o conteúdo revela discordância quanto aquilo que é dito? Ou talvez um desejo de não ver o conteúdo se tornar público?

Responder a estas questões, de forma simplória é claro, seria mais fácil se houvessem dados a respeito. Quantificar as pessoas que visualizaram determinado conteúdo, comparado a quantidade de quem o compartilhou. É óbvio que o ato de não compartilhar, neste contexto, não atestaria a desaprovação do que foi dito.

O uso da função *reactions*, no *Facebook*, poderia oferecer um parâmetro quanto a desaprovação do conteúdo, mas a não manifestação, em detrimento da quantidade de visualizações, resultaria na mesma inquietação. No caso de conteúdo verificado como falso, tais questionamentos nem sempre são possíveis, pois os dados são excluídos junto com o conteúdo. E, quando possíveis, são frutos do registro de captura de tela em um dado momento, o que não é registrado dificultando sua análise. Ainda assim, é possível fazer conjecturas com base nos dados apresentados no registro.

Para além da compreensão do sujeito que compartilha *fake news*, é necessário tecer considerações sobre o tema destes conteúdos desinformativos. Isso porque estes conteúdos, em muitos casos, contemplam assuntos que muitas vezes estão associados a discussões não necessariamente correlatas.

Desta forma, nem sempre está explícito o que se trata, não é identificável de imediato, pois ainda que haja destaque no título de uma notícia, diversas vezes não há menção no texto. A movimentação de sentidos é parte constituinte do discurso, e nossa análise aqui é o que permitirá compreender como a amálgama de diferentes temas em conteúdo desinformativo resulta no surgimento de discursos sobre educação.

Assim, retomamos as temáticas identificadas na *fake news* a serem analisadas, neste trabalho, visando compreender os sentidos movimentados no discurso, para que a análise seja possível entender os discursos sobre a educação nas *fake news*. Do conteúdo em análise, foi possível identificar as seguintes temáticas, discutidas a seguir: ideologia de gênero e doutrinação.

### 2.3 O QUE VEM A SER “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NAS *FAKE NEWS*?

Pode-se considerar que o termo “ideologia de gênero”<sup>3</sup> se popularizou no Brasil a partir de dois acontecimentos, nos quais a presença de religiosos e atores políticos conservadores foram fundamentais: o veto por parte da Presidenta Dilma Rousseff ao programa Escola sem Homofobia, em 2011; e a sanção da lei nº 13005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), para o decênio 2014-2024.

O programa Escola sem Homofobia foi criado para compor parte do programa Brasil sem Homofobia, do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (LULA). O programa consistia num kit com cartilhas e vídeos informativos com o objetivo de combater a homofobia no ambiente escolar, a partir de financiamento e orientação técnica do Ministério da Educação e Cultura (MEC), porém produzido por organizações não-governamentais como a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Entretanto, líderes religiosos e políticos conservadores, entre eles o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, passaram a atacar o referido programa, apelidando-o pejorativamente de “kit gay”. O apelido em questão é como o programa se tornou mais conhecido, em um dos casos no qual o desdém e a desinformação

---

<sup>3</sup> O termo será sempre representado por aspas duplas neste trabalho, por não haver constatação evidente de sua existência, e por não ser este um termo reconhecido no meio acadêmico.

sobre um tema se torna mais conhecido do que o real conteúdo. Acusações quanto ao material produzido pelo programa Escola sem Homofobia se tornaram populares, entre elas a de que o material enaltecia e incitava a homoafetividade entre crianças em idade escolar, e que este material seria usado em sala de aula por professores.

A pressão de políticos e líderes religiosos para que o governo recuasse na efetivação do programa foi tão expressiva que o governo cedeu. Com isso, o material parou de ser produzido e nunca chegou a ser encaminhado às escolas. É relevante citar que este material seria destinado aos professores, não aos alunos, e somente para escolas de nível médio. No entanto, a narrativa que se fortaleceu foi a de que este seria um material entregue a crianças, convergindo nas *fake news* veiculadas em redes sociais.

Um dos maiores expoentes da narrativa do “kit gay” foi Jair Bolsonaro. Para além do retrocesso existente em deixar de implementar importante agenda de combate à homofobia no Brasil, o fato do governo ter cedido à pressão do grupo conservador acabou por fortalecer a pauta do conservadorismo, o que evidenciou líderes políticos que abraçaram o moralismo e a família como bandeira de luta.

Cada vez mais em evidência, esses políticos se organizaram e fizeram de suas pautas uma grande agenda de oposição ao governo, o que futuramente renderia sólida candidatura a diferentes pleitos, incluindo ao da presidência da república em 2018. Para além das questões voltadas ao enfrentamento da homofobia e tolerância à diversidade sexual na escola, um dos temas que mais chamou a atenção da pauta conservadora foi o gênero e, ao tratar deste tema, no primeiro capítulo, o Caderno Escola sem Homofobia (2011, p. 20) apresenta a seguinte distinção entre sexo e gênero:

Assim, de acordo com o senso comum, a conduta de mulheres e homens se origina de uma dimensão natural inscrita nos corpos – tal como ocorre com os animais, denominada “instinto” –, que seria a base de um tipo de personalidade e de um padrão de comportamento que se repetiria, monotonamente, em todos os seres femininos e masculinos. No entanto, o papel que a biologia desempenha na determinação de comportamentos sociais é fraco, pois a espécie humana é essencialmente dependente da socialização. O que cada pessoa é ou deixa de ser tem muito mais a ver com a maneira como foi tratada e inserida no meio social (Caderno Escola sem Homofobia, 2011).

Nota-se, neste fragmento, que a distinção entre sexo biológico do indivíduo e seu gênero está em consonância às discussões tecidas no campo dos estudos de gênero. Ao problematizar o gênero, Butler (2018, p. 21) afirma que:

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo (Butler, 2018).

Frequentemente discutida também nos estudos feministas, essa distinção passou a ser combatida pelos mesmos líderes políticos e religiosos conservadores, que fizeram coro ao descredibilizar o material do programa Brasil sem Homofobia e ao reduzi-lo ao termo “kit gay”. Desta vez, no que concerne ao ataque aos estudos de gênero, há forte presença do discurso religioso, desta vez em associação àquilo que se diz sobre educação. Surge, assim, o termo “ideologia de gênero”, no qual os estudos de gênero são associados a uma ideologia, propagada nos espaços educativos das mais diversas formas.

Uma das marcas do discurso religioso nas *fake news* sobre educação é justamente a adoção do termo “ideologia de gênero” e sua associação com termos relacionados à educação, tal qual ocorre nos conteúdos desinformativos analisados neste trabalho. Isso porque este termo surge a partir do discurso religioso conservador, em reação às pautas emancipatórias e identitárias amplamente propagadas pela causa feminista.

De acordo com Miskolci e Campana (2017), o termo “ideologia de gênero” é um “um campo discursivo de ação”. Os autores demonstram como este conceito surge de uma reação católica à disseminação da agenda feminista na luta pela igualdade de direitos, possivelmente a partir da Conferência de Benjing (1995), que ganha força nos anos 2000, no contexto latino-americano, em especial no eixo sul-americano.

Os autores citam também como o Bispo Ratzinger (que mais tarde se tornaria o Papa Bento XVI) já falava em 1997 sobre o perigo da “perspectiva de gênero”, e como a noção é perceptível no Documento de Aparecida (2007), posterior à disseminação do tema em outros textos, como o de Scala (2010). Mencionam também como a noção de “ideologia de gênero”, o que se tornou uma constante na política brasileira por parte do que os autores chamam de “empreendedores morais”, a partir da aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, no Brasil, pelo STF, Supremo Tribunal Federal (Brasil, 2022).

O período em que a equiparação de casamentos homoafetivos com heteroafetivos ocorreu coincide também com o combate ao programa Escola sem Homofobia, porém com diferentes resultados: o governo recuou na distribuição do material do programa para os profissionais de ensino em escolas de nível médio, porém o STF assegurou importante conquista para a população homoafetiva. Com isso, líderes religiosos e políticos conservadores concentraram sua atuação no campo da educação, onde aparentemente estavam obtendo mais êxito.

É neste contexto que se dá a popularização do termo “ideologia de gênero”. E com a inserção do combate à discriminação e promoção da diversidade de gênero como objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, a sociedade brasileira passa usar o termo em maior escala. Este documento, que estabelece diretrizes e metas tendo em vista cumprir com o artigo nº 214 da Constituição Federal, foi aprovado através da Lei 13005/2014, sem fazer menção às questões de gênero em suas diretrizes (Brasil, 2014).

O documento foi alvo de críticas de parte de grupos religiosos e parlamentares conservadores, que não consideravam a temática apropriada para fazer parte dos objetivos de um plano de educação em nível nacional. Um destes, que podemos considerar como combatente expressivo e popularizador do termo, é Silas Malafaia, pastor evangélico da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo que, ao criticar a “ideologia de gênero”, Malafaia também contribuiu com a definição do termo, afastando-se exponencialmente do que vem sendo discutido nos estudos de gênero.

Esta definição foi dada no vídeo *Pr. Silas Malafaia: O que é ideologia de gênero?*, publicado no Youtube em 2016, no qual afirma que:

A ideologia de gênero é uma crença, não é uma ciência, que os dois sexos, masculino e feminino, é uma construção social e cultural. Na verdade, a ideologia de gênero é a ausência de sexo. Vale qualquer coisa. Mas isso é escondido. Isso é escondido. Então, a ideologia de gênero só fala de relação de homem com homem, mulher com mulher. Mas a ideologia de gênero é um vale-tudo. Ela aceita o sexo bestial, sexo com animais. Ela aceita o incesto, que é a relação entre pais com filhos, irmãos e irmãs, a relação sexual. E a pedofilia, que é sexo com criança. Isso agora é escondido porque assusta (Malafaia, 2016).

A partir desta definição, é possível ver a associação do termo com práticas que perpassam não só pela pauta moral, tão cara ao conservadorismo, como até mesmo pela atividade criminosa. Na visão do pastor, o real significado da “ideologia de

gênero” seria velado, escondido, o que sugere que os estudos sobre gênero ocultam a sua real natureza.

Neste mesmo vídeo, Malafaia diz que apoiadores da “ideologia de gênero”, que seriam políticos do Rio de Janeiro citados pelo mesmo, querem “erotizar crianças na escola” (Malafaia, 2016, np). É possível entender essa fala, considerando o que já observamos, sobre os ataques ao programa Brasil sem Homofobia e ao PNE, como uma afirmação de que apoiadores da “ideologia de gênero” teriam a intenção de instituí-la nas escolas brasileiras.

É desta definição dada pelo político que muito do conteúdo desinformativo veiculado está relacionado. Entretanto, o termo é utilizado por diferentes membros de nossa sociedade, a exemplo de historiadores, psicanalistas e médicos, que fazem referência aos estudos de gênero, porém com diferentes definições. Ou seja, a expressão “ideologia de gênero” se popularizou, tornando-se sinônimo dos estudos de gênero, agregando duas conotações: uma pejorativa, nos moldes da definição do pastor Malafaia; e outra que remete à separação do sexo biológico do gênero.

Sendo assim, “ideologia de gênero” é um termo que passou a ser usado até mesmo por acadêmicos, porém, quando falam em ambientes fora da Academia. Não parece haver um questionamento quanto ao termo e ao fato de ser considerado uma ideologia, contanto que sua definição esteja próxima daquilo que, de fato, é discutido nos estudos de gênero.

Em contrapartida, os grupos conservadores que obtiveram notabilidade a partir do combate à “ideologia de gênero” fazem menção ao termo indiscriminadamente, associando-o a práticas repulsivas e criminosas, favorecendo seu uso em conteúdos desinformativos. A partir desta constatação, percebe-se que para compreender os sentidos mobilizados pelo termo no discurso, é necessário um trabalho de análise.

No processo de contextualização do surgimento e uso do termo “ideologia de gênero”, nos deparamos com outro termo que é muito utilizado em conteúdo desinformativo, veiculado em 2018, que está relacionado ao suposto domínio da esquerda em diferentes instituições, em especial a escola. O conceito de doutrinação, temática presente em muito do que se foi discutido no período eleitoral, no campo da educação, deve também ser problematizado para possibilitar a compreensão dos sentidos mobilizados no discurso.



## 2.4 O QUE VEM A SER “DOCTRINAÇÃO” NAS *FAKE NEWS*?

Ao considerarmos o termo “doutrinação”<sup>4</sup>, é possível que pensemos em um conceito religioso, de catequização, no qual um conjunto de crenças é transmitido para indivíduos, por aquele que detém o poder para tal, ou ainda, podemos pensar num conceito totalitarista, a partir do qual os ideais são transmitidos para indivíduos por autoridades. Ao levarmos em conta também a doutrina no Direito, que serve como base para a compreensão de leis, qualquer que seja a visão adotada para tratar de doutrina é pouco provável que sua caracterização não seja a de um conjunto de regras, teorias e interpretações que guiam o doutrinado para que possa interpretar o mundo segundo os preceitos da doutrina.

Não por acaso, este termo que não pode ser comparado a um processo educativo, justamente por não possibilitar outra visão de mundo, esteve presente em conteúdo desinformativo que objetivava explicitar o que ocorre nas escolas brasileiras. A doutrina é, e não há outro ponto de vista.

Junto a este termo estavam outros, como “comunista”, “esquerdista”, “de esquerda”, “marxista”, o que pode levar a uma compreensão de que este processo de doutrinação, supostamente ocorrido nas escolas de todo o país, oferecia apenas uma única perspectiva de compreensão do mundo, a de esquerda. A ideia de uma doutrinação ocorrida em escolas está muito próxima do que ocorre com a “ideologia de gênero”, já que ambas são associadas à esquerda brasileira, destoando, em parte, por suas origens, porém convergindo a uma aproximação de sentidos.

Uma provém diretamente do discurso religioso, e adquire novos sentidos ao se manifestar também como discurso sobre educação. Já a ideia de doutrinação aparenta ter se feito presente na pauta educacional, na qual ideais essencialmente de esquerda eram apresentadas a estudantes nas escolas, em universidades e nos materiais produzidos por seus “agentes”.

Ao considerar o contexto em que foram veiculadas as *fake news* analisadas neste trabalho (o período eleitoral de 2018), observamos dois dos maiores expoentes da ideia de que há, orquestrado pela esquerda, um processo de doutrinação de alunos para atingir determinados fins, que consideraremos a seguir: O programa Escola sem

---

<sup>4</sup> O termo será também representado por aspas duplas.

Partido (2019), capitaneado por Miguel Nagib e abraçado por lideranças conservadoras; e Olavo de Carvalho, representante intelectual do conservadorismo à época. Entender o conceito de doutrinação na educação brasileira envolve entender os debates em torno do referido programa, e a influência de Olavo de Carvalho no conservadorismo brasileiro.

O programa Escola sem Partido é descrito em seu site oficial como tendo surgido, enquanto movimento, em 2004, para combater o uso de escolas e universidades brasileiras para “fins de propaganda ideológica, política e partidária” (Escola sem Partido, 2019, np). Ainda, conclama os visitantes de sua página oficial a rejeitar a “doutrinação” nas escolas e universidades através da proposição às lideranças políticas nos níveis municipal, estadual e federal pela adoção do programa.

O programa consistia em tornar obrigatória a fixação, em escolas de ensino fundamental e médio, de cartazes com os deveres do professor, no total de seis:

O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.

O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas. Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade – as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula (Escola sem Partido, 2019, np).

A partir da instituição desta lei, caberia aos estudantes e pais monitorar a observação e cumprimento destes princípios por parte dos professores, de modo a promover o que o programa considera uma neutralidade. Isso coibiria que estes profissionais da educação se valessem da liberdade de cátedra e do impossível ideal de neutralidade para disseminar seus valores ideológicos para estudantes, que enquanto audiência cativa, seriam obrigados a escutar o professor se posicionar diante de quaisquer assuntos.

Estes doutrinadores estariam associados à esquerda, uma vez que esta possui os teóricos voltados para este fim. O programa cita alguns, como Gramsci, Althusser, Freire, Saviani, etc., e não reconhece professores de direita como parte do processo

de “doutrinação” por estarem em maior número e não organizados tal qual a esquerda (Escola sem Partido, 2019).

De todos os teóricos associados à esquerda citados pelo programa, chama a atenção a menção a Gramsci, teórico marxista e idealizador do Partido Comunista Italiano. Isso porque este é um dos teóricos citados por Olavo de Carvalho ao denunciar a influência do que chamou “marxismo cultural” na cultura da sociedade ocidental. Para entender este termo e sua associação à “doutrinação”, deve-se compreender sobre Gramsci; a teoria da hegemonia cultural; em como se deu a associação deste teórico com o “marxismo cultural”; e a popularização do termo através das “denúncias” de Olavo de Carvalho até chegarmos na menção do termo dentro do discurso das *fake news*.

O conceito de hegemonia cultural de Gramsci explicita como como a classe dominante (ou uma aliança entre classes para dominar) incorpora os seus interesses nas classes subalternas a partir da cultura. A cultura é hegemônica, e a partir daí que é demonstrado como uma classe exerce o domínio sobre outra, através de um consenso ou hegemonia, evidenciando a superioridade de uma classe perante outra.

Assim, a ideologia de uma classe se torna um conjunto de verdades que se crê válidas para a sociedade (Angeli, 2011). Neste conceito, não há dominação através de imposição, mas uma aceitação da ideologia dominante como sua própria. Gramsci se utiliza desse conceito para explicar, por exemplo, porque a tomada de poder pelo proletariado não ocorreu como esperado por Marx.

Ocorre que a teoria de Gramsci foi associada também a Theodor Adorno e à Escola de Frankfurt (em certo nível devido à crítica à alta cultura) para disseminar a narrativa do “marxismo cultural”. De acordo com Silva, Sugamoto e Araújo (2021), o autor Michael Minnicino, em artigo publicado em 1992, faz diversas acusações à Escola de Frankfurt e a seus projetos, pois associada a diversos outros elementos da cultura e autores (a exemplo de Lukács, Ginsberg e Freud), seriam vis à sociedade ocidental.

Na mesma linha, William S. Lind, escritor conservador e teórico da *Guerra da quarta geração* associa Gramsci e sua teoria a um projeto de conspiração para a destruição do ocidente. Este último, propõe uma contraofensiva ao “marxismo cultural”, através da criação de novas instituições que disputariam o poder com as instituições já dominadas, ou seja, um embate pela hegemonia, da qual se sagraram

vencedores com a ajuda do Criador (Silva; Sugamoto; Araújo, 2021). Essa menção ao Criador se revela importante, pois podemos perceber como o “marxismo cultural” está também, em certa medida, ligado à religião judaico-cristã.

E o que vem a ser o então “marxismo cultural”? Conforme constatado por Silva, Sugamoto e Araújo (2021, p. 182, 189), este termo é, para ideólogos conservadores:

um conglomerado heterogêneo de várias tendências ditas progressistas diferentes: pós-estruturalismo, feminismo liberal, movimentos pela liberação sexual e desconstrutivismo, por exemplo. Eles as apresentam de maneira caricatural, vulgarizada, propagandista e, importante, situadas dentro do campo do marxismo. [...] a narrativa do “marxismo cultural” confunde e mescla movimentos estudantis, pacifistas, pós-modernismo, política identitária, feminismo, movimento LGBT, ambientalismo etc. com marxismo, identificando no “marxismo cultural” de Gramsci e Adorno a suposta inspiração teórica de todos esses movimentos – movimentos os quais estariam todos orientados para a dissolução do cristianismo e da civilização ocidental.

Ao que tudo indica, a ideia de um “marxismo cultural” é uma espécie de roupagem atualizada para a noção de “bolchevismo cultural” disseminada durante o governo nazista da Alemanha (Silva; Sugamoto; Araújo, 2021).

Importa citar que, no tocante ao “bolchevismo cultural”, utilizado para fortalecer a ofensiva nazista contra os judeus, o elemento antissemita do termo parece suavizado no conceito de “marxismo cultural”. Também, a narrativa que define o termo não é aceita por acadêmicos e foi desacreditada como teoria da conspiração, uma vez que não existem elementos que corroborem com o que é apresentado. Entretanto, no âmbito conservador, essa narrativa é considerada factual e foi disseminada no Brasil por Olavo de Carvalho em diversos momentos.

Diante desse panorama, questionamos: Quem é Olavo de Carvalho?

Em seu *curriculum*, publicado na sua página oficial, Olavo de Carvalho se descreve como filósofo, escritor, jornalista e conferencista. Omite, porém, de sua formação a profissão de astrólogo, mencionando-a somente na seção “estudos”, destacando-se como “reconhecida autoridade”, e demonstrando que sua atuação se dava em palestras universitárias sobre astrologia. Também revela que, apesar de se considerar um filósofo, não chegou a obter a graduação. Sua certificação como jornalista também não é oriunda de nenhuma universidade, contudo relata extensa participação em cursos e conferências, congressos, publicação de livros e colaborações em jornais e revistas.

No período da eleição de 2018, Olavo já era um grande influenciador do conservadorismo brasileiro. Em artigo publicado no jornal O Globo em 2002,

disponível em sua página oficial, Olavo de Carvalho considera que o “marxismo cultural” é produto da união de postulados oriundos da Escola de Frankfurt com a ideia de Gramsci, a que chama de “revolução cultural”, que reformaria o “senso comum” da humanidade por considerar que elementos intrínsecos a este, como a religião católica, eram parte da estrutura dominante burguesa para manter sob jugo as classes dominadas, considerando este produto como uma “quarta modalidade de marxismo”, que não pregava uma revolução através de uma revolta armada, e assim foi aceita e “tornou-se a influência predominante nas universidades, na mídia, no show *business* e nos meios editoriais do Ocidente” (Carvalho, 2002, np).

No período da eleição de 2018, esse artigo de Olavo de Carvalho adquiriu ares proféticos, a partir da associação do “marxismo cultural” a outros termos como “ideologia de gênero”, em crítica às instituições que estiveram sob controle do governo do PT entre 2003 e 2016. Todo o esforço de líderes conservadores ao promover o programa Escola sem Partido; o combate ao programa Escola sem Homofobia; e o fortalecimento de narrativas como a da “ideologia de gênero” solidifica a narrativa do “marxismo cultural” e a ideia de “doutrinação” nas escolas.

A tomada de conceitos acadêmicos da teoria marxista e da teoria crítica são utilizados numa perspectiva conservadora, que os destrói e reconstrói com outros significados, resultando na existência e uso de termos com o mesmo nome, mas significados bem distintos. Se há a aceitação da representação dos estudos de gênero como ideologia de gênero por parte de membros da academia, este termo passa a coexistir com “ideologia de gênero”, grafado entre aspas para representar um significado diferente, tal qual o definido pelo pastor Silas Malafaia.

O mesmo pode ocorrer com o termo “marxismo cultural”, ao ser tomado como representação dos estudos marxistas de Gramsci e da teoria crítica. Neste trabalho, serão utilizadas aspas duplas para representar os conceitos que favorecem uma narrativa conservadora, de forma a evitar o entrelace de conceitos e, conseqüentemente, de definições.

## 2.5 CONCEITOS BASILARES DA ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA

A pesquisa que vem sendo desenvolvida se baseia nos estudos iniciados por Michel Pêcheux, maior expoente do campo, que ficou conhecido como Análise do Discurso. Neste capítulo, serão estabelecidos e definidos os conceitos basais que orientarão as análises realizadas, consoante aos estudos de Pêcheux e teóricos conceituados, filiados a corrente aqui denominada Análise do Discurso Materialista.

Podemos considerar como marco fundador da Análise do Discurso a publicação, em 1969, de *Análise Automática do Discurso*, pelo filósofo Michel Pêcheux ([1969] 1997). Esta obra, além de marco inicial da nova disciplina, faz uso de conceitos construídos a partir de outros campos de estudos diversos, que embasam a teoria. Observando os estudos desenvolvidos em psicanálise por Jacques Lacan, num retorno a Freud e aproximando-se do estruturalismo, estipulou que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (Lacan, [1964] 1988, p. 25).

Pêcheux se aproxima do estabelecimento de conceitos basilares sobre a Análise do Discurso, que serão desenvolvidos neste capítulo teórico e, concomitantemente, temos a aproximação do autor com o materialismo histórico e dialético, através dos estudos marxistas realizados por Louis Althusser, do qual foi aluno, e cujos pressupostos sobre ideologia e sujeito são fundamentais para o desenvolvimento da teoria de Pêcheux.

Em tempo, esta aproximação com o materialismo histórico e dialético é digna de registro, haja vista que Pêcheux é considerado precursor da disciplina, mas não era e não é o único a representá-la. Paul Henry, Claudine Haroche, Catherine Fuchs, Denise Maldidier e Jean Dubois fazem parte do grupo que deu início à Análise do Discurso Materialista, na tentativa de elaborar um sistema fechado, uma máquina discursiva em aproximação com a informática, até a criação do conceito de formação discursiva e da ideia do sujeito ideológico. Os estudos do grupo de Pêcheux e a Análise do Discurso Materialista foram continuados após a sua morte e, no Brasil, uma de suas maiores expoentes é Eni Orlandi.

Neste ponto, cabe um adendo quanto a conceituação desta disciplina, neste trabalho, como Análise do Discurso Materialista, e não Análise do Discurso de linha francesa, como representada em outros trabalhos. Materialista, por estar voltada para os estudos de Pêcheux e seu grupo, e aqueles que deram continuidade no

desenvolvimento da disciplina. A adjetivação “francesa”, de acordo com Silva e Batista, por um lado “nos separa de outras vertentes teóricas, por outro, homogeneiza artificialmente um conjunto diverso de desdobramentos e filiações teóricas, do qual a aproximação deve ser realizada com cautela” (Silva & Batista, 2023, p. 317). Por entender que a teoria do grupo de Pêcheux não se aproxima, neste trabalho, com outras filiações teóricas também pertencentes à linha francesa, optou-se por utilizar o adjetivo Materialista para identificar a concepção teórica aqui utilizada.

Com a publicação de *Análise Automática do Discurso*, Pêcheux (1997) questiona o entendimento da língua como um sistema de sentidos que seriam obtidos de forma universal, própria, como se fosse um texto já acabado. Sobre isso, Pêcheux (1997, p. 79) diz que:

[...] é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção [...] (Pêcheux, 1997).

Frente ao exposto, fica nítido que na Análise do Discurso Materialista não é possível considerar o discurso como objeto material de estudo, desconsiderando o extralinguístico como parte dos processos discursivos, ou seja, ignorando os fatores que condicionam o discurso. Logo, as condições de produção do discurso são parte de um processo que determina o que pode ser dito.

A Análise Automática do Discurso foi uma ruptura com a forma como o discurso era tratado pelos estudiosos da época, a partir da perspectiva materialista. A língua, enquanto estrutura não transparente, opaca, não pode ser meramente um instrumento de transmissão de mensagens de um emissor a um receptor, o que nos remete a uma retomada do esquema da comunicação de Jakobson, segundo um novo enfoque<sup>5</sup>. Análise Automática do Discurso se afasta também da definição de fala de Saussure (2006), pois o discurso é histórico e social, ou seja, envolve o caráter histórico em sua formulação e precisa do outro para que faça sentido, não sendo possível a existência do sentido num ato individual do falante.

A teoria de Pêcheux, com o tempo, passou por uma série de atualizações a partir de autocríticas de seu sistematizador, o que resultou em diferentes fases deste campo teórico. Ao longo de seu desenvolvimento, diferentes concepções foram

---

<sup>5</sup> Este novo enfoque remete ao conceito de Formações Imaginárias, a ser desenvolvido em seção específica deste capítulo.

adotadas, enquanto outras foram abandonadas, de modo a dar forma aos conceitos basais que serão discutidos posteriormente. Um exemplo de conceito abandonado por Pêcheux ao longo das fases da Análise do Discurso, divididas em três, foi o conceito de máquina discursiva, desenvolvido na primeira fase de sua teoria, na qual “[...] um processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos” (Pêcheux, 1997, p. 311).

Este conceito, por compreender que os discursos dos sujeitos estão atrelados a uma estrutura fechada em si mesma, só poderia conceber o processo discursivo como produtor de discursos surgidos de uma mesma estrutura, comum, na qual o sentido é construído entre sujeitos pertencentes a uma mesma máquina discursiva. Os processos discursivos, neste caso, são justapostos, num contexto em que “[...] a existência do outro está pois subordinada ao primado do mesmo: [...] pois ele é o fundamento combinatório da identidade de um mesmo processo discursivo” (Pêcheux, 1997, p. 313). Isto significa que o conceito de máquina discursiva não concebe a existência de um discurso contrário, não é possível, por exemplo, falar de liberalismo numa estrutura cujo cerne é o estadismo.

A partir do abandono desse conceito, Pêcheux toma emprestado de Michel Foucault o conceito de Formação Discursiva, já na segunda fase da Análise do Discurso, que determina o que pode ser dito por um sujeito de acordo com a posição ocupada, a partir de sua inscrição em determinada formação discursiva. Logo, uma formação discursiva existe em função da relação existente com outras formações discursivas.

Por fim, na terceira fase da teoria, Pêcheux passa a trabalhar com o interdiscurso, que opera com base na heterogeneidade, na qual o discurso do outro é parte constitutiva do discurso do sujeito. Assim, é abandonada completamente a homogeneidade discursiva do conceito de máquina discursiva e abraçada a heterogeneidade discursiva do conceito de interdiscurso, que constitui os discursos que atravessam as formações discursivas.

A partir da observação da base histórica da Análise do Discurso Materialista, foram destacados os conceitos que observamos nas análises que serão realizadas, objetivando responder às inquietações que motivaram a realização desta pesquisa. Cabe observar que os conceitos que trabalharemos são complexos e diretamente



ligados entre si, de forma que teorizar sobre um automaticamente nos remeterá a outro. Assim sendo, este capítulo teórico dispõe dos conceitos a partir de uma divisão que possibilite elucidar cada um para que, ao final, seja apresentada uma definição clara do objeto teórico em questão – o discurso – estabelecendo as ligações entre os conceitos que o definem.

Nas próximas seções, discutiremos os conceitos já elencados: Ideologia e Sujeito; Condições de Produção do Discurso; Formação Ideológica; Formação Discursiva e Formações Imaginárias; e Interdiscurso.

### 2.5.1 Ideologia e Sujeito

Para a sistematização dos conceitos basilares de sua obra, Pêcheux (1997) buscou definir o que chamou de “teoria do discurso”, amparando-se no estruturalismo Saussureano e na sua definição de língua. Em princípio, preocupou-se com a separação entre língua e fala, que na definição de Saussure (2006), envolvia separar o que é social do que é individual, o que é essencial daquilo que é acidental.

Nas palavras de Saussure (2006, p. 22), a língua “[...] é o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação”, enquanto a fala é, por oposição,

um **ato individual** de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir **seu pensamento pessoal**; 2º, o mecanismo psicofísico que lhe permite **exteriorizar** essas combinações (Saussure, 2006, p. 22, grifos do autor).

A partir dessa definição e da leitura de sua obra, entendemos que Saussure (2006) concentrou seus estudos na língua (*langue*), ao passo que relegou uma posição menor para a fala (*parole*), por entender que se tratava da expressão pessoal do pensamento do indivíduo, ou seja, a materialização de um ato individual, único, daquilo que pensa o indivíduo. Portanto, os estudos de Saussure (2006, p. 28) concentram-se na “[...] Linguística propriamente dita, cujo único objeto é a língua” e com isso não atribuem grande relevância à fala enquanto objeto de pesquisa.

Cabe especificar que a fala, neste contexto, não se refere ao ato de manifestar-se através de sons produzidos a partir das vibrações das cordas vocais, mas sim ao

uso individual da língua pelo indivíduo. Tanto a escrita quanto a produção vocal em si cabem nesta definição e é, a partir deste conceito de fala, que Pêcheux (1997, p. 71) passa a tecer os fios do que definirá por discurso. Em suas palavras:

mesmo que explicitamente ele não o tenha desejado, é um fato que esta oposição autoriza a reaparição triunfal do sujeito-falante como subjetividade em ato, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados à sua disposição; em outros termos, tudo se passa como se a linguística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema (Pêcheux, 1997).

A definição de fala, segundo a concepção de Saussure (2006) não é adotada por Pêcheux como conceitual para a Análise do Discurso, por compreender que aquilo que se diz só é possível a partir de determinadas circunstâncias. As circunstâncias, caracterizadas na obra de Pêcheux como parte de um processo em que atuam mecanismos formais na produção de um dado tipo de discurso, foram posteriormente representadas através do conceito de Condições de Produção, a ser discutido.

Pêcheux rejeita, assim, a ideia de um sujeito livre, origem do dizer, como parte constituinte do processo discursivo. O indivíduo, pelo fato de não ser livre, está inserido em um processo anterior a ele mesmo, e passa a ser sujeito por estar assujeitado a este processo desde a sua constituição, como parte de uma sociedade.

Esta ideia do sujeito é tomada por Pêcheux de Louis Althusser (1980), a partir de sua releitura do marxismo na sua obra *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Ou seja, o indivíduo já nasce assujeitado pela ideologia, pois já nasce como sujeito pertencente a uma dada sociedade, absorto em costumes, ideais e projeções da mesma.

Para entender a ideia do sujeito althusseriano, é necessário primeiro compreender o que Althusser entendia como ideologia. De acordo com o referido autor, o termo foi cunhado por Cabanis, Destutt de Tracy e seus amigos, para designar uma teoria genérica das ideias. O mesmo termo é tomado novamente por Marx com um sentido diferente: um sistema de ideias e representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social (Althusser, 1980).

Uma aproximação desta definição de ideologia consiste em saber que:

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os

indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 2007, p. 47)

Marx acreditava que a ideologia representa o conjunto de ideias da classe dominante, e que estas ideias estabelecem a legitimidade de sua dominação. Os indivíduos da época, pertencentes à classe dominante, reproduziam seus ideais, o que se tornava o pensamento corrente da época.

A exemplo disso, podemos pensar no senhor feudal, cujo ideal de dominação determinava que seus vassalos lhe deviam espólios do seu trabalho como forma de tributo, reproduzindo essa ideia a outros indivíduos, de modo que este se torna uma espécie de saber universal daquela conjuntura. Assim, até mesmo os vassalos acreditavam ser esta a verdade, reproduzindo este pensamento entre os seus, com o decorrer do tempo.

Com isso, é perceptível que, para Marx, a ideologia faz parte de uma estrutura de dominação, uma ilusão da qual não sabemos quando se dá o seu surgimento, e que possui um caráter negativo<sup>6</sup>. A ideologia também não possui uma história sua, pois podemos apenas supor que, a partir da noção marxista de que “[...] a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (Marx; Engels, 2005, p. 40), sempre houve um embate entre as classes (uma relação de opressão entre dominante e dominado, logo, também sempre existiu a ideologia.

A partir de sua releitura do marxismo, Althusser (1980) desenvolve o conceito de ideologia, estabelecendo alguns dos pontos mais importantes para os nossos estudos em Análise do Discurso, no que concerne este conceito. Pois a ideologia é eterna e é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, além de possuir uma existência material. Essa existência material é o sujeito (Althusser, 1980).

Para Althusser, existem na sociedade os AIEs, que são forças do Estado (e também de domínio privado) que reproduzem no indivíduo o que o autor chama de

---

<sup>6</sup> Uma vez que a ideologia é definida como a representação das ideias da classe dominante, numa relação entre opressor e oprimido, as ideias da classe dominante (patronado) são negativas para os trabalhadores.

relações de produção. Estas relações de produção garantem a sobrevivência da sociedade e do Estado por se tratarem de relações de exploração, no caso, capitalista.

Neste ínterim, a ideologia

[...] tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos” [e a desenvolve por meio de um funcionamento que] “recruta sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou transforma os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos de interpelação [...] (Althusser, 1980, p. 87).

Assim sendo, o sujeito althusseriano ou sujeito ideológico é um indivíduo interpelado pela ideologia. Percebe-se que não há aqui a noção de ideologia como tão somente uma representação dos ideais da classe dominante como a corrente de pensamento de uma época, e sim toda uma estrutura de funcionamento de uma sociedade específica, reproduzida em seus indivíduos, agora sujeitos, de forma a perpetuar o funcionamento da sociedade tal qual se encontra estabelecido.

Ampliando este conceito, podemos entender que um indivíduo se torna sujeito a partir do momento em que a família, por exemplo, escolhe seu nome; as cores que pintarão o seu quarto; ou, ainda, as cores e o tipo de roupa que este indivíduo vestirá. Tudo isso é definido pela ideologia, que inclui ideais por vezes religiosos e culturais nos quais a família se encontra inserida, em determinado período histórico. É difícil precisar, exatamente, quando se inicia o processo de assujeitamento do indivíduo, mas é possível concluir, com base neste exemplo, que ocorre cedo, e com isso arrisca-se dizer que o sujeito já nasce assujeitado.

Ao tomar este conceito do sujeito althusseriano como parte constituinte dos processos discursivos, Pêcheux se afasta da definição Saussureana de fala para caracterizar o discurso como uma construção não individual (tanto no sentido quantitativo quanto conceitual), manifestação material da ideologia na língua. O sujeito é a materialização da ideologia através do discurso e outra importante constatação sobre o processo de assujeitamento feita por Pêcheux (1997, p. 166) é a de que o sujeito é “conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar em seu lugar uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção”.

Assim, entendemos que o sujeito não tem consciência de seu assujeitamento e pensa em ser livre, mas uma vez assujeitado, não é livre no agir e, conseqüentemente, no dizer. Apesar de não ser livre para dizer o que quer, mas

subjacente a uma determinação ideológica, o sujeito seleciona saberes desta determinação e, a partir disso, poderá dizer o que lhe é determinado a partir da formação ideológica da qual faz parte<sup>7</sup>.

Ou seja, a partir da forma-sujeito, que corresponde ao sujeito universal, o conjunto de saberes de uma formação discursiva (e, conseqüentemente, de uma formação ideológica), o sujeito seleciona aquilo que interessa ao seu dizer e o diz, de sua posição discursiva. Ao constituir o seu saber via forma-sujeito, o sujeito fala, e o faz a partir de uma posição-sujeito. Um exemplo disso seria o de um curso de língua inglesa para fins comunicacionais, no qual a forma-sujeito seria o conjunto de saberes necessários para a comunicação (como as muitas formas de se desenvolver as habilidades de *listening*, *reading*, *writing* e *speaking*<sup>8</sup>) e a posição-sujeito seria a posição ocupada por um professor, que seleciona algumas dessas formas para usar em aula, para falar aos alunos.

Neste exemplo, o professor não é um indivíduo, mas uma posição ocupada no discurso, o sujeito-professor, que fala ao sujeito-aluno, e o que fala foi selecionado dentro de uma formação discursiva através da forma-sujeito. Tomemos como exemplo um fragmento<sup>9</sup> de nossos *corpora* para uma compreensão mais acurada, que se encontra presente no material número 1, cuja a temática é Gênero:

*Assim são os banheiros q o PT o Psol o PCdoB querem para nossos filhos.*

Podemos considerar que o sujeito que queremos descrever é o compartilhador da mensagem, o qual descreve um espaço, que possivelmente será compartilhado por outras pessoas. E como é utilizada a palavra “filhos”, em que podemos supor que são crianças, ou ao menos pessoa de quem se espera haver tutoria. O compartilhador, assim, ocupa uma posição de tutor, podendo ser pai ou mãe, logo, consideramos que o leitor desta mensagem ocupa posição semelhante.

Há também a afirmação de que partidos brasileiros de esquerda são os responsáveis pela provável existência do tal banheiro. Naturalmente, para além de considerações sobre o sujeito, constatamos também a ideologia que o atravessa, pois,

---

<sup>7</sup> A noção de determinação ideológica e formação ideológica será explicitada quando tratarmos dos conceitos de máquina discursiva e formação ideológica.

<sup>8</sup> [...] escuta, leitura, escrita e fala (tradução do autor).

<sup>9</sup> Para além do fragmento, há uma imagem que descreve o referido banheiro, que será ignorada no momento, mas posteriormente retomada no capítulo de análise, já que focalizamos, nesse ponto, exclusivamente no fragmento.

na manifestação sobre partidos de esquerda, podemos constatar algumas possibilidades: ou o referido banheiro é desejável, tanto para o sujeito compartilhador como para o leitor, ou o contrário. Na manifestação sobre filhos, podemos considerar a família enquanto instituição (na visão althusseriana, um dos aparelhos ideológicos de Estado). O compartilhador, quando fala, fala a partir de uma posição, para o seu leitor, e o seu posicionamento pressupõe um mecanismo que o habilita a falar o que falou, para quem falou.

Podemos perceber lacunas conceituais que resultam numa sensação de incompletude na análise. Há necessidade de conceitos outros que descrevam, para além do contexto, o que estabelece as condições de existência do discurso. Também demonstra como os conceitos de Análise do Discurso Materialista estão fortemente atrelados uns aos outros, de forma que não é possível compreender um conceito sem definir o outro. Frente a isso, falar de sujeito e ideologia envolve definir outros aspectos que os/se complementam.

Ao retomar os conceitos desta seção, temos que se o sujeito não é livre, encontra-se assujeitado pela ideologia, mas não está consciente disso e pensa ter a liberdade de dizer o que quiser. Então, tal qual a ideia de sujeito Saussureano, o que determina o surgimento do dizer? O que faz com que o sujeito diga algo?

Na tentativa de responder a estes questionamentos, discutiremos o conceito caracterizado por Pêcheux como “circunstâncias” que, posteriormente, se tornou o hoje nas Condições de Produção do Discurso.

### **2.5.2 Condições de Produção do Discurso**

O conceito de condições de produção do discurso foi criado por Pêcheux para substituir um conceito anterior, nomeado circunstâncias (Charaudeau; Maingueneau, 2012). As circunstâncias de um discurso estão relacionadas ao contexto no qual um discurso é produzido. Se considerarmos que este é um conceito herdado da Pragmática, perceberemos que este conceito se revela limitado para possibilitar a observação dos processos discursivos, pois não contempla conceitos caros à Análise do Discurso Materialista.

Na construção do conceito de atos de fala, Austin (1990) evidencia que as circunstâncias são determinantes para que atos performativos e constatativos possam

se realizar. Ele fala sobre circunstâncias apropriadas e inapropriadas, que definiriam o sucesso ou não do ato de fala, que criam o que autor nomeou “condições de felicidade e infelicidade”, determinantes ao sucesso, ou não, do ato de fala. O ato de fala é, então, considerado nulo quando as circunstâncias não são favoráveis ao proferimento.

Acerca do conceito de circunstâncias, Austin (1990, p. 13) diz,

genericamente falando, é sempre necessário que as circunstâncias em que as palavras forem proferidas sejam, de algum modo, apropriadas: frequentemente é necessário que o próprio falante, ou outras pessoas, também realize determinadas ações “físicas” ou “mentais”, ou mesmo o proferimento de algumas palavras adicionais (Austin, 1990).

Ocorre que este conceito toma o imediato presente como referência, desconsiderando o passado dos dizeres como algo próprio do discurso. Percebe-se também, com base na descrição de Austin (1990), como as circunstâncias dependem da ação do falante, e como se as suas ações no ato de proferir palavras fossem intencionais, com um objetivo delineado, pois

dizer algo frequentemente, ou até normalmente, produzirá certos efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de outras pessoas. E isso pode ser feito com o propósito, intenção ou objetivo de produzir tais efeitos (Austin, 1990, p. 89-90).

Logo, é possível entender que, em Pragmática, temos o uso da linguagem para comunicar, de forma intencional, a partir do que está posto em determinado momento na história, e cujos agentes (ou atores) deste processo de comunicação estabelecem uma ligação direta entre o dizer e o agir. Ocorre que, em Análise do Discurso Materialista, conforme observado na seção anterior, não há como conceber o sujeito como um indivíduo, uma vez que o sujeito é uma posição ocupada no processo discursivo.

Assim, uma vez que não há possibilidade de conceber a intencionalidade do sujeito no discurso, e que o conceito de circunstâncias é insuficiente para entender o discurso, outro conceito precisou ser criado, a fim de contemplar o dispositivo teórico que Pêcheux tinha por objetivo. Isto envolvia ampliar o conceito pragmático de circunstâncias, de forma a abarcar as condições históricas de produção do discurso, considerando não somente o que está posto em determinado período da história, mas

como os dizeres são somente possíveis porque já foram ditos e, ao tratar o indivíduo como uma posição ocupada no processo discursivo, uma vez que ele existe a partir do e em função do discurso, surge a necessidade de definir teoricamente aquilo que condiciona o discurso.

Sobre as condições de produção, Charaudeau e Maingueneau (2012, p. 114) dizem que:

A noção de condições de produção do discurso substitui a noção muito vaga de “circunstâncias” nas quais um discurso é produzido, para explicitar que se trata de estudar nesse contexto o que *condiciona* o discurso. Trata-se, portanto, de uma definição que separa o enunciado considerado do ponto de vista da pragmática (como uso da língua) do enunciado considerado do ponto de vista da Análise do Discurso (Charaudeau; Maingueneau, 2012).

A partir desta ruptura entre Pragmática e a Análise do Discurso Materialista, no intuito de construir o conceito de condições de produção, Pêcheux (1997, p. 78) tenta estabelecer mecanismos teóricos com fins de pensar os processos discursivos.

Segundo o autor:

[...] enunciaremos a título de proposição geral que os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos "condições de produção" do discurso (Pêcheux, 1997).

Observamos aqui a ideia de Pêcheux (1997), na qual as circunstâncias de um discurso não podem estar somente relacionadas aos mecanismos puramente linguísticos, sem considerar outras variáveis que condicionam o discurso. Essas outras variáveis estão contempladas no mecanismo de condições de produção do discurso, no qual há a implicação do extralinguístico (como, por exemplo, o processo histórico e ideológico) dos protagonistas do discurso<sup>10</sup> e do seu objeto, o que não ocorre com a noção de circunstâncias.

---

<sup>10</sup> Os protagonistas do discurso são definidos por Pêcheux como lugares determinados nas formações sociais, designados através de formações imaginárias. O conceito de formações imaginárias será desenvolvido na próxima seção.



Portanto, o conceito de condições de produção do discurso é construído por Pêcheux (1997, p. 182) para preencher uma lacuna no desenvolvimento da Análise do Discurso Materialista. Na definição ele destaca:

[...] parece efetivamente, à luz do que procede, que se pode entender por isso seja as determinações que caracterizam um processo discursivo, seja as características múltiplas de uma 'situação concreta' que conduz a "produção" no sentido linguístico ou psicolinguístico deste termo, da superfície linguística de um discurso empírico concreto (Pêcheux, 1997).

Neste sentido, as condições de produção do discurso podem significar tanto o que determina o processo discursivo, como também o que caracteriza a "situação concreta" do processo de produção do discurso. Ao fim, Pêcheux (1997) busca estabelecer uma teoria para o que chamou de "situação concreta": o relacionamento teórico das determinações a seu efeito imaginário, ou seja, é necessário entender as determinações e características de uma dada situação para que seja possível entender o processo de produção do discurso.

A partir de então, Pêcheux (1997, p. 77) conclui que

[...] um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está "isolado" etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para "dar o troco", o que é uma outra forma de ação política (Pêcheux, 1997).

Este é o esboço de um conceito fundamental para entender o processo de formação dos discursos, inicialmente caracterizado como próprio de uma máquina discursiva, uma definição que posteriormente daria espaço à adoção do conceito de formações discursivas. Este conceito será ampliado, pois, no momento é imprescindível definir o que Pêcheux caracteriza como processo discursivo e superfície linguística.

O processo discursivo é um conceito, em Análise do Discurso, que sofreu modificações com o passar dos anos, nas atualizações realizadas por Pêcheux em sua teoria. Para definir o processo discursivo, retomaremos o conceito de sujeito da Análise do Discurso, ideológico, próprio do inconsciente. Tais características do

sujeito são explicitadas por Pêcheux (1995) em conceitos denominados *esquecimento nº 1* e *esquecimento nº 2*.

Em *A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas* temos a noção de que o *esquecimento nº 1* é uma zona inacessível ao sujeito, da ordem do inconsciente, ao passo que o *esquecimento nº 2* é acessível ao sujeito de forma consciente, e que o faz através de um retorno de seu discurso sobre si. (Pêcheux, 1995).

Percebemos, então, que os conceitos diferem entre si, em especial por aquilo que é feito de forma consciente do que é feito de forma inconsciente. Já em *Semântica e discurso*, o *esquecimento nº 1* é definido como o

[...] que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento nº 1* remete, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão (Pêcheux, 1995, p. 173).

Assim, entende-se que o *esquecimento nº 1*, da ordem do inconsciente, está relacionado ao fato de que o sujeito não é a origem daquilo que é dito, porém pensa ser. O sujeito não é cômico de sua condição de assujeitado pela ideologia, nem mesmo de se encontrar dominado por uma formação discursiva (conceito a ser desenvolvido no próximo tópico).

Este esquecimento, denominado esquecimento ideológico por Orlandi (2007, p. 35),

reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos. Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam e não pela nossa vontade (Orlandi, 2007).

Este exemplo ilustra nitidamente a condição do sujeito de ser ele a origem do dizer, como que presente no ato da criação, ou da denominação de tudo que existe, ao passo em que o *esquecimento nº 2* é definido como

[...] o esquecimento pelo qual todo sujeito-falante “seleciona”, no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no

campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada (Pêcheux, 1995, p. 173).

No tocante ao *esquecimento nº 2*, o sujeito pensa que aquilo que diz possui um sentido único, sendo só o sentido possível dada a relação parafrástica existente. Como exemplo, temos o estabelecido por Orlandi (2007, p. 35), ao dizer que:

[...] ao falarmos 'sem medo', por exemplo, podíamos dizer 'com coragem', ou 'livremente' etc. Isto significa em nosso dizer e nem sempre temos consciência disso. Este 'esquecimento' produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não com outras, que só pode ser assim (Orlandi, 2007).

Assim, os conceitos de *esquecimento nº 1* e *nº 2* são fundamentais para entender os conceitos de processo discursivo, sequência discursiva e objeto discursivo, tão importantes para a Análise do Discurso, intrinsecamente ligadas às condições de produção do discurso.

Em um primeiro momento, em 1969, o processo discursivo é representado como o *processo de produção*, que representava “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas” (Pêcheux, 1997, p. 74). Posterior a esta definição, temos por processo discursivo, em 1975, “[...] as relações de paráfrase interiores ao que chamamos a matriz do sentido inerente à formação discursiva” (Pêcheux, 1997, p. 170), além disso, “[...] as relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada” (Pêcheux, 1995, p. 161), e por último, “[...] o resultado da relação regulada de *objetos discursivos* correspondentes a *superfícies linguísticas* que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas” (Pêcheux, 1997, p. 181, grifos do autor).

Assim, o processo discursivo compreende os mecanismos que evidenciam o funcionamento do discurso, a partir de uma condição específica de produção e inserção do sujeito em determinada formação discursiva. É a partir desta definição que avançamos para o conceito de superfície linguística, entendida por Pêcheux (1997, p. 180)

[...] no sentido de sequência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase. Trata-se aí de um 'discurso' concreto, isto é, do objeto empírico afetado pelos esquecimentos 1 e 2, na medida mesmo em que é o lugar de sua realização, sob a forma, coerente e subjetivamente vivida como necessária, de uma dupla ilusão (Pêcheux, 1997).

Assim, a superfície linguística pode ser entendida como uma sequência discursiva, objeto empírico de análise, ao qual podemos aplicar os conceitos que contemplam a compreensão do processo discursivo. Já o objeto discursivo é o resultado da transformação de uma superfície linguística (ou sequência discursiva) em objeto teórico produzido por uma análise linguística com o intuito de anular a ilusão criada pelo *esquecimento nº 2* (Pêcheux, 1997), isto é, o intuito da análise linguística é demonstrar que o sentido de um discurso não é único.

Retomemos o fragmento de nossos *corpora*, analisando dessa vez com a adição das condições de produção do discurso, reservando os conceitos de formação discursiva e interdiscurso, que ainda serão detalhados:

*Assim são os banheiros q o PT o Psol o PCdoB querem para nossos filhos*

Já discutimos o sujeito discursivo e como este, via forma-sujeito, recorta saberes de forma a ajustar o seu dizer. O referido sintagma faz referência a um suposto uso coletivo de banheiros por crianças em escolas, parte de um plano político oriundo de partidos de esquerda brasileiros. Porém, isso só pode ser deduzido a partir da inserção da imagem que acompanha o texto:

**Figura 4** – Banheiro unissex



Fonte: KASUGA, Pixiv.

Tomando por base o referido banheiro, em associação com os banheiros femininos e masculinos aos quais tínhamos acesso em 2018, podemos perceber que a configuração retratada na imagem é a de um banheiro masculino, no qual crianças do sexo feminino fazem uso, de formas diferentes, do mesmo tipo de equipamento, dividindo o mesmo espaço que crianças do sexo oposto.

A imagem pode facilmente ser associada a um Mangá Japonês, dada a retratação de crianças em uniformes colegiais japoneses, os Kanjis<sup>11</sup> no papel colado na parede e as características deste tipo de arte, a qual não foi possível descobrir a fonte tendo por base somente a imagem. Porém, esse recorte foi utilizado juntamente com o sintagma mencionado para demonstrar o possível uso que seria feito de um banheiro unissex por crianças, em contexto escolar.

Ao analisar este conteúdo à luz das condições de produção do discurso, submetemos a análise ao extralinguístico, inserindo o discurso em uma perspectiva histórica. Na disputa pelo cargo de presidente da república do Brasil, em 2018, um dos candidatos era um professor e havia sido ministro da Educação no governo do PT, um dos partidos presentes no sintagma. Esse discurso se entrelaça a outros discursos manifestos no mesmo período, que o constituindo. Há, assim, uma imbricação do Partido dos Trabalhadores com um possível plano de construção de banheiros unissex em escolas, o que possivelmente resultaria na configuração representada na imagem. A associação do PT a partidos de esquerda possibilita o entendimento de que este plano é compartilhado entre seus pares, logo, pode ser o produto de um governo de esquerda no país.

A partir desta vinculação entre um possível plano de construção e uso de banheiros unissex em escolas brasileiras, pode-se considerar uma equalização dos partidos de esquerda no Brasil, como se possuíssem as mesmas aspirações e objetivos ao que tange às escolas brasileiras. Esse discurso remete a outros anteriores, a outras condições de produção, mas que possibilitaram a existência do discurso, no fragmento analisado, nas condições de produção de 2018.

Não é possível ao sujeito discursivo ter consciência destes outros discursos, posto ser este um sujeito do inconsciente, subjacente aos efeitos dos esquecimentos nºs 1 e 2. Retomaremos estas observações ao tratar do interdiscurso, antes convém visitar Pêcheux (1997, p. 77), ainda tomando por exemplo o discurso político,

---

<sup>11</sup> Um dos alfabetos japoneses; um ideograma. Fonte: KUMON, nd.

considerando que o discurso deve ser remetido às relações de sentido nas quais é produzido,

assim, tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele "orquestra" os termos principais ou anula os argumentos. Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as "deformações" que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (Pêcheux, 1997, p. 77).

Assim, os conceitos de formação discursiva e interdiscurso estão imbricados nas condições de produção do discurso e são fundamentais à Análise do Discurso Materialista. Em virtude destes postulados, Pêcheux (1997, p. 79) pôde concluir que, para se analisar um discurso dado, são necessárias referências de outros discursos possíveis, pois é

[...] Impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção [...] (Pêcheux, 1997, p. 79).

Portanto, para analisar o discurso de sintagmas como fragmento em destaque, precisamos de um repertório mais amplo. Por isso, intencionalmente deixamos alguns conceitos à parte, para constatar, gradualmente, como os efeitos de sentido são construídos nos discursos e são possíveis de observar devido à constituição dos conceitos da Análise do Discurso Materialista.

### **2.5.3 Formação Ideológica, Formação Discursiva e Formações Imaginárias**

Nas seções anteriores, especificamente no trato sobre ideologia e interpelação do indivíduo em sujeito como manifestação material da ideologia, podemos fazer reflexões sobre quando ocorre esse processo. Um exemplo seria a partir do momento em que se descobre o sexo biológico do bebê, ainda no ventre da mãe ou quando lhe é atribuído um nome e sobrenome.

Exemplos não faltariam sobre o momento em que um indivíduo é interpelado e, a partir deles, é possível perceber que é um processo contínuo, ocorrido muito cedo,

determinando a forma como o indivíduo é inscrito na história. Isso é observado por Pêcheux (1997, p. 156) quando ele diz que

podemos [...] considerar o efeito de pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é “sempre-já sujeito”, destacando que essa discrepância [...] funciona “por contradição”, quer o sujeito, em toda sua ignorância, se submeta a ela, quer, ao contrário, ele a aprenda por meio de sua agudeza de “espírito” (Pêcheux, 1997, p. 156).

A ideia de que o sujeito é sempre já-sujeito é oriundo do pensamento Althusseriano, segundo o qual

as formas de ideologia familiar / paternal / maternal / conjugal / fraternal, que constituem a espera do nascimento da criança, lhe conferem antecipadamente uma série de características: ela terá o nome do seu pai, terá portanto uma identidade, e será insubstituível. Antes de nascer a criança é portanto sujeito, determinada a sê-lo através de e na configuração ideológica familiar específica na qual ele é “esperado” após ter sido concebido (Althusser, 1980, p. 92).

Na visão de Pêcheux *et al* (2011), o processo de assujeitamento está relacionado à inscrição do sujeito numa formação ideológica, que constitui, assim, “[...] um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras” (Haroche; Pêcheux; Henry, 2007, p. p. 26).

Esta definição, amparada na releitura Althusseriana de Marx demonstra que, no pensamento de Pêcheux, há uma relação antagônica de classes sociais, que também pode ser de aliança ou dominação. Ou seja, no momento em que o indivíduo se encontra interpelado pela ideologia, ele está também inscrito em uma formação ideológica (ou formações ideológicas), pois está inserido num conjunto complexo de relações.

Diante disso, podemos entender por formação ideológica um sistema de regras, posições políticas e ideológicas, entre outros aspectos, compartilhados por um grupo social. Pêcheux *et al* (2007, p. 26) passam a considerar que toda formação ideológica carrega em suas entranhas

uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão,

de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras: como apontávamos no começo, as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam. Podemos agora deixar claro: as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma formação discursiva a outra (Haroche; Pêcheux; Henry, 2007, p. 26).

A partir do conceito de formação discursiva, proveniente do pensamento Foucaultiano, o conceito de condições de produção do discurso se torna mais sólido. Uma vez constatado que o pertencimento do sujeito a uma dada formação ideológica pressupõe sua inscrição em uma determinada formação discursiva, que define aquilo que pode e deve ser dito (consequentemente aquilo que não pode e não deve), evidencia-se que o sujeito ideológico, o sujeito do discurso não deve ser entendido como indivíduo, mas como posição.

A posição-sujeito é parte constitutiva do discurso, no qual a significação de sequências discursivas dependerá das relações entre diferentes posições-sujeito ocupadas e da formação discursiva na qual estes sujeitos se inscrevem. Aqui, também é notório o conceito de sentido, a partir do momento em que há mudança no significado das palavras ao passar de uma formação discursiva a outra.

Nas palavras de Orlandi (2007, p. 42):

podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas tiram seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (Orlandi, 2007, p. 42).

A autora adiciona que “[...] a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito (Orlandi, 2007, p. 43). Neste quesito, o sujeito não é livre para dizer tudo, pois a formação discursiva na qual se inscreve é o que determina o que pode e deve falar.

É no contexto das formações discursivas que temos a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, ou seja, convém dizer que no processo discursivo o sujeito não é origem do dizer, graças a um atravessamento ideológico inerente a todo sujeito. Percebe-se, assim, que as formações discursivas funcionam como manifestações das formações ideológicas, no discurso.



É a partir do conceito de formação discursiva que podemos tratar do conceito de sentido ou, no caso do discurso, de efeitos de sentido. É no interior de uma formação discursiva que o sujeito, através da forma-sujeito, faz recortes de saberes para constituir o seu dizer, e o faz a partir de uma posição.

Consideremos, para efeito de exemplo, seguindo as definições apresentadas em *Análise Automática do Discurso*, as posições A e B, sendo A o compartilhador e B o leitor. Nestes termos, e com base nos conceitos já observados até o momento, Pêcheux (1997) vai definir o discurso não como a transmissão de informação entre A e B, mas como de um efeito de sentidos entre estas mesmas posições.

Já em relação a estes efeitos de sentido, Pêcheux (1997, p. 172) faz a seguinte afirmação sobre a língua: “[...] estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam esses efeitos de sentido”. Naturalmente, este lugar material é constituído de ideologia e sujeito à história, e a sua materialização ocorre no processo discursivo.

De forma mais didática, Orlandi (2007, p. 22) sintetiza este pensamento, ao dizer que no quadro teórico da *Análise do Discurso*

[...] nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. As sistematicidades linguísticas – que nessa perspectiva não afastam o semântico como se fosse externo – são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos. A língua é assim condição de possibilidade do discurso” (Orlandi, 2007).

Desta forma, é possível entender que a relação de efeito de sentidos do discurso existe porque tudo aquilo que é dito pelo sujeito é dito a partir de sua inscrição em uma formação discursiva. E é por estar inscrito numa formação discursiva, não em outra, que suas palavras significam isto e não aquilo. A partir desta constatação, podemos inferir a atuação da ideologia nos processos discursivos, ou nas palavras de Orlandi (2007, p. 43): “[...] as formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre serão determinados ideologicamente”.

Entende-se, com base no apontado por Orlandi (2007), que é no discurso que a ideologia se materializa. Se nas formações discursivas, o sujeito ocupa uma dada posição e, graças a isso, o sentido de seu dizer varia de acordo com a posição ocupada, concluímos que há importância atribuída ao lugar do qual fala o sujeito. Ao

falar, o sujeito projeta o seu dizer de acordo com representações que ocorrem no imaginário, a partir das quais ele ajusta o seu dizer, considerando quem será o leitor da mensagem. Em outras palavras, desta relação com o imaginário temos a representação das posições no processo discursivo.

Para Pêcheux (1997, p. 82), “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Sendo assim, no processo discursivo, o dizer do sujeito ocorre a partir de representações imaginárias que fazem alusão a imagens de quem é o compartilhador, tanto para si quanto para o leitor, ou mesmo quem é o leitor para si mesmo ou para o compartilhador.

Há também confabulações quanto ao pensamento de compartilhador e leitor sobre o tema, o que será dito. Pêcheux (1997) designou as formações imaginárias em um quadro, representado na adaptação a seguir, a fim de facilitar a compreensão do conceito e de sua aplicabilidade nesta pesquisa:

**Quadro 2** – Representações das formações imaginárias em Pêcheux e possíveis imagens depreendidas dos sujeitos no discurso sobre educação

<b>POSIÇÃO</b>	<b>QUESTÃO IMPLÍCITA CUJA RESPOSTA SUBENTENDE A FORMAÇÃO IMAGINÁRIA CORRESPONDENTE E A REPRESENTAÇÃO DAS IMAGENS</b>	<b>POSSÍVEIS IMAGENS DEPREENDIDAS A PARTIR DAS POSIÇÕES OCUPADAS PELOS SUJEITOS NO DISCURSO</b>
<b>A</b>	<i>"Quem sou eu para lhe falar assim?"</i> Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	Que imagem o compartilhador de <i>fake news</i> faz de si próprio para falar sobre educação ao leitor de <i>fake news</i> ?
	<i>"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"</i> Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	Que imagem o compartilhador de <i>fake news</i> faz do leitor de <i>fake news</i> para lhe falar sobre educação?
	<i>"de que lhe falo assim?"</i> Imagem de A sobre o tema	Que imagem o compartilhador de <i>fake news</i> faz sobre educação para falar ao leitor de <i>fake news</i> ?
<b>B</b>	<i>"Quem sou eu para que ele me fale assim?"</i> Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	Quem imagem o leitor de <i>fake news</i> faz de si próprio ao compartilhar conteúdo sobre educação?
	<i>"Quem é ele para que me fale assim?"</i> Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	Quem imagem o leitor de <i>fake news</i> faz do compartilhador de <i>fake news</i> ao compartilhar conteúdo sobre educação?

	"de que ele me fala assim?" Imagem de B sobre o tema	Que imagem o leitor de <i>fake news</i> faz de educação ao compartilhar conteúdo sobre educação?

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Pêcheux, 1997.

Pensando o modo de funcionamento das formações imaginárias, retomamos as posições A e B (compartilhador e leitor). Partindo da posição do sujeito-compartilhador para uma imagem de si próprio, temos o questionamento “quem sou eu para lhe falar assim?”, ao passo que da posição do sujeito-leitor para uma imagem do sujeito-compartilhador, teríamos como questionamento “quem é ele para que me fale assim?”.

Entendemos com isso que, consideradas as imagens atribuídas a si e ao outro, as formações imaginárias mobilizam o dizer e isso se dá através de um mecanismo da antecipação, que faz com que o sujeito ajuste o seu dizer de acordo com o jogo de imagens que opera. Por exemplo: um professor que vai se dirigir a um aluno vai ajustar o seu dizer conforme a imagem que este professor tem do aluno.

Lembrando que, conforme especificado, é um jogo de imagem, o que nos condiciona a reconhecer que não há precisão neste jogo. A imagem que um professor faz de um aluno pode se revelar equivocada de acordo com o dizer deste aluno, o que o obrigará a ajustar novamente o seu dizer. As formações discursivas são parte do processo discursivo, não o todo.

Retomemos o fragmento utilizado para exemplificar os conceitos trabalhados nesta seção:

*Assim são os banheiros q o PT o Psol o PCdoB querem para nossos filhos.*

Iniciemos a análise do fragmento a partir do conceito de formações imaginárias. O compartilhador ou A, ao falar o dizer acima, faz considerações sobre o que falará e como falará a partir de representações imaginárias, inicialmente sobre si, depois sobre o leitor ou B, e também sobre o tema.

Logo, podemos fazer as seguintes considerações sobre A: este se considera um homem/mulher heterossexual, que preza por valores tradicionais familiares, de pensamento conservador. Outra possibilidade seria A ser representado por um sujeito

que defende a quebra de paradigmas das instituições da sociedade, de pensamento mais liberal. Quanto à ótica de A para B, imaginamos também que B representa um sujeito de valores tradicionais quanto à instituição familiar, ou seja, conservador; ou que B representa um sujeito liberal, quebrador de paradigmas. Assim, o dizer de A para B será ajustado de acordo com a imagem que A tem de B.

Já sobre o tema, neste caso, o uso de um banheiro unissex por crianças numa escola é possível que A considere este uso desejável, aceitável ou não. Logo, no momento em que A fala para B, irá considerar o que pensa sobre o tema, de forma a ajustar o seu dizer. Neste jogo de imagens, há de se considerar também o que B pensa de si e sobre A, além do que B pensa sobre o tema.

Além disso, esta sequência discursiva produz diferentes sentidos a partir da inscrição dos sujeitos em diferentes formações discursivas. Logo, se A fala para B e ambos fazem parte de uma mesma formação discursiva, o sentido será um; mas terá um sentido diferente se A faz parte de uma FD, e B de outra.

No caso em destaque, numa FD conservadora, o tema em questão é repudiável, e numa FD liberal, talvez fosse aceito. Isto, obviamente, é construído através de um mecanismo de antecipação, onde há representações sobre quem é o leitor desta mensagem e a respeito do tema.

Ainda, no contexto específico das *fake news*, a materialização dos conceitos de compartilhador e leitor é complexa, pois a determinação destes no discurso é problemática. O alcance das *fake News*, através do compartilhamento em massa, nas redes sociais faz com que a representação dos sujeitos seja extremamente variável. Por exemplo, falar de compartilhador pode nos remeter tanto a quem produziu a mensagem, quanto a quem compartilha essa mensagem. Ainda o leitor, enquanto aquele que recebe o conteúdo compartilhado, ocupa também a posição de compartilhador se também compartilha o conteúdo, ou seja, a posição ocupada por um também pode ser ocupada por outro em fração de segundos.

O dizer, neste contexto, adquire uma significação similar à de compartilhar. O ato de replicar conteúdos desinformativos, para fins de pesquisa, será tomado como equivalente ao ato de dizer. Portanto, o compartilhador é o equivalente ao compartilhador da mensagem, ou conteúdo, ou *fake news*. O leitor é aquele que acessa este conteúdo, por quaisquer meios que seja, tornando-se também compartilhador quando e se também compartilha esse conteúdo.

Há, assim, uma relação em que B pode ou não se tornar também A. Tudo dependerá da posição ocupada no discurso e, conseqüentemente, da formação discursiva em que se inscrevem. Porém, nem sempre o leitor, ao compartilhar, de fato quer dizer aquilo que está posto no conteúdo compartilhado. Por vezes, a sua função é a de um divulgador, e o seu dizer acaba por se tornar um paradoxo. Ao dizer (compartilhar), o leitor não diz, ou diz o contrário do que é expresso no conteúdo divulgado.

Nos resta ainda entender como este discurso se relaciona a outros, remetendo ao fato de que há sempre um discurso prévio, anterior ao próprio sujeito, que refletirá nos discursos que virão e refletirão nos que ainda estão por vir. Desta maneira, os postulados observados sobre formação ideológica, discursiva e imaginária se ligam aos conceitos de interdiscurso e memória discursiva, discutidos na próxima seção.

#### **2.5.4 Interdiscurso**

Ao afirmar que todo discurso se conjuga sobre um discurso prévio, Pêcheux (1995) estabelece que não há possibilidade de dizer algo que não tenha por base algo dito anteriormente. Uma alegoria que exemplifica isto é utilizada por Orlandi (2007), na qual buscar a origem do dizer seria algo como seguir o sonho adâmico, de dizer as primeiras palavras e que elas signifiquem exatamente aquilo que entendemos que devem significar<sup>12</sup>.

Ao contrário disso, Pêcheux (1995) diz que toda formação discursiva pressupõe uma relação de dependência com aquilo que chamou de “todo complexo com dominante” das formações discursivas, inserido no complexo das formações ideológicas. Este “todo complexo com dominante” das formações discursivas é aquilo que consideramos por interdiscurso.

Neste contexto, Orlandi (2007, p. 43-43) faz a seguinte afirmação sobre as formações discursivas:

as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra. Dizer que a palavra

---

<sup>12</sup> A autora utiliza como alegoria Adão, personagem das religiões abraâmicas responsável por dar nome a todos os seres vivos.

significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória (Orlandi, 2007).

Ou seja, todo discurso pressupõe um já-dito, um discurso prévio, sem o qual não seria possível o dizer. Este já-dito encontra-se inserido no todo complexo com dominante das formações discursivas, nas quais se inscrevem os sujeitos, fazendo referência àquilo que chamamos de memória discursiva.

Sobre memória, quando estudada na perspectiva do discurso, Orlandi (2007, p. 31) entende memória e interdiscurso como conceitos correlatos. A autora afirma que

[...] nessa perspectiva (do discurso), ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquele que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (Orlandi, 2007).

No entanto, o conceito de memória discursiva é descrito por Courtine (2009, p. 105-106) como uma instância menor dos processos discursivos, por assim dizer.

Conforme o autor:

A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos; ela visa o que Foucault (1971, p. 24) levanta a propósito dos religiosos, jurídicos, literários, científicos, “discursos que originam um certo número de novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda a dizer” (Courtine, 2009).

Assim, consideramos que o interdiscurso compreende o todo complexo de formações discursivas (que determina o que pode e deve ser dito), além de conter tudo aquilo que já foi dito, no qual o sujeito, ao dizer, acessa esse discurso prévio, de modo inconsciente. Já a memória discursiva tem a ver com o sentido prévio de discursos anteriores, que se mantêm ou se ressignificam em outros discursos; é um sentido que, construído em determinadas condições de produção, se faz presente em outro discurso, formado a partir de condições de produção outras, nas quais pode se manter ou mesmo passar a ser outro.

Quando o sujeito fala, ele o faz sob efeito dos *esquecimentos nº 1 e 2* e, por isso, pensa haver uma relação direta entre aquilo que pensa e aquilo que diz, também

acreditando ser a origem do dizer, inconsciente de que está meramente acionando dizeres anteriores a si próprio. É neste momento que torna-se perceptível que a memória é própria do funcionamento do interdiscurso, assim como dois outros elementos que o constituem: o pré-construído e a articulação. Pêcheux (1995) classifica o pré-construído como o “sempre-já-aí” da interpelação ideológica, aquilo que permite que as palavras signifiquem algo, pois já significavam antes.

Na definição de Charaudeau e Maingueneau (2012, p. 401), em seu *Dicionário de Análise do Discurso*, temos que o pré-construído

[...] pode ser entendido como a marca, no enunciado, de um discurso anterior; portanto, ele se opõe àquilo que é construído no momento da enunciação. Um sentimento de evidência se associa ao pré-construído, porque ele foi “já dito” e porque esquecemos quem foi seu enunciadador (Charaudeau; Maingueneau, 2012, p. 401).

Diante disso, podemos compreender que o pré-construído é a marca que associa o discurso com o discurso prévio, o que já existia e já foi dito, possibilitando os dizeres, parte constitutiva do interdiscurso. Já a articulação é aquilo que constitui o sujeito em sua relação com o sentido, é aquilo que, no interdiscurso, determina a dominação da forma-sujeito.

Assim, a articulação tem a ver com o discurso-transverso, de natureza metonímica, que dá sustentação ao discurso em um processo de linearização. (Pêcheux, 1997). Então, os conceitos de pré-construído e articulação validam a definição de que o interdiscurso mobiliza os processos discursivos, e neles ocorre a união entre memória e atualidade, possibilitando que os sentidos signifiquem.

*Assim são os banheiros q o PT o Psol o PCdoB querem para nossos filhos.*

Retomaremos o fragmento do *corpus* para análise, visando exemplificar o funcionamento de interdiscurso e memória no processo discursivo:

O compartilhador da mensagem, ao construir o seu dizer, o faz a partir de uma formação discursiva na qual banheiros devem ser utilizados de acordo com o sexo biológico do indivíduo, e banheiros unissex não podem ser coletivos, mas individuais. Esse recorte para a construção do dizer, feito via forma-sujeito em uma determinada formação discursiva, pode ser observado em outros dizeres que se articulam em outras formações discursivas, que sustentam as formações ideológicas.

Esta articulação é possível por efeito do pré-construído e do discurso-transverso, postos em funcionamento pelo interdiscurso. Na sociedade brasileira, podemos considerar que esta ideia, acerca do uso de banheiros unissex de forma coletiva por crianças, não será bem aceita pela ampla maioria, com base em dizeres que manifestam a clara ideia de separação entre o que é aceitável para meninos e meninas, como *brincadeira de menina e brincadeira de menino, meninas vestem rosa e meninos vestem azul*, entre outros.

Logo, ao analisar este fragmento sob a perspectiva social e histórica, bem como os outros dizeres tomados, por exemplo, em condições de produção anteriores e atuais, é possível perceber a permanência do desejo de manutenção de práticas conservadoras da sociedade. Há também a associação entre partidos de esquerda ao desejo pela ruptura destas práticas.

Observa-se, deste modo, a constituição de um discurso que associa práticas políticas de esquerda, direcionadas ao ideal progressista e a extremos, muitas vezes, voltados ao ataque às crianças. Este discurso é relativo a dizeres outros, próprios de ataques à regimes de governo da esquerda, que se manifestam novamente em discursos como o do fragmento em análise, bem como os demais *corpora* desta pesquisa. O interdiscurso e a memória discursiva são partes constituintes do processo discursivo que auxiliam o analista a perceber diferentes sentidos em dado discurso.

Em síntese, este capítulo tratou dos conceitos basais da Análise do Discurso Materialista que viabilizarão o caminho de análise dos *corpora*, tendo em vista compreender como o discurso das *fake news* fala sobre a educação. A partir dos postulados discutidos nesta seção teórica, procederemos, no capítulo seguinte, com as análises de sequências discursivas classificadas como *fake news*, pela Agência Lupa, de *fact-checking*.



### 3 AS FAKE NEWS SOBRE EDUCAÇÃO

À luz da Análise do Discurso Materialista, serão retomadas nas análises posteriores as questões que iniciaram esta pesquisa, cujo objeto consiste em entender o funcionamento dos discursos sobre Educação, nas *fake news* veiculadas em 2018. Em muitos dos casos, não há explicitação quanto a temática das *fake news*, posto que um único conteúdo apresentado pode conter diversas informações diferentes. Apenas um trabalho de análise nos permitirá perceber a complexidade das temáticas adotadas nas sequências discursivas.

Porém, entendemos a associação entre essas temáticas e a área da educação, e como tal entrelaçamento pode produzir discursos sobre educação. Essas temáticas se mostram presentes em discursos sobre: material escolar, ações de professores, o discurso sobre gênero para alunos ou instalações e dependências de escolas. Convém investigar os discursos que se formam sobre educação a partir da análise de sequências discursivas.

Tendo como cerne do trabalho a complexidade do material de análise que temos à disposição, consideraremos a importância de investigar os discursos provenientes dos conteúdos, iniciando nossas análises com a temática Gênero. Esta é foi o primeiro tema investigado, partir da análise de dez conteúdos desinformativos.

#### 3.1 O DISCURSO DAS FAKE NEWS SOBRE GÊNERO

Durante o período das eleições, em 2018, a temática gênero foi por diversas vezes parte do debate político, especialmente na área educacional. Muito conteúdo falso foi disseminado sobre este tema, que aludia às práticas que a esquerda supostamente adotaria, caso vencesse o pleito.

O Partido dos Trabalhadores já havia governado o Brasil de 2003 a 2016, e muito do que se veiculava nestes conteúdos falsos era relacionado a tramas já existentes. Grande parte dessas narrativas sobre gênero estava voltada à área da educação, e um dos motivos tem a ver com o fato já referido de que um dos candidatos havia sido Ministro da Educação no governo do PT.

A figura 5 retoma o fragmento de análise utilizado como exemplo no capítulo teórico, desta vez em sua totalidade:

**Figura 5** – Fake news abordando "ideologia de gênero" nas escolas



Fonte: Agência Lupa

Esta imagem, retirada da página na rede social Twitter do PSOL, retrata uma postagem do então candidato a deputado federal Alexandre Frota. Deste conteúdo, retiraremos a sequência discursiva A:

*Assim são os banheiros que o PT, o PSOL, o PCdoB querem para nossos filhos.*

Em associação com a imagem, temos a representação dos três partidos políticos apresentados em A como se fossem parte de um todo, uma unanimidade, ou ao menos uma amálgama que busca um mesmo objetivo que, no discurso apresentado em A, é a instauração de um banheiro unissex em escolas brasileiras.

Ou seja, os três partidos, mesmo com todas as idiossincrasias, estatutos, constituição, perfis de filiados e dirigentes, componente ideológico e demais características que os tornam singulares, são aqui reduzidos a uma única mesma estrutura, com a mesma finalidade. Para melhor percepção dos conceitos mobilizados nas análises, iniciaremos nossas observações a partir da imagem.

Inicialmente, cabe observar o que ilustra esta descrição de um banheiro unissex, em uma escola. De imediato, percebe-se um ambiente confuso, onde meninos e meninas utilizam o que aparenta ser um mictório, no qual algumas meninas fazem uso agachadas, outras em pé. Há a presença de meninos no banheiro, alguns já fazendo uso, outros aguardando sua vez. A cena se revela inusitada, uma vez que inexistem banheiros deste tipo na sociedade ocidental.

A imagem é, na realidade, obra do ilustrador japonês Kasuga, que publica parte do conteúdo de seu acervo online na plataforma Pixiv, cujo objetivo é oferecer suporte para artistas criarem e divulgarem suas obras, aproximando-os de admiradores de modo virtual. Nesta plataforma, existe um filtro de conteúdo, que impossibilita acessar a imagem original publicada pelo autor. Se essa imagem for classificada como disponível apenas para maiores de dezoito anos, como o caso em questão.

Para acessá-la, é necessário criar uma conta na plataforma e, posteriormente, desligar o filtro de conteúdo explícito. Porém, essa imagem foi utilizada em redes sociais como *Facebook* e *Instagram*, sem qualquer tipo de restrição, associada a conteúdos falsos.

Uma vez alertado por seguidores brasileiros sobre a utilização de sua obra para fins políticos, o autor posicionou-se contra este uso, proibindo qualquer associação de sua obra para usos não autorizados, o que caracterizaria violação de *copyright*. Desperta atenção que o apelo do autor, no *Twitter*, é uma republicação da proibição do uso de sua obra para atacar certos grupos sociais, conforme pode ser observado na figura 6, uma captura de tela da plataforma Pixiv, em 2009.

**Figura 6** – Kasuga proíbe uso político de sua ilustração



Fonte: Pixiv.

Ainda assim, esta imagem foi utilizada por diferentes agentes políticos durante o período eleitoral de 2018, também em campanhas para as disputas eleitorais, em esfera municipal, em 2020, bem como na disputa pela presidência da república, em 2022, com o intuito de atacar partidos políticos de esquerda e seus representantes. O caráter parafrástico do discurso é evidenciado pelo uso reiterado desta imagem com novos ou diferentes dizeres, em períodos diversos, demonstrando como o discurso aparenta manter certo nível de estabilidade.

A figura 7 retoma a sequência discursiva A, inserindo outros dizeres em sua constituição.

**Figura 7** – Fake news sobre "ideologia de gênero"



Fonte: Agência Lupa.

Para melhor especificar o uso de diferentes sequências discursivas, classificaremos o conteúdo como um todo como A, esmiuçando as demais sequências em períodos.

Assim, fica a sequência A1:

*Assim são os banheiros que o PT, o PSOL, o PCdoB querem para nossos filhos.*

A sequência A2:

*No dia 11 de novembro o STF irá votar a ADI 5668, ação movida pelo PSOL, para tornar a Ideologia de Gênero obrigatória nas escolas públicas e privadas.*

E a sequência A3:

*Se aprovada, as crianças escolherão se querem ser meninos ou meninas e os banheiros serão comuns.*

Ao analisarmos A, entendemos, em A1, a mesma sequência discursiva da figura 4, ou seja, uma representação de três partidos de esquerda no Brasil e uma afirmação de seu objetivo político, utilizando como reforço visual a mesma imagem do

artista Kasuga, a ilustração de um banheiro unissex de uso coletivo. Desta vez, foi acrescentado um texto, que serão analisados como sequências A2 e A3.

O conteúdo da figura 6 foi veiculado em outro período, 2020, que condiz mais com as campanhas políticas para as eleições municipais. O candidato Jair Bolsonaro já havia vencido o pleito para a presidência da república, logo, as condições de produção do discurso já eram outras, mas ainda assim é possível perceber certa estabilidade no discurso, tanto pela retomada dos dizeres presentes na sequência A1, quanto pelo que se apresenta em A2 e A3. Nestas sequências, o discurso se constitui pela afirmação acerca do uso da instituição escola como espaço de convivência que se torna nocivo para a instituição familiar, pois desconstruiria regras e valores caros à sociedade.

Visando entender o exposto em A2 e A3, observaremos as condições em que se produziram os dizeres destas sequências discursivas. Temos nesta a inserção do poder judiciário, o Supremo Tribunal Federal (STF); uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI); além de fazer alusão à chamada ideologia de gênero. Há também a afirmação de que o PSOL está fazendo uso de uma ADI para que o poder judiciário torne obrigatório a “ideologia de gênero”.

Como resultado disso, temos em A3 uma afirmação sobre a possibilidade de crianças escolherem seu gênero, assim como a criação de banheiros comuns, unissex, coletivos. Estas sequências discursivas, veiculadas em diversas redes sociais e de diferentes formas, aludem à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5668. Esta ADI existe e é possível consultar seu teor no site do STF, no qual constata-se que de fato foi protocolada pelo PSOL e que, se consultada no período de veiculação do conteúdo desinformativo presente na imagem, seria possível acompanhar o seu andamento.

Entretanto, o objetivo desta ação é dar cumprimento ao artigo nº 214 da Constituição, e em nada tem a ver com o que se convencionou por “ideologia de gênero”:

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5668), na qual pede que o Supremo Tribunal Federal (STF) dê interpretação conforme a Constituição Federal ao Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei 13.005/2014) para reconhecer o dever constitucional das escolas públicas e particulares de prevenir e coibir o *bullying* homofóbico, consistente em discriminações por gênero, identidade

de gênero e orientação sexual, bem como de respeitar a identidade de crianças e adolescentes LGBT no ambiente escolar. A lei tem como objetivo dar cumprimento ao artigo 214 da Constituição Federal (Brasil, 2017).

A data 11 de novembro é citada, referindo-se à manifestação do relator no STF sobre a ação. Sendo 2020, o então Presidente da República Jair Bolsonaro foi uma das partes intimadas, em uma ação que visa obrigar as escolas a coibirem o *bullying* homofóbico, além de pedir que a identidade de crianças e adolescentes LGBTs seja respeitada. É neste íterim que se perfazem as condições de produção das sequências discursivas apresentadas. E, a partir daí, ao retomarmos o conceito de formações imaginárias, visualiza-se os ajustes feitos pelo compartilhador da mensagem para falar ao leitor.

Ou seja, a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A (quem sou eu para lhe falar assim?), bem como a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A (quem é ele para que eu lhe fale assim?), além da imagem quanto ao tema (de que lhe falo assim?). Na sequência A1, podemos entender o compartilhador como alguém que nivela os partidos de esquerda como iguais, possuindo um só objetivo. A partir desta imagem de si, entende o leitor como alguém que necessita ter essa percepção.

Nas condições postas, em 2017, no período de campanha eleitoral para a presidência da república, e no momento de manifestação do relator do objeto da ADI 5668, vemos a manutenção da classificação unitária de partidos de esquerda, com o mesmo objetivo. Sendo o PSOL o ajuizador da ADI em questão na A2, esse discurso se potencializa.

A inserção do termo “ideologia de gênero” em A2 e sua associação a uma obrigatoriedade por parte das escolas, instituída pelo STF, um dos poderes do Estado, nos remete à imagem do compartilhador quanto ao tema “ideologia de gênero”, bem como à imagem que tem do STF e, até mesmo, do Estado Brasileiro. Sendo assim, a associação entre o tema “ideologia de gênero” e a sua obrigatoriedade de “implementação” em escolas públicas e privadas do Brasil constrói um discurso que se constituiu originalmente de natureza religiosa, que se modificou para outro discurso com voltado à educação.

O leitor projeta, assim, uma imagem de um lugar de A para A na qual este sujeito é atravessado pelo discurso religioso, e se apropria deste discurso para falar de educação. Ao realizar tal abordagem, o compartilhador manifesta o conservadorismo, elemento pungente no discurso religioso.

Ao tratar gênero como ideologia, o compartilhador considera que o comportamento de um indivíduo é resultado de um conjunto de ideias no qual se vê representado. E, ao associar esta ideologia com o espaço escolar, o compartilhador considera que é neste ambiente que os indivíduos aprendem a adotar este comportamento. Ademais, conclui que isto se dará por forma de lei, sancionada pelo poder judiciário.

Os ajustes feitos no discurso do lugar de A para o sujeito colocado em A consistem na construção de um discurso que envolve um conservadorismo nos âmbitos religioso, político e educacional. Quanto à projeção de imagens de A para B, ajusta-se o discurso para dar conta da imagem que A tem de B como um sujeito também atravessado por este discurso conservador.

Não se trata de falar necessariamente para um religioso, ou mesmo alguém engajado em política, ou alguém que se envolva em estudos sobre educação ou dela faça parte diretamente. Mas sim, de falar para aquele leitor que, quando pensa em educação, em diferentes instâncias, nos diferentes profissionais da educação, no material escolar, nas salas de aulas, ou mesmo nas instalações e dependências dos prédios escolares, o faz a partir de um pensamento conservador.

Quanto ao tema, é possível compreender que se trata de algo que destoa da ideologia que atravessam tanto compartilhador quanto leitor. Em A3, há uma associação entre “ideologia de gênero” e a possibilidade de escolher a qual gênero pertencer. Compartilhador e leitor compreendem, assim, que o tema está relacionado à mudança de gênero, o que configura uma transformação na identidade dos indivíduos, que ainda estão em idade escolar.

A infância é ressaltada pelo uso dos substantivos *meninos e meninas* em vez de homens e mulheres, caracterizando, deste modo, o tema em questão como algo nocivo, prejudicial ao desenvolvimento dos indivíduos, e que ocorre em um ambiente não controlado pelos pais – a escola. Também em A3 afirma-se que os banheiros dos prédios escolares serão de uso comum, unissex, o que resulta num espaço compartilhado entre crianças que poderiam mudar de gênero.

Nesta direção, ainda que um dos indivíduos não tivesse o interesse de realizar esse processo de mudança de gênero, mesmo assim teriam de usar um banheiro compartilhado com outras crianças, independente do sexo, masculino ou feminino, e independente do gênero com o qual se identificassem.

Há também a constituição de um discurso a respeito dos poderes do Estado, o STF, que está representado em A2 como parte do Estado que pode ou não estar em consonância com a esquerda no país, nesta sequência discursiva representada pelo PSOL. E, ao considerarmos o condicional *se aprovada* (a ADI nº 5668) e os verbos *escolherão* e *serão*, conclui-se que o poder judiciário é uma instância final, que decide e institui, segundo esta definição, ao poder executivo caberia meramente cumprir aquilo que fora determinado.

E por que a compreensão de que o poder judiciário teria o poder para definir, enquanto instância final, se revela importante nesta análise? Consideremos que, no discurso veiculado através de *fake news*, no período eleitoral de 2018, as condições de produção do discurso eram outras. Havia a possibilidade de um governo de esquerda ser instituído novamente, sendo assim, a veiculação do discurso pelo compartilhador é feita em ajustes imagéticos para alcançar leitores que tenham uma mesma imagem do tema.

Entretanto, em 2020, a esquerda, ou as forças progressistas brasileiras, já haviam sido derrotadas no pleito, e o Brasil era governado pela direita, ou pelas forças conservadoras do país. As condições de produção de discurso eram outras, mas ainda podemos notar uma continuidade discursiva no momento em que, mesmo com um representante da direita no poder, a possibilidade da instalação de banheiros unissex nas escolas se mantinha real. A possível razão para tal está na atuação de partidos de esquerda, desta vez em oposição ao governo, acionando o poder judiciário para atingir ao seu objetivo, que seria a obrigatoriedade da adoção da “ideologia de gênero” nas escolas.

Com o conceito de memória discursiva, observamos que, do discurso veiculado em 2018 para o discurso veiculado em 2020, há a manutenção de sentidos quanto à iminente instalação de banheiros unissex nas escolas brasileiras, porém há também a tomada de outros sentidos, a partir da sua associação com o termo “ideologia de gênero”, cunhado originalmente em discurso religioso.

O banheiro unissex nas escolas passa a ser um tema que dá forma a um discurso sobre educação, e este discurso pode ser expresso numa frase do tipo: a educação brasileira jaz no poder da esquerda. E, a partir desta constatação, em um país governado pela direita, é possível depreender que outros poderes da república



podem também ser pela esquerda dominados ou aliciados. No caso desta análise, temos a menção direta ao STF.

Com a manutenção e retomada de sentidos nas diferentes condições de produção, é possível compreender a formação de discursos sobre educação a partir do discurso religioso, no momento em que notamos os ajustes do dizer feitos de A para B, sobre o tema. Não se trata somente de falar acerca do conteúdo, mas também de falar sobre aqueles que o defendem.

Ao tomar a definição conservadora de “ideologia de gênero”, considera-se que a mudança de gênero será institucionalizada (através do banheiro unissex de uso coletivo nas escolas) pela esquerda no Brasil. Apesar de não haver menção à esquerda, ou às forças progressistas, compreende-se o sentido desperto a partir da associação entre três partidos de esquerda em A1 como possuindo um mesmo objetivo, e na menção ao PSOL em A3, portanto, falar de “ideologia de gênero” é falar sobre a esquerda.

A associação entre a esquerda e o poder judiciário, em A3, pressupõe um possível aparelhamento ideológico de instituições republicanas. Não há direta menção a este fato, mas é possível chegar a este entendimento ao considerarmos o seguinte: dado o sentido conservador atribuído à “ideologia de gênero”, não parece razoável aceitar que outros que não sejam agentes progressistas a desejassem obrigatória em escolas; logo, se aprovada, certamente o STF é de esquerda ou é por ela dominada.

Esta dominância sobrevive mesmo com a eleição de um governo conservador, combatente do progressismo e se compartilhador e leitor não desejam a “ideologia de gênero” implantada nas escolas, devem voltar a sua atenção para os representantes progressistas que a defendem (em A3 representadas pelo PSOL), bem como para o poder judiciário que, nas condições de produção do discurso apresentadas em 2020, poderiam ou não se mostrar alinhadas à esquerda a partir da aprovação da ADI.

Ou seja, não há aqui um discurso voltado à instituição escola, aos professores ou ao sistema educacional como um todo, mas sim a políticos (identificados no discurso pelos partidos políticos) e a magistrados. Há, ainda, uma associação subentendida entre a área da educação e a esquerda no sentido de que esta é uma área de interesse da mesma. Sendo objetivo da “ideologia de gênero” perverter a sociedade, a esquerda volta a sua atenção para as escolas, como forma de estabelecer sua dominação sobre os indivíduos quando ainda são crianças.

Retomando o conceito de ideologia e sujeito, para tratar educação e “ideologia de gênero”, partimos do princípio de que o compartilhador, ao ajustar o seu dizer, o faz a partir de uma perspectiva conservadora. Então, ao falar sobre o tema, ajusta o seu dizer para um discurso conservador, tendo o leitor também um viés conservador.

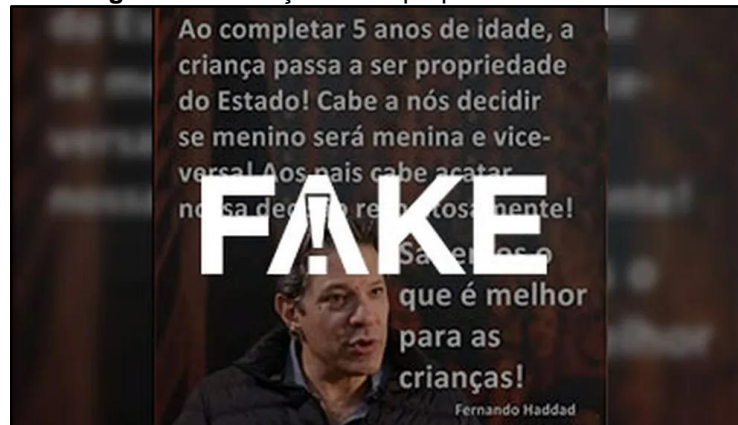
Sendo assim, os efeitos de sentido existentes na relação entre A e B dependem se A e B são assujeitados por uma mesma ideologia. Se considerarmos que B não é atravessado por uma ideologia conservadora, os efeitos de sentido do discurso serão diferentes. B não terá, por exemplo, a mesma compreensão de “ideologia de gênero” por não ser este atravessado por uma ideologia conservadora.

Se o sujeito posto em A toma o seu saber sobre o tema de uma formação discursiva determinada (através da forma-sujeito) e, ao dizer, o faz a partir de uma posição-sujeito, ele o faz segundo aquilo que lhe é possível dizer a partir da formação discursiva na qual está inscrito. Acerca do que está posto em A1, A2 e A3, podemos considerar que o leitor, ao dizer (compartilhar), toma o seu dizer de diferentes FDs, como uma FD-político-conservadora, uma FD-judaico-cristã, e daí um discurso oriundo do discurso religioso se constitui em discurso político, que produz também um discurso sobre educação a partir da associação entre educação e “ideologia de gênero”.

O sujeito acessa esses saberes prévios sem se dar conta disso, pensa ser origem do dizer. Esse entrelace de saberes no discurso, que constitui um discurso prévio, só pode ser observado através da memória discursiva. Se na análise de *fake news* com a temática “ideologia de gênero” é notado que falar sobre este tema é falar também sobre a esquerda e sua atuação política e relação com as instituições, é mister observar se há permanência ou transformação de sentidos na análise de outros conteúdos.

Retomemos o fragmento A3 em que é dito que *crianças escolherão se querem ser meninos ou meninas*. Esta possibilidade de escolha surge a partir da obrigatoriedade da aplicação da “ideologia de gênero” nas escolas, a partir de uma proposta da esquerda, em 2020. Porém, ainda em 2018, veiculou-se *fake news*, cujo conteúdo foi atribuído ao candidato pelo PT à presidência, Fernando Haddad, no qual a possibilidade de uma mudança no gênero ou sexo é admitida, sendo de responsabilidade do Estado. A figura 8 é uma representação do conteúdo que foi veiculado pelo *Facebook* no período.

**Figura 8** – Crianças como propriedade do Estado



Fonte: G1.

Dividiremos o texto apresentado em três sequências discursivas, sendo:

Sequência B1:

*Ao completar cinco anos de idade, a criança passa a ser propriedade do Estado!*

Sequência B2:

*Cabe a nós decidir se menino será menina e vice-versa!*

E sequência B3:

*Aos pais cabe acatar nossa decisão respeitosamente! Sabemos o que é melhor para as crianças!*

No tocante às condições de produção do discurso, compreendemos a disputa pela presidência da república em 2018, o forte sentimento anti esquerda que se seguiu ao *impeachment* da presidenta Dilma e a expressiva narrativa conservadora contra a “ideologia de gênero”, críticas ao programa Escola sem Homofobia, ao “marxismo cultural” e à “doutrinação”. A partir destas condições, nesta *fake news* temos a associação da imagem do candidato petista e uma fala a ele atribuída, constituindo um discurso sobre educação, no momento em que sua imagem e seu nome são associados àquilo que é dito.

Ao considerarmos as possíveis representações imagéticas de A para A, A para B e de A para o tema, podemos considerar duas possibilidades. Na primeira,

entendemos a imagem que o compartilhador faz de si, do leitor e do tema como literal, no qual este replica o dizer atribuído a Haddad, por considerar válido o que é dito. Assim, este seria um sujeito que considera que as instituições familiares e o Estado devem ser separadas, mas que o Estado tem como dever decidir sobre a vida dos indivíduos, a partir dos cinco anos, interferindo no sexo biológico e/ou gênero.

Na segunda, entendemos o dizer deste compartilhador como paradoxal: ao compartilhar o conteúdo, o compartilhador tem um pensamento contrário ao que é manifesto, e a imagem que faz de si é a de um conservador, que concebe as instituições família e Estado como separadas, cada uma devendo desempenhar suas funções específicas. Aparentemente, este compartilhador ignora, talvez de forma proposital, a diferença entre sexo biológico e gênero. Ao dizer, A projeta previamente que B possui também a mesma imagem quanto ao tema, a saber, a separação entre as instituições família e Estado. Com base nas condições de produção do discurso e nas formações imaginárias em questão, acreditamos ser a segunda possibilidade a mais adequada ao caso.

Tomemos o que está posto em B1. Se considerarmos que a matrícula escolar era obrigatória em 2018 para crianças a partir de seis anos de idade, podemos fazer uma associação entre a faixa etária em que a matrícula se torna obrigatória, junto a falsa narrativa de que as crianças se tornariam propriedade do Estado a partir de cinco anos. A partir de tal associação, a criança se torna propriedade do Estado no momento em que é matriculada na escola.

Entende-se, a partir disto, um discurso subentendido, crítico à obrigatoriedade da matrícula em escola ou mesmo ao ensino compulsório em escolas. Talvez o compartilhador não seja favorável à frequência obrigatória à escola, seja defensor do *homeschooling*<sup>13</sup>, ou ainda, não seja a favor do ensino acadêmico por completo.

Uma vez propriedade do Estado, através do ingresso em unidade escolar, a criança passa a ser ensinada segundo a ideologia do Estado, e não mais de acordo aos valores familiares. Se considerarmos que tal afirmação é creditada ao nome e à imagem do representante do PT à disputa pela presidência da república, a fala se converte numa afirmação do que acontecerá se este representante for eleito.

---

<sup>13</sup> Modalidade de ensino realizada em casa, dispensando a frequência escolar, realizada por pais ou tutores contratados. Atualmente, o *homeschooling* não é permitido no Brasil.

Na representação imaginária de compartilhador e leitor quanto ao tema, esta é uma situação a ser evitada, logo, o ato de compartilhar produz um efeito de aversão à fala que se atribui ao candidato. *A criança enquanto propriedade do Estado* é um discurso de negação de valores tradicionais familiares e do direito de como educar as crianças, uma ruptura no exercício do poder familiar.

Em B2, afirma-se que compete ao Estado *decidir se menino será menina e vice versa*. Não há menção explícita à “ideologia de gênero”, porém há uma referência subentendida ao tema na forma como é apresentado no discurso das *fake news*. Também não há na afirmação uma diferenciação entre gênero e sexo biológico, o que torna possível concluir que o compartilhador desconhece a diferença ou considera que ambos os conceitos são os mesmos.

Compete refletir que o verbo utilizado é *decidir*, o que cria a ideia de que a opção por um gênero/sexo ou outro é possível, ou seja, é comportamental, pode ser aprendido; e que caberá ao Estado decidir, pois a vontade do indivíduo não será respeitada. Diferente da *fake news* sobre “ideologia de gênero” e banheiro unissex, aqui a mudança de gênero/sexo não é facultada à livre escolha do indivíduo.

Se outrora houve a preocupação quanto à exposição de crianças a uma ideologia que as ensinaria valores diferentes dos tradicionais familiares, que poderia mudar seu comportamento e vontade, ocasionando uma possível mudança de gênero, agora há a preocupação quanto a esta mudança ser imposta pelo Estado. Não se trata tão somente do uso de banheiros unissex coletivos, mas da outorga estatal da mudança de postura e das crianças e, este uso da máquina estatal seria feito pela esquerda, caso tomasse o poder.

Identifica-se, assim, o temor quanto à retomada do poder pela esquerda no compartilhamento de *fake news* atribuídas a Haddad, pois este representa a quebra do poder parental e o surgimento de um estado autoritário. Esta constatação pode ser observada em B3, em que há uma menção direta à família no substantivo *pais*. A estes, caberá acatar a decisão *respeitosamente*, o que pode caracterizar também uma obediência pacífica, passiva, a um controle estatal sobre a família.

Os sentidos despertados a partir desse discurso remetem ao controle, autoritarismo, perversão, destruição da instituição familiar. Em associação à esquerda, cria repulsa, não só ao que é supostamente atribuído à esquerda e ao PT, mas também ao próprio candidato.

Esses recortes de saber não dificilmente seriam possíveis a um sujeito inscrito numa formação discursiva de esquerda, por exemplo. Se este for o leitor da mensagem, certamente haverá uma desidentificação, tanto com os conceitos quanto com o próprio discurso em si. Os efeitos de sentido no discurso de controle e mudança corporal de crianças por parte de um governo de esquerda, certamente serão outros para o sujeito de esquerda, pois não há reconhecimento desta trama em sua pauta e, no mínimo, suscitaria a dúvida, e talvez o não compartilhamento da mensagem.

Naturalmente, essa desidentificação com o discurso das *fake news* não ocorre somente em uma formação discursiva de esquerda. Possivelmente, ocorre em muitas outras formações discursivas nas quais os sujeitos se inscrevem, ao passo que em outras são aceitas, o que suscita a dúvida e rejeição ao conteúdo. Assim sendo, dificilmente o leitor ocupará também a posição de compartilhador, não compartilhando a mensagem.

Um exemplo: imaginemos o leitor deste tipo de mensagem como um sujeito que se inscreve numa formação discursiva progressista, mas também numa formação discursiva religiosa. Enquanto o tema “ideologia de gênero” pode ser aceito na formação discursiva da qual faz parte, nos termos conservadores, este mesmo tema não faz parte da formação discursiva progressista, o que possibilita a desidentificação com o conteúdo.

Este mesmo sujeito até poderia compartilhar esse conteúdo, mas certamente o faria para leitores que se inscrevem numa formação discursiva em que aqueles dizeres sejam possíveis. As representações imaginárias seriam acionadas de forma a ajustar o dizer do sujeito, ou seja, selecionar com qual público compartilhar essa informação. Quando não há essa seleção de com quem compartilhar as informações, os efeitos de identificação ou desidentificação no discurso ocorrem, pois sujeitos inscritos em diferentes formações discursivas estão sendo acionados.

Da mesma forma como ocorre com o discurso da sequência A, o discurso da sequência B possui forte ligação com a imagem, na forma de figuras. A figura associada a sequência A caracteriza o ambiente caótico de um banheiro unissex coletivo, enquanto figura associada a sequência B é feita de forma a representar o candidato Haddad no momento da fala a ele atribuída. Esse reforço imagético também produz efeitos de sentido, pois possibilita uma visualização que talvez não ocorresse com o uso do termo “banheiro unissex”, ou tão somente do nome “Fernando Haddad”.

Com isso, o discurso das *fake news* sobre gênero é caracterizado, conforme observado, pelo uso do termo “ideologia de gênero”, tomado por uma perspectiva que perpassa por significações oriundas de um discurso político, conservador e principalmente religioso. A associação deste termo com temáticas relacionadas à educação, como instalações nos prédios escolares de todo o Brasil, por parte da esquerda e do governo, possibilita o surgimento de discursos sobre educação, mesmo que não diretamente utilizados nas *fake news*, como subentendidos.

Caso haja um desejo de implantação da “ideologia de gênero” na educação, haverá também intervenção política de esquerda na educação brasileira. A intervenção pode se dar de diversas formas, e uma delas é o material escolar. A próxima seção contém análises de *fake news* com esta temática, representada nas *fake news* através do termo “kit gay”, uma forma depreciativa adotada para tratar do material produzido pelo programa Escola sem Homofobia, cujo termo se popularizou desde seu cancelamento pelo governo.

### 3.2 O DISCURSO DAS *FAKE NEWS* SOBRE O MATERIAL ESCOLAR

As cartilhas produzidas pelo programa Brasil sem Homofobia, que não foram criadas pelo Ministério da Educação, são recorrentes em diversas *fake news* veiculadas, durante 2018, através do termo “kit gay”. Em sua maioria, as *fake news* apresentam Fernando Haddad como criador deste material, cuja distribuição teria sido feita para crianças. Há também nestes conteúdos desinformativos o reforço imagético, que produz sentidos a partir da associação da imagem do candidato e seu nome ao discurso sobre o “kit gay”.

Um exemplo disso pode ser observado na figura 9:

Figura 9 – Fake News sobre Haddad como criador do "kit gay"



Fonte: Sapo.pt.

O discurso constante na figura 8 revela uma situação diferente das demais apresentadas até o momento, pois a agência de *fact-checking* disponibiliza uma captura de tela do compartilhamento da *fake news*, possibilitando outro tipo de análise. Aqui há uma manifestação do leitor quanto ao discurso apresentado no conteúdo desinformativo, assim como um registro do quantitativo de reações à postagem, comentários e compartilhamentos.

Na análise, consideraremos o todo do texto como C, e a divisão do todo em quatro partes, iniciando com o discurso da *fake news*, e concluindo com o posicionamento do compartilhador. Deve-se isso ao fato de que este trabalho analisa o discurso das *fake News* e a possibilidade de analisar, para além disso, o discurso do compartilhador. Não é regra, mas na maioria das vezes impossível.

Assim, fica a divisão:



Sequência C1:

*Se você defende as crianças não vote nele.*

Sequência C2:

*Haddad é o criador do kit gay para crianças de 6 anos.*

Sequência C3:

*Se ele criou o Kit gay para crianças de 6 anos de idade como ministro da Educação de Lula imagine a imoralidade que esse homem faria como presidente do nosso país.*

Sequência C4:

*Contra um governo imoral e em favor do futuro de nossas Crianças Haddad você tem meu Desprezo!!!!*

As considerações sobre as formações imaginárias neste caso são bastante similares no tocante aos ajustes feitos pelo compartilhador para falar sobre o tema. A compreensão de si, enquanto indivíduo conservador, que valoriza a família como instituição separada do Estado, devendo esta decidir sobre a forma de educar as crianças, é também válida para este compartilhador.

A compreensão do compartilhador sobre o leitor também, uma vez que, especificamente, fala a alguém que compartilha seus ideais. Quanto ao tema, o compartilhador especificamente o considera como prejudicial às crianças, como podemos perceber a partir da crítica no pedido para que não se vote em Haddad.

Com o reforço imagético da figura de Haddad representada no conteúdo compartilhado, o discurso em C desperta novamente sentidos diferentes dos despertados na menção do seu nome, a atribuição do “kit gay” à sua autoria. Porém, diferente do discurso estabelecido na sequência B, o compartilhamento do conteúdo não é paradoxal, não há uma fala atribuída ao candidato, do qual sentidos de identificação ou desidentificação podem ser despertados.

Em C, há um direcionamento evidente para um sentido de identificação para com a fala do compartilhador, tanto pelo que está manifesto no discurso da *fake news*, como no próprio posicionamento do compartilhador. Primeiramente, isso caracteriza que o compartilhador, apesar de ocupar também a função de compartilhador, não

pode ser apontado como a fonte da imagem, no sentido de ser o seu criador. Pois está se manifestando através do discurso da *fake news* e bem como do seu próprio. E, em um segundo momento, que os demais compartilhadores, ao replicarem o discurso do compartilhador e da *fake news*, estão se posicionando como compartilhadores dos dois discursos.

Ao retomar C1, percebe-se uma condicional que determina a identificação ou não com o que é dito. Porém, quem admitiria publicamente que não defende as crianças? Mesmo que, em ações, faça o contrário, é difícil imaginar alguém se posicionando publicamente contra quaisquer direitos da criança. Logo, é estabelecido que quem vota em Haddad não defende crianças, ou seja, é indesejável associar-se a um candidato que não defende as crianças, pois o eleitor tenderia a mudar seu voto ou a não o declarar publicamente.

Percebe-se assim um ajuste na imagem de A para B, na qual B não está tão somente representado como alguém que tem os mesmos ideais que A, mas como um eleitor não gostaria de ser associado a este candidato. Há aqui uma especificidade, tal qual ocorrido na sequência B, não há direta menção à esquerda ou a qualquer partido, mas sim uma identificação do candidato. A associação ao candidato com pertencendo à esquerda só pode ser feita a partir das condições de produção do discurso, que o condiciona no sentido de permitir ao leitor associar Haddad ao PT, à esquerda e ao pleito eleitoral.

Em C2, Haddad é descrito como criador do “kit gay” para crianças de seis anos. A ênfase à idade das crianças remete a duas constatações que ficam subentendidas na afirmação. A primeira reside na pouca idade das crianças para serem apresentadas ao material escolar, que na definição inerente ao termo, faz apologia à homossexualidade. A segunda está no fato de que seis anos era, em 2018, a idade obrigatória para matrícula de crianças na escola, ou seja, no momento em que há um afastamento do lar para o convívio com seus pares, na escola, a criança seria supostamente apresentada a este material.

Percebe-se assim uma ligação com o discurso das *fake news* sobre gênero, no qual, na sequência B, há uma afirmação quanto à propriedade da criança pelo Estado. Se em B é expressa uma autoridade para que o Estado defina se as crianças serão meninos ou meninas, em C o material escolar parece ser um caminho para tal fim. O “kit gay”, que não chegou a ser implantado pelo governo, poderia desta vez ser

produzido e difundido nas escolas brasileiras pelo candidato Haddad, caso vencesse o pleito.

O sujeito constituído neste discurso é um sujeito moral, pró família, defensor dos direitos das crianças e dos valores tradicionais. São muitos os que se identificam com tais qualidades. A desidentificação com as afirmações do discurso ocorre, talvez, a partir de conhecimento prévio sobre o candidato. Esse conhecimento prévio (ou a inexistência dele), parte das condições de produção do discurso, gerando efeitos de sentido no discurso apresentado em C.

O sujeito que não conhece Haddad está sendo apresentado a este como o criador do “kit gay”. Caso já o conheça, certamente saberá que esta informação é falsa, logo a identificação ou desidentificação com o discurso dessa *fake news* está diretamente ligada à imagem que o leitor faz do candidato em questão. Não se trata necessariamente da imagem que faz da esquerda, mas sim de Haddad.

Mesmo um sujeito inscrito numa formação discursiva progressista pode estabelecer sentidos de identificação com o discurso apresentado em C, caso desconheça o candidato e sua trajetória enquanto ministro de Estado, ou da temática em questão. Se o termo “kit gay” se tornou mais popular do que o nome do programa em si, existem chances de que mesmo sendo progressista haja identificação com a crítica ao material e ao candidato. Inexiste, no discurso, menção a outro candidato, mas incentivo a que se vote em outro.

Ao analisar o que é manifesto em C3, constata-se no discurso do compartilhador/compartilhador, além da identificação de Haddad como criador do “kit gay”, sua associação ao MEC e ao governo de Lula. Apesar de não haver explícita menção ao PT e à esquerda, essa relação é constatada em um discurso subentendido. Ainda assim, a crítica permanece na figura de Haddad, desta vez, em uma representação imaginária de que algo ainda mais imoral que o “kit gay” poderia ser criado por Haddad, caso fosse eleito.

Em C4, o compartilhador/compartilhador se posiciona não só contra Haddad, mas também contra o governo do qual fez ou fará parte. Na crítica ao suposto criador do “kit gay”, há também uma acusação de imoralidade ao governo, porém não está claro quanto a se é o governo que poderia ser estabelecido ou ao governo que já houve.

Ainda assim, não há favorecimento ou mesmo demérito de outros candidatos, posto que a crítica se deve ao material escolar e ao candidato. Constata-se também no posicionamento em favor do futuro das crianças que esta é uma condição que existirá somente se Haddad não for eleito, estando este futuro ameaçado, baseado nas acusações contra o candidato, a partir do material escolar.

Sobre a associação do candidato ao “kit gay”, na posição de criador, tornou-se possível especular a respeito do uso de material escolar como forma de perverter a educação, de modo a estabelecer nas escolas uma ideologia que subverte a ordem natural e permite que o Estado controle os indivíduos. Esta constatação é possível a partir da vinculação do discurso sobre o material escolar com o discurso sobre gênero nas *fake news*, que parecem complementares quando postos sob análise.

A respeito do sujeito, na posição de compartilhador e compartilhador do conteúdo desinformativo, está ideologicamente em posições similares ao sujeito do discurso da *fake news* compartilhada. Porém, ao analisar C por completo, algo chama a atenção: a *hashtag*<sup>14</sup> utilizada ao final da mensagem, *#EleJamais*. Ora, à luz das condições de produção do discurso, sabemos que no período, o termo *Ele Não* foi associado ao candidato Jair Bolsonaro numa campanha feita por mulheres, que pediam votos para qualquer outro candidato, listando razões para que não se votasse no então candidato representante da direita. O uso de uma *hashtag* em moldes semelhantes nos permite fazer algumas considerações a respeito do compartilhador/compartilhador e do discurso representado em C.

A primeira consideração está ligada a, talvez, uma contraofensiva direcionada à Haddad, também reunindo razões para que não se vote neste candidato. Sem necessariamente pedir votos para algum candidato, o apelo para que não se vote nele especificamente pode favorecer qualquer outro em disputa pelo pleito. A segunda diz respeito a uma possível aproximação ao candidato Bolsonaro numa tentativa de ironizar o apelo para que não votassem nele, então ao negar Haddad, através de uma estratégia similar à utilizada pelas mulheres contra Bolsonaro, o compartilhador/compartilhador acaba por se aproximar deste último.

Com base na análise feita, é possível constatar que o discurso da *fake news* em análise sobre o “kit gay” se constituiu num ataque a Haddad enquanto ex-ministro

---

<sup>14</sup> *Hashtag* é um termo criado por alguém que queira indexar publicações feitas sobre um mesmo assunto. Assim, ao clicar no termo, pode-se ter acesso a publicações associadas a este mesmo termo.

da Educação e candidato à presidência da República, de forma a associá-lo ao “kit gay” e conjecturar sobre como coisas ainda piores poderia surgir, caso fosse eleito. Esta intervenção e manipulação da educação das escolas brasileiras seriam evitadas com a derrota do candidato, como medida de proteção às crianças quanto à tomada do poder familiar pelo Estado.

Enquanto o discurso da *fake news* constata um ataque à Haddad no contexto das eleições presidenciais sem explicitamente fazer menção a outro candidato, há casos em que conteúdo desinformativo foi veiculado nas redes sociais, de modo aberto. Na seara do “kit gay” como tema, mas desta vez em forma de vídeo, é apresentada uma mamadeira com o bico em formato de pênis, no qual o narrador relata a suposta origem deste material. A Agência Lupa mantém em sua página do *Twitter* uma versão do vídeo, devidamente identificada como falsa, conforme representado na figura 10, do qual foi possível obter o texto, dividido em três sequências:

**Figura 10** – Fake News sobre material parte do "kit gay"



Fonte: *Twitter* (Agência Lupa).

O todo do texto fica representado como D, e a divisão de sequências segue da seguinte forma:

### Sequência D1:

*A desculpa de combater a homofobia. Ó o bico como é, ó. Tá vendo? O PT e Haddad prega isso pra seu filho, ó? Seu filho de cinco, seis anos de idade vai beber mamadeira na creche com isso aqui, ó. Pra combater a homofobia.*

### Sequência D2:

*Tem que votar em Bolsonaro, rapaz. Bolsonaro que é pra fazer o filho da gente homem e mulher. O PT e Haddad, Lula, Dilma, só quer isso aqui pros nossos filhos, óia.*

### Sequência D3:

*Isso faz parte do kit gay, ói. Invenção de Haddad, viu?*

Considerando as representações imaginárias do compartilhador quanto a si mesmo no dizer, podemos considerar que este, enquanto conservador, anti PT e seus representantes, pró-Bolsonaro, sendo assim, alinhados à política de direita, também consideram que o “kit gay”, tema do discurso em questão, está associado a um material erótico. O que o compartilhador pensa sobre o tema está em consonância com a definição conservadora ligada às *fake news* sobre o tema, nas quais o material escolar fazia apologia à homossexualidade.

Em relação à imagem que faz do leitor, entendemos que este o considera como um indivíduo pró-família, que defende os direitos da criança e não estaria de acordo com a eleição de um candidato que tivesse por objetivo destruir tais direitos, de forma similar ao que ocorre no discurso sobre “ideologia de gênero”. Desta forma, mesmo que não seja um indivíduo com pensamento de direita, é alguém que daria o seu voto ao candidato que se definir pró-família.

Para tornar possível a análise das sequências nas quais dividimos o texto transcrito do vídeo, consideraremos que tanto o narrador do vídeo como o compartilhador ocupam o mesmo lugar no discurso, uma vez que, diferente do ocorrido na análise da *fake news* anterior, não há neste caso outro texto além do manifesto no conteúdo desinformativo.

Na sequência D1, ao exibir a mamadeira, o narrador salienta que, com o objetivo de combater a homofobia, o candidato do PT e o próprio partido destinaram o objeto em questão para ser usado em creches. Ao contrastar o objeto com a alegada “desculpa de combater a homofobia”, percebe-se que o compartilhador não acredita na intenção da gestão do ex-ministro e candidato Haddad de combater a homofobia

nas escolas, possuindo outro objetivo, que supõe-se evidenciado a partir da exibição da mamadeira e insinuação de ser essa a vontade do PT e de seu candidato.

É relevante citar o fato de que em D1 também há a insinuação de que aos cinco ou seis anos acontece algum tipo de intervenção no poder familiar e o Estado passa a agir. Porém, chama ainda mais a atenção o narrador afirmar que, em idade escolar para o Ensino Fundamental e não mais para a Educação Infantil, as crianças “beberiam mamadeira na creche”. Nesta afirmação, duas possibilidades: há uma confusão do narrador quanto ao corte de faixa etária para admissão de crianças em creches e escolas ou o erro é proposital, de forma a considerar que na faixa etária em que a matrícula em escolas é obrigatória, as crianças fariam uso de mamadeiras.

Em D2, compreende-se o posicionamento pró-Bolsonaro do compartilhador tendo em referência este candidato como defensor da família. Ou seja, diferente do discurso da *fake news* em análise outrora, na qual não havia manifestação clara em favor de um candidato, temos o favorecimento de um em detrimento do outro. Não se trata tão somente de negar um candidato, mas de evidenciar o outro, possibilitando a visualização de um antagonismo: o candidato que defende os valores familiares e o que prega a destruição deles.

Ao estabelecer que Bolsonaro tornará “os filhos da gente homem e mulher”, podemos entender a afirmação de um ponto de vista literal, o que é pouco provável, uma vez que posicionaria Bolsonaro numa posição divina, a do Criador. Outra possibilidade é entender a afirmação como uma metáfora do que ocorreria com um Estado governado pela direita.

Neste ponto, há, de forma não declarada, uma alusão à “ideologia de gênero”, pois se Bolsonaro fará as crianças “homem e mulher”, subentende-se que Haddad não fará o mesmo, coadunando, assim, com o discurso das *fake news* sobre ideologia de gênero. “Homem e mulher” estão, neste caso, referenciando a heterossexualidade enquanto padrão de conduta na sociedade, ou heteronormatividade, sendo possível também a alusão ao discurso religioso judaico-cristão, no qual Deus cria o ser humano como “Homem e Mulher”.

O discurso em D3 associa a mamadeira ao “kit gay” e, em consequência disso, vincula-o novamente a Haddad, evidenciando que o projeto de destruição do poder familiar e controle de crianças pelo Estado já existe e deve ser retomado com a eleição do candidato. Relacionar o candidato, ex-ministro da Educação a produtos de *sexy*

*shop* como parte do material escolar a ser distribuído às crianças em idade escolar é parte de uma narrativa que constrói discursos sobre a educação.

Constatamos, deste modo, que o material escolar é retratado no discurso das *fake news* como um dos artifícios utilizados pelas forças progressistas, através do PT, enquanto governo e postulante à sua retomada, para destruir os valores familiares e instituir a sua ideologia de dominância. Permitir uma nova ascensão da esquerda ao poder simboliza assistir à destruição da sociedade como um todo.

Entretanto, o exercício do poder progressista na educação, num país de proporções continentais como o Brasil, não seria possível em todas as unidades federativas e municípios existentes. Logo, o discurso de dominação política de esquerda, nas escolas, somente se sustenta se houver suporte à sua ideologia nas macro e micro regiões do Brasil, pois a mera fabricação e distribuição de material escolar a institucionalização de ideologias não necessariamente pressupõe sua efetivação. É necessário que haja a aplicação dessas políticas de Estado pelos profissionais da educação.

A próxima seção tratará de “doutrinação”, última temática a ser analisada nas *fake news* veiculadas no período eleitoral de 2018, compreendendo a noção de que há professores de esquerda atuando em escolas de todo o Brasil para doutrinar alunos, conforme suas convicções pessoais.

### 3.3 O DISCURSO DAS *FAKE NEWS* SOBRE “DOCTRINAÇÃO”

A narrativa de que professores de esquerda doutrinam seus estudantes com pensamentos que seguem a ideologia de esquerda foi uma constante nas *fake news* veiculadas em 2018, mas essa narrativa é consideravelmente mais antiga.

Tendo no Brasil como seu maior expoente o programa Escola sem Partido, essa narrativa foi empregada por lideranças políticas em muitos momentos, visando aprovar um projeto de lei que instituísse o programa nas escolas, numa tentativa de impedir que professores passassem suas convicções pessoais aos alunos. Esta, também seria uma ofensiva à esquerda, ao discurso progressista, uma vez que o programa especificamente acusa seus simpatizantes de tentar aparelhar as instituições e difundir seus ideais.

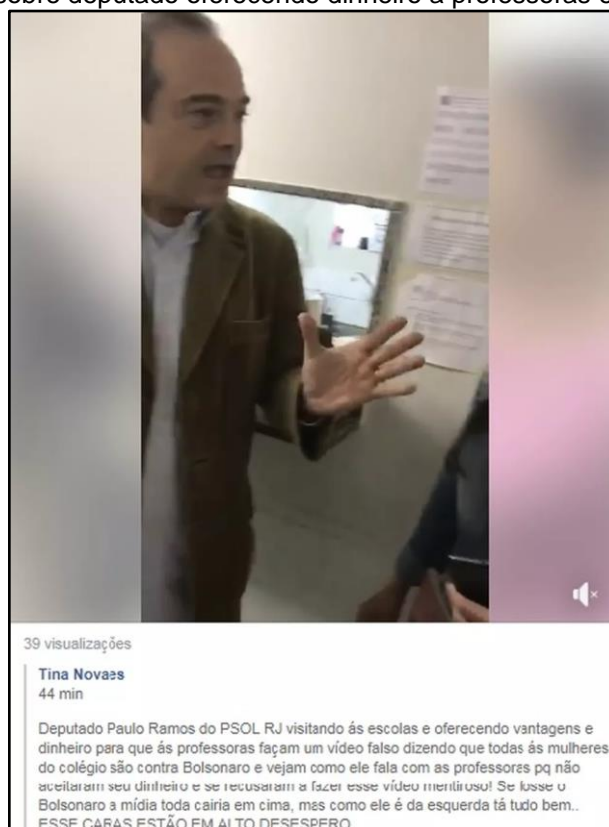


No tocante às *fake news*, este trabalho analisará dois conteúdos veiculados em 2018, cuja temática é voltada à “doutrinação”. O discurso está, em muitas vezes, direcionado à articulação de políticos de esquerda para que professores defendam seus ideais ou no confronto de professores com alunos, no momento em que são questionados.

A figura 11 é uma captura de tela de um vídeo, exibindo uma situação ocorrida entre o deputado Paulo Ramos e duas mulheres. Na mensagem que acompanha o vídeo, é dito que o deputado estava visitando escolas e oferecendo vantagens pessoais e dinheiro para que professoras se posicionassem em vídeo, enquanto representantes das mulheres do colégio, contra o candidato Bolsonaro.

Entretanto, a visita não foi feita a um colégio, mas a um abrigo de animais, e esse não foi o teor da discussão:

**Figura 11**– *Fake News* sobre deputado oferecendo dinheiro a professoras em vídeo contra Bolsonaro



Fonte: G1.

Especificamente no caso desta *fake news*, a análise não se concentrará no teor do vídeo, o discurso analisado será justamente o da mensagem, uma vez que já não

é possível encontrar o vídeo online, impossibilitando a análise do que é dito no vídeo e na mensagem compartilhada, tal qual na *fake news* sobre material escolar.

O todo do texto fica representado como E, e as demais sequências como seguem:

Sequência E1:

*Deputado Paulo Ramos do PSOL RJ visitando às escolas e oferecendo vantagens e dinheiro para que às professoras façam um vídeo falso dizendo que todas às mulheres do colégio são contra Bolsonaro.*

Sequência E2:

*e vejam como ele fala com as professoras pq não aceitaram seu dinheiro e se recusaram a fazer esse vídeo mentiroso!*

E sequência E3:

*Se fosse o Bolsonaro a mídia toda cairia em cima, mas como ele é da esquerda tá tudo bem.. ESSES CARAS ESTÃO EM ALTO DESESPERO.*

Ao considerar a sequência E como um todo, a identificação do compartilhador com a direita, representada por Bolsonaro e a sua posição anti-esquerda tornam-se evidentes. Isso demonstra os ajustes feitos no dizer, a partir das representações imaginárias quanto a sua autopercepção, e também quanto ao leitor. Ao falar, direciona sua fala a um sujeito também direitista e anti-esquerda e não há aqui um ajuste no dizer para falar a um sujeito de esquerda. Entretanto, é possível que o leitor seja um sujeito alinhado a outras posições ideológicas, nas quais a representação imaginária sobre o tema seja possível.

Quanto ao seu posicionamento com respeito ao tema “doutrinação”, percebemos a imagem que o mesmo concebe disto na afirmação de que há uma tentativa de alinhamento entre o político de esquerda e as professoras de um colégio. Entretanto, mesmo que existam professoras de esquerda na escola, ou ao menos dispostas a fazerem um vídeo contra o candidato da direita, não há unanimidade, e nem todas aceitariam vantagens financeiras para realizar tal posicionamento.

Há um alinhamento entre a suposta “doutrinação” por parte da esquerda nas escolas no âmbito dos professores, porém existem também professores que não se alinham com esse posicionamento, mesmo que uma minoria. Ou seja, assumindo que o colégio do Rio de Janeiro em questão não tenha sido o único visitado pelo deputado,

este pode ser um dos estabelecimentos em que algumas profissionais de ensino se posicionaram contra a gravação de um vídeo anti-Bolsonaro. Porém, há aqui a constatação da prática, possibilitando pensar que a ela ocorre em nível mais amplo.

Há também uma tomada de temas relacionados à educação para tratar do sentimento anti-bolsonarista, propagado pela união de mulheres no movimento contra Bolsonaro, que popularizou o termo *Ele Não*. Assim, o compartilhador confabula sobre a hipótese de que tal movimento seja também uma ofensiva da esquerda contra o candidato, sem que isso reflita a opinião geral das mulheres, constatada pela recusa das supostas professoras, no vídeo.

Ao analisar o discurso em E1, é possível considerar, através da caracterização do ambiente onde o vídeo foi gravado como sendo um colégio, e das mulheres que se recusam gravar o vídeo como professoras, que há, por parte do deputado, uma tentativa de demonstrar que a escola e, conseqüentemente, educação, é um ambiente antidireita e, mais especificamente, alinhado com a esquerda. Essa tentativa de aproximação da esquerda com a escola pode mirar no enfraquecimento de narrativas como a da “ideologia de gênero” e a do “kit gay”.

No tocante à “doutrinação”, a recusa por parte das professoras pode caracterizar justamente a existência de tal prática, posto que não existe unanimidade entre a classe docente. A tentativa de um político de esquerda em fazer as professoras se posicionarem contra Bolsonaro demonstra que há essa prática, porém existem os professores que são contra e que denunciam.

Em E2, ao dizer “veja como ele fala com as professoras”, o compartilhador veicula a possibilidade do deputado ter sido agressivo com as supostas professoras. Sendo a esquerda reconhecida por ter um discurso alinhado com a defesa e valorização das mulheres, e com todo o movimento das mulheres contra Bolsonaro, acusado por elas de machista e misógino, há a possibilidade de um político de esquerda agredir mulheres, revelando a falsidade do discurso pró-mulheres da esquerda.

A recusa das professoras em gravar o vídeo também escancara que nem todas as mulheres estão alinhadas com o movimento *Ele Não*, e que muito do que se mostra evidente na narrativa das mulheres contra o que Bolsonaro representa pode ser falso, patrocinado pela esquerda, conforme exposto, na tentativa do deputado de comprar o apoio das “professoras”.

Em E3, para além do posicionamento pró-Bolsonaro do compartilhador, constata-se um discurso contra os setores de comunicação e jornalismo na crítica à mídia, que na opinião do compartilhador, blinda políticos de esquerda, e o mesmo não ocorre com a direita representada por Bolsonaro. Ao considerar também o trabalho das agências de *fact-checking*, em sua maioria ligadas a grandes portais de notícias, esta pode ser uma crítica ao fato de que muito conteúdo veiculado em desfavor da esquerda foi classificado como *fake news* no período, o que poderia caracterizar um aceno à esquerda.

E, ao dizer que “esses caras estão em alto desespero”, entende-se que não somente políticos de esquerda estão inseridos na designação “esses caras”, mas possivelmente todos os que se posicionam contra Bolsonaro, incluindo aqui também professores “doutrinadores” (que possivelmente aceitaram a proposta do referido deputado); mulheres do movimento *Ele Não*; e setores de comunicação e jornalismo.

Especificamente sobre políticos e professores, o “alto desespero” do deputado também pode residir no fato de que, se nem todos os professores são “doutrinadores” de esquerda, é necessário agir de forma a garantir que parte desses profissionais se posicionem contra o candidato da direita de outra forma. O público-alvo do deputado é, neste caso, as mulheres. Então o vídeo deve ser gravado por professoras, garantindo a participação da educação e das mulheres, mesmo que o façam não por um sentimento de repulsa ao candidato, mas por vantagens financeiras.

Por fim, observamos também a ofensiva à esquerda política na afirmação de que o deputado ofereceu “vantagens e dinheiro”, o que pode atribuir de forma velada ao político a alcunha de corrupto. Naturalmente o dinheiro ofertado não precisa ser necessariamente oriundo do dinheiro do contribuinte, mas e quanto às vantagens? Assumindo que o “colégio” em questão seja um colégio público, as vantagens oferecidas poderiam estar relacionadas ao serviço público, o que caracteriza a sua oferta como corrupção, caso essas vantagens não fossem devidas.

A associação, mesmo que subentendida, entre um político de esquerda e a corrupção produz sentidos que denotam senso de hipocrisia e falso moralismo por parte da esquerda brasileira, que durante muitos anos associou a corrupção à elite que governou o Brasil, quando a esquerda estava na posição de oposição. Apesar de não haver evidente nesta *fake news* uma associação direta à temática doutrinação, a

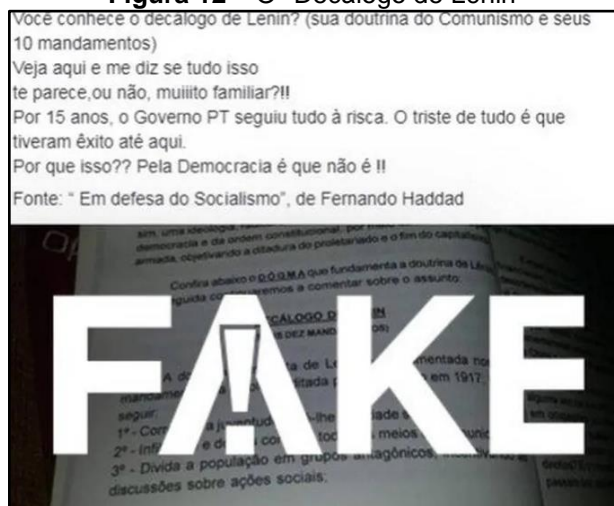
análise deste tipo de conteúdo permite perceber que nada é óbvio, em qualquer que seja o discurso, posto que é fruto da relação de sentidos entre os seus participantes.

Ao tomarmos as diferentes formações discursivas as quais os sujeitos do discurso estejam associados, diferentes sentidos serão despertados, e isso estará ligado à possibilidade de se reproduzir esse discurso, ou não. O compartilhamento desta *fake news* pressupõe o pertencimento à formações discursivas que permitam reproduzir tal discurso, levando a refletir sobre quão complexo é este sujeito.

Não se trata tão somente de um embate ideológico de direita ou de esquerda, mas de uma miscelânea de pertencimentos que determinam a aceitação e a reprodução do discurso das *fake news*, os quais podemos conjecturar ao situar o discurso em evidência. Entretanto, em outros discursos, a associação entre a educação, a política e a “doutrinação” pode se fazer presente de forma mais explícita.

A figura 12 demonstra uma *fake news* veiculada no mesmo período eleitoral, em 2018, que atribui a Haddad a autoria da reprodução do chamado “Decálogo de Lênin”, em seu livro *Em defesa do socialismo*. O “Decálogo” tem base em um boato norte-americano, nunca escrito pelo líder soviético, além de não haver qualquer menção de Haddad a este tema, em seu livro.

**Figura 12 – O “Decálogo de Lênin”**



Fonte: G1

Para analisar o discurso dessa *fake news*, identificaremos o todo do texto apresentado como sendo a sequência F e, em seguida, analisaremos o texto a partir das seguintes sequências:

Sequência F1:

*Você conhece o decálogo de Lênin? (sua doutrina do Comunismo e seus 10 mandamentos)  
Veja aqui e me diz se tudo isso te parece, ou não, muiiito familiar?!!*

## Sequência F2:

*Por 15 anos, o Governo PT seguiu tudo à risca. O triste de tudo é que tiveram êxito até aqui. Por que isso?? Pela Democracia é que não é!!  
Fonte: “Em defesa do socialismo”, de Fernando Haddad.*

Uma vez que a partir da imagem não seja possível reproduzir o conteúdo do “Decálogo”, graças ao selo *fake* atribuído ao texto, a reprodução do conteúdo será feita conforme o que foi divulgado por Matsuki (2018, np), tendo em vista a sua importância para o discurso em F. Somente os três primeiros tópicos serão reproduzidos, posto que não aparecem os demais na imagem:

1. Corrompa a juventude e dê-lhe liberdade sexual; 2. Infiltre e depois controle todos os veículos de comunicação de massa; 3. Divida a população em grupos antagônicos, incitando-os a discussões sobre assuntos sociais (Matsuki, 2018, np).

Nota-se que na imagem é utilizada, no terceiro tópico, a palavra é “ações”, enquanto na descrição dada por Matsuki (2018), foi utilizado o termo “assuntos”. Isso demonstra a volatilidade do discurso das *fake news*, que são construídos e reconstruídos em diferentes condições de produção, alterando a sua forma e evocando novos sentidos.

A partir do discurso manifesto em F, é possível perceber os ajustes feitos pelo compartilhador ao falar ao leitor pela antecipação imaginária das respostas às perguntas feitas com respeito ao tema, que é a manifestação de supostos postulados doutrinários comunistas institucionalizados pelo Governo PT, ao longo das gestões de Lula e Dilma.

Ao antecipar que o leitor não conhece o “Decálogo”, o compartilhador apresenta três princípios atribuídos a este, fomentando uma comparação com o que considera ser a realidade criada a partir de um governo de esquerda, progressista. Os mecanismos de antecipação de resposta à pergunta funcionam também para o leitor que, no ato de compartilhar, reproduz o discurso na função de compartilhador.

Tomando a sequência F1 em associação aos princípios do “Decálogo”, observamos que o discurso já deixa de ser sobre simples representação da ideologia de esquerda em ambientes escolares, pelo material escolar, pela instalação de

dependências nos prédios escolares ou na “doutrinação” de professores. Abraça-se o comunismo como o sistema instalado no Brasil pelo governo, tendo por base a suposta “familiaridade” evocada pelo compartilhador ao leitor.

Já na sequência F2, é explicitado que os princípios do “Decálogo” foram aplicados com êxito no Brasil pelo governo PT. Ao retomar o primeiro princípio, que envolve “corromper a juventude e lhe dar liberdade sexual”, é possível considerar, com base nas análises feitas, que há aqui uma manifestação subentendida dos conceitos de “ideologia de gênero” e sua associação com as escolas.

Isso ocorre, em primeira instância, pela suposta corrupção da juventude, que evoca sentidos prévios dos discursos que tratam de crianças em idade escolar e da sua posse pelo Estado, ou ainda, da instituição da “ideologia de gênero” nas escolas por parte do poder judiciário. Em segunda instância, a associação do “Decálogo” ao livro de Haddad, demonstra que parte, ou totalidade, desta suposta corrupção da juventude pelo governo se deu através do MEC.

Mesmo que de forma subentendida, também constatamos aproximações entre os princípios apresentados no “Decálogo” e a definição conservadora do termo “marxismo cultural”. O que seriam estes princípios se não uma forma menos elaborada de associar o comunismo ao governo de esquerda representado pelo PT?

Além disso, é problematizada a relação entre o governo e os veículos de comunicação, considerando haver uma relação de controle. Isso também evoca sentidos prévios no discurso de crítica aos veículos de comunicação que criaram agências de *fact-checking* para desconstruir narrativas falsas. Portanto, se há controle dos meios de comunicação pelo governo, jornalistas e agências do tipo não são fontes confiáveis de informação.

Ao considerar que a divisão da população em grupos antagônicos e a incitação destes grupos a discutir assuntos sociais, é possível perceber que a política em si, enquanto prática de administração da sociedade, que naturalmente envolve o conflito e mediação de diferentes interesses, é tomada aqui como produto da ação do governo do PT. É como se a sociedade brasileira, antes do governo de esquerda, sempre estivesse com seus diferentes interesses, anseios e idiossincrasias alinhados, e a discordância, caso houvesse, talvez se resumisse aos aspectos econômicos.

Por fim, percebe-se que, a partir do momento em que se considera essas supostas ações do governo de esquerda quanto a aplicar os princípios do “Decálogo”,

não haviam objetivos democráticos, subentende-se que o objetivo final é a instalação de um regime ditatorial. Esse subentendido se torna observável quando consideramos pré-construída a associação entre comunismo e ditadura, tão presentes na sociedade brasileira, ou mesmo da sociedade ocidental, desde o século passado.

A partir dessas análises, sublinhando o conceito de memória discursiva, notamos que a associação entre as forças progressistas brasileiras, estando no poder ou não, o comunismo e o aparelhamento do Estado é uma constante, observada também em outros discursos, antigos e oriundos de outros lugares, provenientes de outras condições de produção.

Um exemplo disso está no que se pode observar no ocorrido na década de 1950, que deu início ao período Macarthista nos EUA. O Macartismo consistia num movimento, liderado pelo senador Joseph McCarthy, de caça aos comunistas supostamente infiltrados no alto escalão do governo. Este movimento, de acordo com Santos (2019, p. 293), “[...] consistia em acusações a pessoas e empresas que supostamente teriam ideais comunistas ou estariam de alguma forma compactuadas com ideias lançadas pelo regime socialista”.

Este regime de perseguição resultou nas interferências em múltiplas instâncias públicas e privadas do governo norte-americano, até mesmo no sistema de ensino, um dos principais alvos do movimento. Em outra citação, de acordo com Santos (2019, p. 293), “[...] os livros didáticos (principalmente de História e Geografia) sofriam deformações e entregavam aos seus leitores ideais macarthistas, reforçando ainda mais o imaginário com ideias anticomunistas”.

Para além dos materiais didáticos, os professores também foram alvos do Macarthismo. No Estado de Nova York, ainda em 1949, a lei Feinberg foi utilizada como forma de constranger e perseguir docentes que professassem ideais comunistas.

Viana (2020, p. 30) afirma que

[...] de acordo com a lei, estava proibido a contratação de professores que simpatizassem com a ideologia comunista nas escolas públicas e teriam o poder de demitir os docentes que suspeitassem ser “comunistas”. Depois que a lei foi aprovada, os professores foram obrigados a fazer um juramento e assiná-lo, assegurando nunca terem concordado com as vertentes comunistas (Viana, 2020).



As perseguições não se reduziam aos professores enquanto indivíduos, mas também às instituições de ensino como um todo, especialmente as universidades. Assim, toda a produção acadêmica passou por um processo de censura, se não diretamente, uma censura auto infligida, de forma a preservar as atividades desempenhadas pelos centros de ensino.

Viana (2020, p. 30-31) complementa que:

[...] em 1953, esta caça aos comunistas havia chegado em Harvard, considerada um “reduto vermelho” por McCarthy, mas a universidade se opôs fortemente defendendo o seu legado de liberdade acadêmica. No entanto, McCarthy forçou instituições que estavam relutantes através da ameaça de retirar as isenções fiscais de todas as entidades “comunistas ou simpatizantes do comunismo em sua folha de pagamentos”. O resultado foi que muitas universidades acabaram fechando suas portas. [...] professores universitários não utilizavam mais a palavra “capitalismo” e sim “industrialismo mundial” ou “industrialização”, para não arriscar ter problemas porque poderia ser considerado como uma crítica ao modelo e uma adesão ao seu oposto, o comunismo, tendo impacto direto nas liberdades individuais dos cidadãos estadunidenses (Viana, 2020).

Neste íterim, conforme o comunismo vai se tornando um ameaça nacional, cria-se no imaginário do estadunidense a ideia de que comunistas são seres capazes das piores atrocidades, como a conhecida ideia de que seriam comedores de crianças (Santos, 2019).

Estes discursos foram dissolvidos e cristalizados não somente no imaginário norte-americano, mas também no de cidadãos de outros países, para os quais estes ideais foram exportados. O Brasil é, certamente um destes países, pois experimentou um regime ditatorial de forte viés conservador, de direita, anticomunista e com diversas pautas voltadas para a moralidade.

Antes disso, o Brasil foi um dos alvos do *Information Research Department*, órgão secreto do *Foreign Office*, que corresponde ao Ministério das Relações Exteriores Britânico. Este departamento, de acordo com Cantarino (2011, p. 13), “[...] coordenou os esforços britânicos de propaganda anticomunista durante a Guerra Fria, e sua missão principal foi combater a propaganda soviética e a influência do comunismo em todo o mundo”.

Ainda sobre as práticas do *IRD*, Cantarino (2011) relata que, entre vários outros países, com especial atenção à América Latina, o *IRD* atuou no Brasil por mais de duas décadas, tendo como principais contatos, as pessoas ligadas a organizações

civis, acadêmicas, religiosas e governamentais e, além disso, teve sucesso na inserção de centenas de artigos habilmente escritos na imprensa brasileira, já que

o objetivo era ganhar a opinião internacional e apoiar o chamado mundo livre e, conseqüentemente, proporcionar a desintegração de regimes comunistas. Em outras palavras, sua missão era ‘destruir o mito soviético’ de um paraíso dos trabalhadores (Cantarino, 2011, p. 14).

É neste ambiente que o país declina de um regime democrático para um governo de militares e, assim, o discurso anticomunista, com tons de moralidade, passa a vigorar com mais força na sociedade brasileira. A presença da repressão e da caça aos comunistas em solo nacional é território fértil para que instituições de ensino sejam violadas e perseguidas. É o que discorre Brito (2019, p. 6-7), ao relatar o real viés de perseguições a instituições de ensino:

Um exemplo prático desse anticomunismo moral incitando a ação repressiva pode ser percebido numa operação policial na Universidade de Brasília (UnB) em 1973. Em um relatório que devassou a vida de jovens de residências universitárias na instituição, seus moradores foram qualificados de “pederastas” — adjetivo pejorativo atribuído a homossexuais —, enquanto o ambiente foi tido como um “deprimente” “antro de corrupção de costumes” e “acentuada promiscuidade”, “misturados com impregnação ideológica de esquerda”. [...] O relatório traçou um perfil destes jovens e refletiu sobre o clima da UnB para construir uma espécie de sociologia da subversão juvenil. Entre outros itens, aborda a residência estudantil, o clima de depravação, os desvios de objetivos, o afastamento da família, a influência dos colegas, a naturalização de comportamentos desviantes como o “homossexualismo” — expressão que patologizava a homossexualidade — e a liberdade sexual. [...] O documento reiterava a “intoxicação marxista” na UnB, a “insidiosa ação subversiva no meio estudantil”, “a atividade fotográfica, como arte, deturpada para o erotismo e em alguns casos, uma atividade sexual desregrada e quase grupal, [que] demonstra o interesse em utilizar a corrupção dos costumes” (Brito, 2019).

Logo, é possível observar que o discurso anticomunista, outrora presente no Brasil no período da Guerra Fria e da ditadura militar, é retomado no discurso anti esquerda presente nas *fake news* veiculadas em 2018. Também, observa-se que a associação entre comunismo, professores, material escolar e os conceitos que corroboram com a temática “doutrinação” não são essencialmente novos, mas partem de um construto com viés de perseguição e censura aos profissionais da educação.

Não é de se estranhar que estas tenham sido as nomenclaturas utilizadas para definir, por exemplo, a iniciativa do jornal Gazeta do Povo em criar uma ferramenta online para coletar denúncias de “doutrinação” por parte de professores.

A figura 13 é uma captura de tela, feita pela Esquerda Diário, que representa a nova forma de reviver práticas Macartistas da Gazeta do Povo, que foi descontinuada

em meio as críticas a ela dirigidas. A temática “doutrinação”, por outro lado, se manteve viva no imaginário da sociedade brasileira.

**Figura 13** – Monitor da doutrinação da Gazeta do Povo



Fonte: Esquerda Diário.

Para concluir esta seção, percebe-se que a ideia sobre “doutrinação” nas *fake news* veiculadas em 2018 constituem um discurso sobre educação no qual a esquerda, hoje representante do comunismo de outrora, perverte a sociedade visando a sua destruição a instituição de uma nova sociedade. Na próxima seção, articularemos as observações efetuadas sobre as *fake news* com as temáticas apresentadas, estabelecendo paralelos entre as análises.

### 3.4 A CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO SOBRE EDUCAÇÃO DAS *FAKE NEWS*

Dentre as temáticas presentes nas *fake news* relacionadas à educação, esta análise identificou três que se fazem presentes em muitos dos conteúdos desinformativos que tem sido veiculados nas redes sociais, no Brasil: gênero, material escolar e “doutrinação”.

As *fake news* que estão relacionadas a gênero utilizam a expressão “ideologia de gênero” para tratar de assuntos que, em verdade, não são relacionadas a discussões sobre gênero. “Ideologia de gênero” se constitui como uma temática tomada do discurso religioso e inserido no discurso sobre educação como pauta moral de políticos da direita e dos setores conservadores da sociedade brasileira. A associação entre “ideologia de gênero” e as dependências de prédios escolares, como um banheiro unissex de uso compartilhado, e que esta associação se dá como resultado dos anseios da esquerda brasileira cria um discurso sobre educação. A partir das análises efetuadas nos conteúdos, é possível depreender que, retomando

o conceito de formações imaginárias, as imagens sobre educação tanto do compartilhador como do leitor de *fake news* estão voltadas para o aparelhamento de toda a área da educação pela esquerda.

Parte desse aparelhamento se dá através do material escolar, que conforme perceptível nas análises, tem por função, no caso do “kit gay”, destruir a instituição familiar para que as próximas gerações possam ser controladas pelo Estado. A educação passa a ser a área na qual a esquerda atua para destruir a família, uma vez que nas escolas as crianças estão afastadas de seus pais, e “entregues” ao Estado, que as “ideologiza”, pervertendo os valores dos pais e os apresentando aos seus próprios. A representação do Estado, controlado pela esquerda, é feita pelos professores, que são considerados como “doutrinadores”, propagadores da ideologia da esquerda.

A validação das narrativas das *fake news* acontece a partir das representações imaginárias dos pré-construídos, presentes no discurso, as quais o sujeito acessa, porém de modo inconsciente. Sendo assim, os ajustes no dizer do compartilhador para o leitor, para além da imagem feita de si, perpassa pela imagem que tem do tema, que é oriunda dos pré-construídos. É a partir disso e do acesso ao saber pela forma-sujeito, que o discurso sobre educação das *fake news* significa.

Logo, ao ver associadas temáticas como “ideologia de gênero”, “kit gay” e “doutrinação” tanto à área da educação quanto à um representante da área, um discurso sobre educação é criado a partir das condições de produção existentes em 2018. Todas as temáticas mencionadas foram associadas à Haddad, evocando memórias de sua gestão que, quando inseridas no contexto das *fake news* analisadas, criam a imagem de um candidato que não poderia ser eleito caso se quisesse mudar a área da educação.

O discurso das *fake news* sobre educação não é meramente um discurso contra a política para a educação do PT, mas se constitui como um ataque à esquerda brasileira. Haddad, enquanto candidato, não seria meramente o representante do PT, mas a personificação dos anseios da esquerda e de um plano de dominação que, mesmo com a esquerda fora do poder, permanecia em curso e estava em vias de se cristalizar, caso o PT vencesse o pleito. A memória discursiva possibilita o retorno a sentidos prévios da associação entre comunismo e o governo de esquerda outrora instituído no Brasil, a constante necessidade de manter o fantasma do comunismo

vivo. Percebe-se assim que a associação entre a educação e a esquerda brasileira, enquanto sinônimo de comunismo, é parte de um longo construto histórico e ideológico que mantém vivo um inimigo que, a nível de Brasil, nunca existiu, mas é constantemente evocado quando há a possibilidade de a esquerda ascender ao poder. Não só a esquerda, mas o discurso progressista em si se torna um discurso comunista, no momento em que direitos humanos básicos passam a ser considerados como ideais de esquerda, comunistas. A ofensiva conservadora passa a classificar como comunista todo ideal que não coadune com os seus próprios ideais.

A educação é, no discurso das *fake news* de 2018, uma das formas que a esquerda usa para destruir a sociedade, de forma silenciosa, sem que se perceba, através de práticas imorais e, a depender das definições, criminosas. É uma área que deve ser moralizada, pela observância de novas diretrizes que não tratem de temáticas que possam ameaçar a conservação da instituição familiar, permitam o controle do material escolar a ser distribuído aos alunos, das aulas ministradas pelos profissionais da educação, evitando assim que ideologias pessoais sejam outorgadas a outrem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa, é necessário reconstituir o percurso deste trabalho de análise. A inquietação quanto ao que se diz sobre educação, em especial no tocante à desinformação, foi motivadora para que se buscasse investigar o discurso sobre educação das *fake news* veiculadas em redes sociais no período eleitoral de 2018.

Para que esse objetivo fosse alcançado, e uma discussão sobre o tema pudesse ser feita, foi necessário se recorrer a uma teoria que reunisse os conceitos necessários para entender o funcionamento dos discursos sobre educação das *fake news* do referido período. A Análise do Discurso Materialista reúne os conceitos necessários para buscar entender o discurso sobre educação das *fake news*, pois trata de enxergar além das obviedades. Assim, nos alinhamos ao pensamento de Pêcheux (2014) *apud* Courtine (2014, p. 22):

[...] fazer Análise do Discurso não seria, de fato, pressupor uma falta (uma deficiência, carência ou paralisia) que afeta a prática 'natural' da leitura e da escrita políticas, a qual uma *prótese* teórico-técnica, mais ou menos sofisticada, pretenderia preencher? (Pêcheux, 2014, *apud* Courtine, 2014)

Ao buscar ir além de uma prática “natural” da leitura, tomamos os conceitos de formações imaginárias, condições de produção do discurso, sujeito e ideologia, memória discursiva e interdiscurso para buscar compreender o funcionamento do discurso sobre educação das *fake news* em 2018, bem como problematizar os sentidos de educação nestes discursos, e verificando a conservação ou mudança destes discursos.

Para isso, fez-se necessário compreender o que são *fake news*, e estabelecer critérios para analisá-las. O capítulo 2 buscou demonstrar como, no período das eleições presidenciais, houveram diversas tentativas de compreender o fenômeno das *fake news*, e uma delas reside na ideia de que vivemos numa época em que há a superação da verdade. Esta época, denominada pós-verdade, favorece a veiculação de diversas narrativas através das redes sociais, constituindo nova forma de acessar conteúdos informativos. Destes, é necessário validar quais de fato informam e quais desinformam, levando ao surgimento das agências de *fact-checking*, que classificam os conteúdos como verdadeiros e falsos, entre outras nomenclaturas.

Para realizar esta pesquisa, analisamos conteúdo desinformativo publicizado através destas agências de *fact-checking*, uma vez que há um combate à desinformação por parte de ações governamentais, além da própria política de ação das redes sociais, resultando na exclusão das *fake news* das redes sociais, a fim de evitar a sua constante veiculação e disseminação. No entanto, é notório que a exclusão do conteúdo não é suficiente para impedir sua propagação, pois há sempre um retorno do conteúdo desinformativo, seja através de uma outra rede social, seja na retomada através de uma outra postagem. Neste ínterim, as agências de *fact-checking* surgem para além da verificação e constatação da veracidade da informação, mas também como banco de dados.

A partir de então, conteúdos falsos veiculados nas redes sociais passam a ser classificados como *fake news*, quando submetidos a uma análise por alguém, sem que este constitua necessariamente uma notícia. Ainda assim, percebeu-se que a ampla veiculação destes conteúdos é uma forma de validação, o que torna o discurso das *fake news* relevante. As *fake news* que possuem temáticas voltadas para a educação despertam maior atenção, sendo esta a área de atuação do pesquisador, resultando em inquietações a partir do momento em que a validação do discurso de conteúdos falsos permanece (constatado a partir de mais *fake news* surgirem com a mesma temática ao longo do ano eleitoral em questão), mesmo com o trabalho de combate à desinformação.

Todas essas narrativas constituídas nas *fake news* são interpretadas pelos sujeitos que as compartilham como verdade. E para este sujeito, esta verdade não subjetiva, não é uma verdade apenas para si, mas uma verdade universal, objetiva. Logo, ao compartilhar os conteúdos, o faz por pertencer a uma formação discursiva na qual tais conteúdos são verdadeiros. Isso é importante de lembrar, pois por mais que a definição de pós-verdade aponte para uma valorização maior do sentimento do indivíduo com respeito a determinado conteúdo, sendo a sua veracidade não tão importante, ainda assim existe uma verdade objetiva. Estudar as *fake news* envolve reunir os mecanismos para entender e construir caminhos para que seja possível alcançar essa verdade objetiva.

Assim, o capítulo 2 buscou demonstrar como é necessário compreender o fenômeno das *fake news* na perspectiva do materialismo histórico e dialético. Por isso, os conceitos da Análise do Discurso Materialista são basilares para que o discurso

sobre educação das *fake news* possa ser evidenciado além do óbvio, e para isto é mister analisa-lo numa perspectiva histórica. O discurso das *fake news* é investigado com a importância devida, não resumindo-o a alcunha de falso, mas buscando entender como e por que significa.

No capítulo 3, as análises foram feitas tendo por base os conceitos evocados. O conceito de formações imaginárias permitiu entender como são feitos ajustes no dizer, a partir da imagem que o compartilhador faz de si e do leitor, bem como a imagem que faz do tema. Isso permitiu entender o sujeito que compartilha *fake news* como um sujeito ideológico, que acessa no interior das formações discursivas, através da forma-sujeito, o saber requerido para que fale. Compreender este fato é determinante para o entendimento do porquê o dizer significa de diferentes formas para diferentes sujeitos, levando-nos a entender o que é, de fato, o discurso.

Esta significação tem a ver com os pré-construídos, saberes prévios inseridos no discurso, acessados de forma inconsciente, constatados na memória discursiva. Assim, temáticas associadas à área da educação, no discurso, se fazem presentes no discurso sobre educação das *fake news*, que não está representado no óbvio, mas, diversas vezes, na forma de subentendidos.

O funcionamento dos discursos sobre educação das *fake news* veiculadas em 2018 perpassam pelo acionamento de temáticas relacionadas ao moralismo, constituindo uma ofensiva contra a esquerda brasileira, seja no ataque ao exercício de políticas educacionais progressistas, na garantia de direitos humanos básicos, ou ainda, na manifestação do livre pensar por parte de professores no exercício de suas funções em sala de aula. Há uma tentativa de silenciamento daquele que pensa diferente. Ao abafar a diversidade, é notório que a intolerância é parte constituinte do discurso sobre educação das *fake news*, pois perceber na existência do outro a diversidade ideológica, a diferença, é a condição básica da existência das *fake news*, posto que há a necessidade da manifestação do eu, a afirmação do contrário.

Os sentidos de educação no discurso das *fake news* são constituídos não diretamente no uso do nome “educação”, mas em temáticas associadas à área. Discursos que versam sobre “ideologia de gênero” despertam sentidos quando associados à esquerda brasileira, às instituições do Estado e à instalação de banheiros coletivos unissex em prédios escolares. O mesmo ocorre quando as vinculações são feitas ao material escolar, rotulado como “kit gay”. E também, quando



há insinuações sobre “doutrinação” de esquerda / comunista / marxista feita por professores, alicerçada por políticos de esquerda, que ao serem combinados em torno da figura que representa a continuidade de um governo de esquerda, como o ex-ministro da Educação, enxergar o discurso sobre educação produzido através destas associações torna-se tangível.

Por outro lado, para além da constatação do discurso oriundo dessas temáticas, é perceptível também como há um discurso antagonista, mesmo que de forma pressuposta. Se há uma vinculação entre a esquerda e as temáticas presentes nas *fake news* aqui analisadas, quem estiver em posição antagônica estará automaticamente associado a disposições em contrário. Logo, se Haddad, enquanto candidato da esquerda, defende e promove a “ideologia de gênero”, seu adversário faz o oposto e, em uma narrativa de ataque à esquerda e a seu candidato, há consequentemente uma narrativa de defesa da direita e de seu candidato.

À luz da memória discursiva, foi possível perceber que a associação da esquerda brasileira ao comunismo e a ideia de que as instâncias de poder do Estado estão sobre o controle de comunistas faz parte do discurso anticomunista presente na sociedade brasileira em parte considerável do século passado. Esse discurso é retomado em tentativas de projeção da esquerda em instâncias de poder, e parece permanecer em voga no ataque a qualquer forma de progressismo. Logo, toda a esquerda do país, temáticas progressistas e mesmo direitos humanos básicos passam a ser considerados comunismo (e todos os possíveis “ismos” que possam ter alguma relação, como o marxismo), e a área cujo suposto domínio da esquerda, no discurso das *fake news*, trouxe e pode trazer maior dano à sociedade brasileira é a educação.

Refletir sobre o discurso das *fake news* sobre educação, no período eleitoral de 2018, pode levar à compreensão do pensamento sobre educação de parte considerável da população brasileira, se considerarmos o papel importante desempenhado pelas *fake news* na eleição de Bolsonaro, candidato associado à direita e ao conservadorismo. Para além de uma ofensiva às forças progressistas brasileiras, o discurso das *fake news* veiculado em 2018, e reiterado principalmente nos períodos eleitorais posteriores, é uma ofensiva à liberdade de cátedra, à livre manifestação de opinião, ao exercício do livre pensar e ao questionamento quanto ao funcionamento e a operação das estruturas da sociedade brasileira. Cercear a

liberdade do professor à livre docência é condenar a educação brasileira ao atraso e à estagnação. Por isso, é esperado que as considerações advindas deste trabalho possam fortalecer o combate à desinformação, estimulando a construção de um trabalho educacional com fins de interromper a disseminação de falso conteúdo por possibilitar e ofertar aos educandos ferramentas para identificação e desconstrução de tais conteúdos, bem como contribuir com outras pesquisas relacionadas a educação e *fake news*.

## REFERÊNCIAS

ALLCOTT, Hunt.; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**. Vol. 31, n. 2, 2017.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Editorial Presença / Martins Fontes, 1980.

ANGELI, José. Gramsci, Hegemonia e Cultura: relações entre Sociedade Civil e Política. **Revista Espaço Acadêmico**. N. 122, 2011.

ARAÚJO, Carlos. O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na ciência da informação. **Encontros Bibli**, UFSC, 2020.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARONAS, Roberto. **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/pecheux/1971/mes/semantica.htm> Acesso em: 28 set. 2023.

BOLSONARO presidente: A surpreendente trajetória de político do baixo clero ao Palácio do Planalto. **BBC NEWS**, 28 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45778959/> Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. **Garantia do casamento homoafetivo no país ainda não foi concedida por lei**. Supremo Tribunal Federal. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/01/18/garantia-do-casamento-homoafetivo-no-pais-ainda-nao-foi-concedida-por-lei> Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Presidência da República. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. **Partido pede que escolas de todo o país sejam obrigadas a coibir bullying homofóbico**. Supremo Tribunal Federal. 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp> Acesso em: 14 dez. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA. 2011. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf> Acesso em: 10 ago. 2020.

CETIC. **Pesquisa sobre o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros**. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. 2022. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2022/> Acesso em: 07 nov. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick.; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CINCO 'fake news' que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro. **EL PAÍS**, 19 de outubro de 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547\\_146583.html/](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html/) Acesso em: 21 out. 2020.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Paulo: EdUFSCAR, 2009, p. 104-106.

COUTO, Marlen; JULIÃO, Luís. É #FAKE que livro escrito por Haddad incentive o incesto e cite dez mandamentos do comunismo. **G1**, São Paulo, 16 de outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-livro-escrito-por-haddad-incentive-o-incesto-e-cite-dez-mandatos-do-comunismo.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2022.

D'AGOSTINO, Rosanne. Três anos depois, linchamento de Fabiane após boato na web pode ajudar a endurecer lei. **G1**, São Paulo, 01 de abril de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/e-ou-nao-e/noticia/tres-anos-depois-linchamento-de-fabiane-apos-boato-na-web-pode-ajudar-a-endurecer-lei.ghtml> Acesso em: 14 dez. 2022.

DARNTON, Robert. The True History of Fake News. **The New York Review of Books**. 2017. Disponível em: [https://www.nybooks.com/online/2017/02/13/the-true-history-of-fake-news/?lp\\_txn\\_id=1410232](https://www.nybooks.com/online/2017/02/13/the-true-history-of-fake-news/?lp_txn_id=1410232) Acesso em: 29 dez. 2022.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DOMINGOS, Roney. É #FAKE que ação do PSOL no STF quer obrigar escolas a adotar ideologia de gênero e instituir banheiros unissex. **G1**, São Paulo, 04 de novembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/11/04/e-fake-que-acao-do-psol-no-stf-quer-obrigar-escolas-a-adotar-ideologia-de-genero-e-instituir-banheiros-unissex.ghtml> Acesso em: 14 dez. 2022.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Home – Escola sem Partido**. 2019. Disponível em: <http://escolasempartido.org/> Acesso em: 30 set. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2004.

GIELOW, Igor. Impeachment de Bolsonaro divide o país, mas presidente mantém base de apoio, diz Datafolha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 de abril de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/impeachment-de-bolsonaro-divide-o-pais-mas-presidente-mantem-base-de-apoio-diz-datafolha.shtml/> Acesso em: 21 out. 2020.

HAROCHE, Claudine.; PÊCHEUX, Michel.; HENRY, Paul. **A semântica e o Corte Saussuriano**: Língua, Linguagem, Discurso. D. L’Inquietude du Discours: textes de Michel Pêcheux. Éditions du Cendres, 1990, p.133-53.

HORA, Ionara. **Formação crítica do leitor a partir da prática de leitura em sala de aula**. 2023. 119 f. Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2023.

JAMES, William. **Pragmatismo**. Martin Claret. São Paulo. 2005.

JUSTIÇA rejeita processo que acusava Boris Johnson de mentir sobre Brexit. **VEJA**, 7 de junho de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/justica-rejeita-processo-que-acusava-boris-johnson-de-mentir-sobre-brexit/> Acesso em: 21 out. 2020.

KALIL, Isabela. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. **FESPSP**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf/> Acesso em: 21 out. 2020.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 5 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 2001.

KANT, Immanuel. **Lógica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

LACAN, Jacques. **O seminário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

LOPES, Nathan. *Fake news pelo WhatsApp é fenômeno sem precedentes no mundo*, diz OEA. **UOL**, São Paulo, 25 de outubro de 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/25/fake-news-pelo-whatsapp-e-fenomeno-sem-precedentes-no-mundo-diz-oea.htm> Acesso em: 21 out. 2020.

MALAFAIA, Silas. **Pr. Silas Malafaia**: O que é Ideologia de Gênero? [Canal Silas Malafaia Oficial] 29 de setembro de 2016. 3m 40s Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4uk4FyOLI5Y>. Acesso em: 29 set. 2023.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATSUKI, Edgard. Livro de Haddad “Em Defesa do Socialismo” cita o “Decálogo de Lênin”. **Boatos.org**. 2018. Disponível em: <https://www.boatos.org/politica/livrohaddad-cita-decalogo-lenin.html> Acesso em: 30 set. 2023.

MISKOLCI, Richard.; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 32, n. 3, set-dez. 2017.

MILITÃO, Eduardo.; REBELLO, Aiuri. Rede de *fake news* com robôs pró-Bolsonaro mantém 80% das contas ativas. **UOL**, São Paulo; Brasília, 19 de setembro de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/19/fake-news-pro-bolsonaro-whatsapp-eleicoes-robos-disparo-em-massa.htm/> Acesso em: 21 out. 2020.

MOREIRA, Fernando. Linguagem e verdade: a relação entre Schopenhauer e Nietzsche em Sobre verdade e mentira no sentido extramoral. **Cad. Nietzsche**, n. 33, 2013, p. 273-300.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Sobre verdade e mentira no sentido extramoral**. São Paulo: Hedra, 2007.

O QUE BOLSONARO já disse de fato sobre mulheres, negros e gays. **BBC NEWS**, 7 de outubro de 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277\\_033603.html/](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html/) Acesso em: 21 out. 2020.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas/SP: Pontes Editores, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas/SP: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, Michel. “A Análise do Discurso: três épocas”. *In*: Gadet, F. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Prefácio. *In*: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: EdUFSCAR, 2009, p. 104-106.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.

REUTERS, **Institute**. **Digital News Report 2018**. 2018. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/digital-news-report-2018.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2023

RODRIGUES, Theófilo.; BONONE, Luana.; MIELLI, Renata. Desinformação e crise da democracia no Brasil: é possível regular *fake news*? **Confluências**. Vol. 22, n.3, 2020.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

SANTOS, Sonia. PÊCHEUX. *In*: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org). **Estudos do Discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Párabola Editorial, 2013, p. 209-233.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCALA, Jorge. **La ideologia de género o el género como herramienta de poder**. 1ª ed – Rosario: Ediciones Logos Ar, 2010.

SCHULTZ, Adriane; VELASCO, Clara. É #FAKE que Haddad disse que criança vira propriedade do Estado aos 5 anos e pode ter seu gênero escolhido. **G1**, São Paulo, 02 de outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/02/e-fake-que-haddad-disse-que-crianca-vira-propriedade-do-estado-aos-5-anos-e-pode-ter-seu-genero-escolhido.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2022.

SCHULTZ, Adriane. É #FAKE que Haddad disse que criança vira propriedade do Estado aos 5 anos e pode ter seu gênero escolhido. **G1**, São Paulo, 26 de novembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/09/26/e-fake-que-deputado-paulo-ramos-ofereceu-dinheiro-para-professoras-fazerem-campanha-contra-bolsonaro-em-video.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2022.

SILVA, L. F. A; BATISTA, A. Dez obras para conhecer Análise do Discurso. *In*: CARVALHO, D; CYRINO, J. P. L. (Org.). **GuiaLET**. Vol I. 1. Ed. Salvador: EdUFBA, 2023, p. 315-331.

SILVA, Wellington Teodoro da.; SUGAMOSTO, Alexandre.; ARAUJO, Uriel. O Marxismo Cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. **Revista Cultura & Religião**. Vol. 15, n. 1, 2021.

SILVERMAN, Craig. This Analysis Shows How Viral Fake Election News Stories Outperformed Real News on Facebook. **BuzzFeed News**, 16 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.buzzfeednews.com/article/craigsilverman/viral-fake-election-news-outperformed-real-news-on-facebook/> Acesso em: 21 out. 2020.

VICTOR, Fábio. Notícias falsas existem desde o século 6, afirma historiador Robert Darnton. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/02/1859726-noticias-falsas-existem-desde-o-seculo-6-afirma-historiador-robert-darnton.shtml> Acesso em: 21 out. 2020.

VIEIRA JUNIOR, Luiz.; PELÚCIO, Larissa. Memes, *fake news* e pós-verdade ou como a teoria de gênero vira uma “ideologia perigosa”. **Estud. Sociol.** Araraquara. Vol. 25, n. 48., jan-jun. 2020.

WORD of the Year 2016. **OXFORD LANGUAGES**. 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/> Acesso em: 21 out. 2020.